



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 179 QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2016

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 162ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE NOVEMBRO DE 2016	6
1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Críticas à falta de debates iniciais na CCJ sobre a PEC que institui o Novo Regime Fiscal; e outro assunto	8
1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.3 – Oradores (continuação)	
SENADORA FÁTIMA BEZERRA - Críticas à manifestação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, favorável à privatização da Universidade Estadual como solução da crise financeira enfrentada pelo Estado; e outro assunto.....	10
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder - Críticas à PEC nº 55, de 2016, que institui um Novo Regime Fiscal.....	12
SENADOR RICARDO FERRAÇO - Satisfação com a decisão do STF sobre o cumprimento imediato das penas aplicadas aos condenados em segunda instância.	16
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Críticas à PEC que institui o Novo Regime Fiscal ao País.....	19
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Observações sobre a regularização fundiária, em especial no Estado do Mato Grosso; e outro assunto.....	23
SENADOR LASIER MARTINS - Defesa da continuidade e atuação da Operação Lava Jato.....	26
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Anúncio de realização de reunião da Mesa Diretora para discutir cortes no custeio do Senado Federal.	28
1.3.2 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 737/2016), que <i>altera as Leis nºs 11.473, de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e 12.086, de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências (cooperação federativa policial). Aprovado ressalvada a impugnação, após Requerimento nº 795/2016</i> (prejudicada a Medida Provisória nº 737/2016) (votação nominal). À sanção	30
1.3.3 – Item 5	
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que <i>altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Aprovadas as emendas nºs 1, 2, 5, 11 e 13-CCJ.</i>	44
Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, nos termos da Emenda nº 10-CCJ (Substitutivo) (Parecer nº 876/2016-CDIR)	45
1.3.4 – Item extrapauta	
Projeto de Lei da Câmara nº 24/2016, que <i>eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. Aprovado, após Requerimento nº 799/2016 e Parecer nº 877/2016-CE.</i> À sanção.....	46
1.3.5 – Apreciação de requerimento	
Nº 796/2016, do Senador Randolfe Rodrigues. Aprovado	53
1.3.6 – Item extrapauta	
Requerimento nº 189/2016, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 530/2015. Rejeitado	53
1.3.7 – Apreciação de requerimentos	
Nº 697/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Aprovado	53



Nº 780/2016, da Senadora Kátia Abreu. Aprovado	54
Nº 781/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann. Aprovado	54
Nº 786/2016, do Senador Lindbergh Farias. Aprovado	54
Nº 787/2016, do Senador Cidinho Santos. Aprovado	54
Nº 788/2016, da Senadora Fátima Bezerra. Aprovado	54
Nº 793/2016, do Senador Roberto Muniz. Aprovado	54
1.4 – ENCERRAMENTO	54

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 162ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 48/2016 (nº 103/2016, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.....	55
---	----

2.1.2 – Avisos do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Nºs 2.104 e 2.105/2016, na origem, em resposta aos Requerimentos nºs 475 e 476/2016, do Senador Jorge Viana.	71
---	----

2.1.3 – Deliberações da Mesa do Senado Federal

Deferimento dos Requerimentos nºs 1.357, 1.358, 1.359, 1.360, 1.361, 1.364, 1.365, 1.368/2015; e 109, 195, 217, 221, 222, 353, 355, 373, 380, 381, 383, 412, 425, 434, 451, 452, 453, 455, 475, 476, 477/2016.	71
Deferimento, com emendas, dos Requerimentos nºs 1.445/2015 e 392/2016.....	71
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 24/2015.	71
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 53/2015.	71
Aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 43/2016.	71

2.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA - Alerta para a lentidão da Justiça no Brasil	72
---	----

2.1.5 – Documento encaminhado à publicação

SENADOR LASIER MARTINS

2.1.6 – Pareceres

Nº 857/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 479/2016.....	78
Nº 858/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 487/2016.....	82
Nº 859/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 488/2016.....	85
Nº 860/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 520/2016.....	88
Nº 861/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 521/2016.....	92
Nº 862/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 522/2016.....	96
Nº 863/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 525/2016.....	99
Nº 864/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 527/2016.....	103
Nº 865/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 533/2016.....	108
Nº 866/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 549/2016.....	112
Nº 867/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 550/2016.....	115
Nº 868/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 595/2016.....	119
Nº 869/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 611/2016.....	123
Nº 870/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 650/2016.....	126
Nº 871/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 698/2016.....	126
Nº 872/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 699/2016.....	132
Nº 873/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 706/2016.....	140
Nº 874/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 712/2016.....	144
Nº 875/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 713/2016.....	148
Nº 878/2016, da Comissão Diretora, sobre o Requerimento nº 492/2016.....	153
Nº 879/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213/2015. Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto	158
Nº 880/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício "S" nº 33/2014. Arquivamento do referido Ofício	163
Nº 881/2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício "S" nº 44/2014. Arquivamento do referido Ofício	167



2.1.7 – Requerimentos

Nº 789/2016, do Senador Romário, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 a 269/2015.....	171
Nº 790/2016, do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 58 e 303/2014; 279, 406, 546 e 628/2015; e 47/2016.....	174
Nº 791/2016, do Senador José Pimentel, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 79 e 294/2011; 279 e 389/2012; 188, 208, 212 e 448/2013; 7 e 308/2014; 91/2015 e do Projeto de Lei da Câmara nº 112/2014.....	175
Nº 792/2016, da Senadora Rose de Freitas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 10 do corrente, destinada a homenagear os “Professores nota 10”.....	177
Nº 793/2016, do Senador Roberto Muniz, de autorização para desempenho de missão no período de 22 a 24 do corrente.....	179
Nº 794/2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356/2012.....	180
Nº 796/2016, do Senador Randolfe Rodrigues, de voto de aplauso e congratulações à Srª Andréa Guedes de Medeiros.....	182
Nº 797/2016, da Senadora Simone Tebet e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 7 de dezembro próximo, destinada a homenagear o Dia internacional da Não-Violência contra a Mulher e a Campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Deferido.	185
Nº 798/2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 297/2009.	187
Nº 800/2016, do Senador Davi Alcolumbre, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 522/2007; 620 e 752/2011; 63, 179 e 182/2012; 162 e 175/2013; 59 e 264/2014; e 652/2015; e do Projeto de Lei da Câmara nº 118/2013.....	189
Nº 801/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Milton de Magalhães Cordeiro	191

2.1.8 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 58/2016; e aos Projetos de Resolução nºs 24 e 56/2015; 43 e 56/2016.	194
--	-----

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016**

Requerimento nº 795/2016.....	194
Matéria aprovada.....	195
Lista de votação.....	196

2.2.2 – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 554/2011

Redação do vencido (Parecer nº 876/2016-CDIR).....	198
--	-----

2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 24/2016

Requerimento nº 799/2016.....	202
Parecer nº 877/2016-CE.....	203
Matéria aprovada.....	207

PARTE III**3 – RESOLUÇÃO**

Nº 42/2016.....	208
-----------------	-----

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

4.1 – RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADE LEGISLATIVA DE OUTUBRO DE 2016 (SUPLEMENTO “A”)	
4.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “B”)	
4.3 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “C”)	

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	211
--	------------

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	214
--	------------

7 – LIDERANÇAS	215
-----------------------------	------------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	218
--	------------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	238
---	------------

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	243
---	------------

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	296
-------------------------------------	------------



162ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 1º de Novembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Srª. Fátima Bezerra, do Sr. Lindbergh Farias e da Srª. Regina Sousa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 18 horas e 16 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

162ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 01/11/2016 07:00:00 até 01/11/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C. Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X

Emissão 01/11/2016 20:34:43



Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PSDB	PB	Deca	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PSC	SE	Virgínio de Carvalho	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PP	GO	Wilder Moraes	X	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 63 senadores.



ATA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em permuta comigo, a Senadora Vanessa Grazziotin fará uso agora da palavra no horário destinado à comunicação.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Fátima. V. Exª é a primeira oradora inscrita e teria que falar à minha frente, mas, sabedora de compromisso, cede-me a vez de forma muito gentil. Agradeço, portanto, a V. Exª, Senadora Fátima.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, eu quero aqui relatar o que aconteceu hoje na primeira reunião programada da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a análise da PEC que tinha o número de 241 na Câmara dos Deputados e que aqui no Senado tem o número 55, aquela proposta de emenda à Constituição conhecida como a PEC do fim do mundo, que estabelece um limite dos gastos públicos por 20 anos.

Hoje, o Senador Eunício Oliveira, relator da matéria, apresentou o seu relatório. E não adiantou, Senador Lindbergh, a insistência das nossas solicitações, porque não conseguimos iniciar o debate ainda hoje. É lamentável, porque não havia nenhuma reunião de nenhuma outra comissão marcada na sequência. Portanto, tínhamos tempo suficiente para debater a matéria.

Da mesma forma, quando lá cheguei, fiz a seguinte proposta. Tendo em vista que o Colégio de Líderes determinou um calendário para a aprovação da mesma e que o calendário foi acordado entre todos os Líderes, e tendo eu a concepção de que o que mais importa para o Governo são as datas, dentro do limite e do espaço de que dispomos, sugeri que pudéssemos realizar mais de uma audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Lamentavelmente, também não fomos ouvidos. Por quê, Senadora Fátima? É óbvio, se juntarmos isso ao fato de que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deste Senado Federal estão já realizando audiências públicas.

Mas também, nessas Comissões, nós temos tido vários problemas. Por exemplo, um Senador tucano, da Base do Governo, esteve na Comissão de Assuntos Econômicos polemizando a legalidade ou não da realização do debate. Veja a que ponto chegamos! Eles não querem debater a matéria. Isto é que fica muito claro para a população brasileira: eles não têm interesse em debater a matéria. Porque, se tivessem, Senadora Fátima, mesmo nesse calendário espremido que eles nos apresentaram, mesmo diante desse calendário, não haveria problema nenhum de marcarmos debates de segunda a sexta-feira, não haveria interferência no tempo preestabelecido por eles.

Lamentamos. Lamentamos muito! E espero que, a partir da semana que vem, não continue a ser essa a postura deles, porque quem perde com isso não somos nós. Quem perde com isso é o próprio Governo, que de um lado diz que a medida é fundamental, indispensável para sair de uma crise, que é boa para o Brasil, mas, de outro lado, não debate. Não só os Parlamentares não comparecem, mas não deixam que o próprio Poder Executivo compareça. Representantes do Governo foram convidados por duas vezes, na Comissão de Assuntos Econômicos, e não compareceram.

Então, não debate quem não tem o que debater. Não debate quem não tem razão. E essa PEC – eles sabem melhor do que nós – é ruim para o Brasil. Não só ruim para o povo, mas ruim para o Brasil.

Mas, Senadora Fátima, hoje venho à tribuna porque eu não estava aqui no dia de ontem, mas V. Exª estava e acabou protagonizando, indiretamente, um momento muito ruim deste plenário.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª foi citada num pronunciamento de um colega que fez observações absurdas, que devem ser por todos nós repudiadas, em relação aos estudantes brasileiros, sobretudo àqueles que estão bravamente lutando na defesa de uma escola pública democrática e de qualidade.

Eu aqui me refiro aos estudantes que de norte a sul do País estão ocupando as escolas sem qualquer ato de violência, sem qualquer ato de força, pelo contrário, utilizando as escolas para fazer o debate acerca de matérias importantes que tramitam no Parlamento e que vão influenciar diretamente a vida das pessoas.

Ontem este Plenário, repito, assistiu a uma infeliz manifestação que acusou os estudantes que ocupam as escolas e universidades de todo o País de estarem, abre aspas, Senadora Fátima, “indo lá para fumar maconha e matar os outros”. Esse foi o pronunciamento de um de nossos colegas ontem. Eu estou aqui com



o pronunciamento na mão.

O Senador disse o seguinte: “Na verdade, o Brasil já vem arrebrandando com os pobres há muito tempo”. E faz uma análise aí. Aí ele disse:

Esses dias, eu falei: eu estava vindo para o Senado e ela [referia-se a V. Ex^a, Senadora Fátima] estava em um discurso, incentivando essas invasões aí de escola. Quando eu estava indo para casa, à tarde, o mesmo discurso. Eu falei [isto é o pronunciamento do Senador no dia de ontem]: ué, está gravado o discurso de Fátima? Ela apertou o play. Não, ela estava fazendo outro discurso.

Aí diz ele: “Olha, eu vou te falar uma coisa: desses meninos que estão na escola, boa parte é para fumar maconha. Estão indo lá para fumar maconha e matar os outros. Acabaram de matar um. Acabou de morrer um...”

É lamentável que um Senador da República, Senadora Fátima, ocupe esta tribuna que abrigou tantos oradores brilhantes, comprometidos com a democracia, com a luta da nossa gente, para se dirigir aos estudantes da forma desrespeitosa e sem nenhum conteúdo como ele se dirigiu no dia de ontem.

Eu espero que esse Senador – não vou citar o nome, mas ele sabe, e quem tiver interesse em saber procure as notas taquigráficas –, a partir de hoje, tenha, no mínimo, Senador Lindbergh, a decência de ocupar novamente a tribuna e pedir desculpas aos estudantes brasileiros que, repito, estão ocupando as escolas para debater o que o Congresso Nacional vem votando e que afetará diretamente não só educação pública, mas a vida de cada um, a vida de cada uma.

Então, neste meu breve pronunciamento – e voltarei a falar do tema, mesmo porque tenho um pronunciamento preparado e voltarei a tratar sobre esse assunto –, eu não poderia deixar de, em vindo à tribuna, abordar esse aspecto e fazer aqui um pedido a esse Senador que falou essas barbaridades no dia de ontem que suba à tribuna e peça desculpas à juventude brasileira, àqueles estudantes que estão ocupando as escolas. Repito: estão ocupando as escolas defendendo a educação pública, defendendo o futuro da própria juventude brasileira, o futuro do próprio Brasil. Porque hoje uma escola foi desocupada quase que a força, mas os estudantes saíram de cabeça erguida. E não tenho dúvida nenhuma de que voltarão às escolas e continuarão o debate de vários projetos, como o Escola sem Partido, como essa PEC da limitação e como a reforma do ensino do médio, Senadora Fátima.

Portanto, eu quero aqui apresentar a minha solidariedade à juventude brasileira e dizer que continue lutando, porque é assim que vamos derrotar o que querem fazer contra o País.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, eu quero cumprimentá-la pelo importante pronunciamento e, mais uma vez, aqui afirmar a importância desse movimento, dessa mobilização que os estudantes brasileiros vêm fazendo em todo o País. É no Paraná, é no meu Estado do Rio Grande do Norte, é no seu Estado. Enfim, é em todo o País. Os estudantes secundaristas, os estudantes dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os estudantes das universidades públicas.

E o que os move nessa luta é a defesa do direito à educação, pelo quanto eles estão preocupados diante de agendas hoje em debate no Congresso Nacional que consideram, assim como nós consideramos também, ameaças muito graves ao direito à educação do povo brasileiro, seja a PEC 241, agora PEC 55 – uma PEC que pretende acabar por 20 anos com a vinculação constitucional em áreas fundamentais como educação e saúde por si já fala –, seja a reforma do ensino médio, pelo método que foi adotado, via medida provisória – portanto, um caráter autoritário dessa reforma, sem contar o conteúdo dela, que tem vários dispositivos que são questionáveis –, seja o projeto Escola sem Partido.

Então, quero dizer, mais uma vez, que os estudantes do Brasil precisam de respeito, inclusive desta Casa. Eu quero aqui, mais uma vez, dizer que é lamentável e causa muita indignação quando a gente vê qualquer Parlamentar aqui usar o microfone do Parlamento brasileiro para agredir gratuitamente os estudantes – inclusive suas famílias – e os professores. O que os estudantes precisam, neste momento, repito, é de respeito, é de solidariedade. O movimento deles é em defesa da educação. E nós temos mais é que estar ao lado deles, porque preservar o direito à educação significa nós lutarmos rumo àquilo que desejamos, que é um desenvolvimento com sustentabilidade e com justiça social.

Então, mais uma vez, a nossa palavra de incentivo e de solidariedade aos estudantes de todo o Brasil pelo movimento pacífico, cidadão e democrático que vocês estão fazendo em todo o País ao realizar as manifestações, ocupando escolas, atos, etc.

Senador Lindbergh, eu pediria a V. Ex^a que pudesse assumir a Presidência agora, ou o Senador Humberto, porque vou fazer uso da palavra agora.



Quero comunicar aqui ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

(A Srª Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Senador Lindbergh, eu quero aqui fazer um registro de um episódio que aconteceu ontem, lá, no meu Estado, o Rio Grande do Norte, quando o Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, o Desembargador Cláudio Santos, deu uma declaração que causou muita polêmica, descontentamento e indignação. E não poderia ser diferente, uma vez que o Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, como forma de diminuir a crise financeira pela qual nosso Estado passa – e também os demais Estados –, simplesmente propôs como uma das soluções privatizar a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Essa declaração, de pronto – repito –, recebeu muitos protestos, inclusive da comunidade acadêmica lá, da UERN, que, em nota, se posicionou contrariamente à sugestão, à proposta do Desembargador Cláudio Santos, de privatização da UERN, e a comunidade da UERN imediatamente divulgou uma nota, em que diz:

É com espanto e indignação que a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte toma conhecimento da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Desembargador Cláudio Santos, durante entrevista ao RNTV 1ª edição desta data, sugerindo a privatização da UERN. A proposta, num improviso gerencial, não tem lastro jurídico, nem social, nem econômico.

[Diz ainda a nota da Universidade Estadual:] A UERN é um órgão estadual, criado por lei, que, há mais de 48 anos, vem formando pessoas nas mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase nos profissionais para a educação básica, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Enfim, a nota é assinada pelo Magnífico Reitor, o Professor Pedro Fernandes, e também pelo Vice-Reitor, Aldo Gondim Fernandes, e subscrita por toda a comunidade acadêmica – seus professores, seus estudantes, seus servidores técnico- administrativos.

Me associando ao sentimento de indignação da comunidade acadêmica da UERN frente a esse disparate que é propor a privatização da UERN como forma de dirimir a crise financeira pela qual passa o nosso Estado, também ontem, Senador Lindbergh, me posicionei e dei conhecimento, através de uma nota, ao povo do Rio Grande do Norte exatamente da minha posição. Considero esta proposta do Presidente do Tribunal Regional de Justiça, além de um grande equívoco, um disparate e um verdadeiro absurdo. Inclusive, ressalto, Senador Humberto, que, embora a Constituição Federal dê como prerrogativa à União a garantia do ensino superior e, aos Estados, o dever de assegurar o ensino médio, lembro que essa mesma legislação também permite o chamado regime de complementariedade, que é o caso que se aplica à UERN.

Também na nota destaquei que o surgimento da maioria das universidades estaduais se deu exatamente por causa da desresponsabilização do Estado brasileiro, da ausência do Governo Federal, sobretudo nos locais mais longínquos e mais carentes.

Mesmo com o crescimento do acesso ao ensino superior via ampliação da oferta de vagas da UFRN, a instalação de mais uma universidade, porque o nosso Estado ganhou mais uma universidade – me refiro à transformação da Esam (Escola Superior de Agricultura de Mossoró) em Universidade Federal Rural do Semi-Árido –, e ainda depois da extraordinária expansão da educação tecnológica, com mais de 19 unidades dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica do nosso Estado, que também tem a prerrogativa de oferecer o ensino superior, mesmo com essa expansão extraordinária, que se deu nos Governos Lula e Dilma, da qual tenho muito orgulho de ter cumprido o meu dever, o meu papel como professora e como Deputada Federal, representando o povo do Rio Grande do Norte, quero aqui, de público, dizer que é impensável a gente abrir mão da UERN. Pelo contrário, temos que fortalecer a Universidade Estadual, valorizá-la, respeitando os seus profissionais, os seus servidores, dando a eles condições dignas de trabalho, assegurando a eles, inclusive, o pagamento em dia, algo que eles não estão tendo neste exato momento.

Por que nós não podemos abrir mão da presença da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte? Por uma razão simples, objetiva, mas de grande relevância social: o déficit de escolarização que nós temos ainda no Brasil e principalmente no Rio Grande do Norte. Nós não podemos abrir mão, de maneira nenhuma, da UERN.

Quero ainda lembrar que o Plano Nacional de Educação prevê para a próxima década a ampliação dos



atuais 17% das matrículas no ensino superior para 33%. O Brasil tem uma enorme dívida do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino superior. Vale sempre a pena lembrar que nação nenhuma, Estado nenhum pode prescindir de uma agenda para o desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social como a educação.

Quero dizer aos que me escutam que uma das principais especificidades da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte é a interiorização dos cursos, possibilitando que o ensino superior público chegue às localidades mais longínquas do Estado, além de manter a população em seu próprio Município. Se um aluno que é do Alto Oeste, por exemplo, tem a possibilidade de estudar medicina em sua terra natal, a chance de esse profissional ficar por ali na sua região para poder trabalhar, servir à comunidade, é grande.

Acrescento ainda que a Universidade Estadual possui hoje 15 mil alunos, que cursam 83 cursos de graduação em seis *campi* – e eu conheço bem, do Oeste a Natal, ao Médio Oeste, ao Seridó. Pois bem, são 15 mil alunos, 83 cursos de graduação em seis *campi* e 11 núcleos acadêmicos espalhados pelo Estado. Quero ainda acrescentar que a Universidade atua nos cursos de graduação, mas também de pós graduação. E a UERN atua hoje oferecendo também doutorado.

Quero aqui dizer com muita clareza que a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte é uma das agências mais importantes formadoras de recursos humanos no nosso Estado. Ela, ao lado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao lado da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e ao lado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, são os maiores patrimônios que nós temos. Não existe patrimônio maior do que o Estado garantir o direito à educação do seu povo.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, quero dizer que falar em privatizar uma universidade desse porte, através de bolsas para os estudantes mais necessitados é um desrespeito. Volto a dizer: é inclusive um disparate.

Quero aqui, Senador Lindbergh Farias, ainda acrescentar que a Universidade do Rio Grande do Norte não desconhece a situação pela qual passa o Rio Grande do Norte, o Nordeste, as dificuldades do ponto de vista fiscal, etc. Tanto não desconhece que a universidade apresentou a sua contribuição, reduzindo sensivelmente os seus gastos com custeio no ano passado.

As declarações do Presidente do Tribunal de Justiça foram dadas logo após o governador convocar os representantes do Judiciário e do Legislativo para que eles repassassem ao Estado seus excedentes orçamentários a fim de ajudar na solução da crise.

Sabemos que a situação do Estado é grave. Temos hoje atrasos no pagamento do funcionalismo. É terrível, o funcionalismo não recebeu e nem sabe quando vai receber. Isso é uma crueldade. Falta dinheiro também para custear hospitais. Enfrentamos há 5 anos a pior seca da nossa história.

Mas, por favor, privatizar ensino público, abrir mão da nossa Universidade Estadual do Rio Grande do Norte não é, de maneira alguma, o caminho mais adequado. Não é, de maneira alguma, a solução para reverter a crise financeira pela qual passa o Estado.

Ao contrário, se isso viesse a acontecer, privatizar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – repito –, além de ser um equívoco, além de não representar de maneira alguma a solução para resolver os problemas, do ponto de vista financeiro, que o nosso Estado atravessa, seria um enorme e brutal retrocesso.

Quero concluir, Senador Lindbergh, dizendo que os representantes do Rio Grande do Norte precisam – e é o que nós temos feito – é cobrar do Governo Federal uma atitude de respeito e de justiça com os Estados nordestinos, do Norte e do Centro-Oeste, porque há meses os governadores dessas Regiões peregrinam em Brasília em busca de apoio do Governo ilegítimo que aí está. E, até o presente momento, o Governo do Presidente Michel Temer tem feito ouvidos de mercador. Foram várias reuniões. Os Governadores têm insistido principalmente em uma ajuda emergencial. Era um valor de R\$14 bilhões, e eles já flexibilizaram para R\$7 bilhões, que isso fosse disponibilizado via medida provisória, como feito para o Rio de Janeiro. E o Governo Federal está impassível – mais do que impassível, totalmente insensível frente à situação dos Estados do Nordeste.

Quero ainda acrescentar que há um projeto de renegociação das dívidas que atualmente tramita aqui, no Senado, e já foi objeto de discussão e de posicionamento nosso, uma vez que esse projeto de renegociação das dívidas privilegia os Estados mais ricos da Federação; entretanto; não contribui em absolutamente nada para a situação do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Ou seja, o Governo Michel Temer libera quase R\$13 bilhões para o Rio de Janeiro. O projeto de renegociação das dívidas que está aqui, no Senado, é muito bom, muito atrativo para os Estados ricos, como São Paulo. Contudo, para os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, nada, absolutamente nada. É por isso que temos insistido que é necessária uma compensação aos Estados do



Nordeste, Norte e Centro-Oeste, através, principalmente, dessa ajuda emergencial no valor de R\$7 bilhões, como os governadores têm pedido, reivindicado.

Quero ainda acrescentar que, em audiência, a convite do Fórum Estadual dos Servidores do meu Estado, realizado na Assembleia Legislativa, na última sexta-feira, fiz uma proposta ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ezequiel Ferreira, que a acatou, no sentido de se unir aos demais representantes dos legislativos para somar esforços.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E qual foi a minha proposição, Senador Humberto? É que, a exemplo, do Fórum dos Governadores, os presidentes das assembleias legislativas também venham para o Senado. Afinal de contas, aqui se proclama como a Casa dos Estados.

Eu propus, o Deputado Ezequiel acolheu a proposta. O Deputado Fernando Mineiro e o Deputado Hermano Morais lá estavam. A ideia é os presidentes das assembleias legislativas virem aqui para uma audiência com o Presidente da Casa, o Senador Renan e, juntos com os demais Senadores fortalecerem, cobrarem, exigirem uma posição do Governo Federal frente à situação afliitiva pela qual passa não só o Rio Grande do Norte, como também outros Estados do Nordeste. Já formalizei esse pedido de audiência junto ao Presidente da Casa, o Senador Renan. Portanto, vamos envidar todos os esforços para que ainda no mês de novembro o Presidente Renan possa receber uma representação das assembleias legislativas do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, como forma de pressionar.

Termino, Senadora Regina, mais uma vez expressando toda a minha solidariedade aos professores, aos estudantes e aos gestores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Estou ao lado de vocês.

Essa proposta de privatização apresentada não vai prosperar de maneira alguma. Espero que isso não passe de uma ideia inoportuna e infeliz, porque não tenho nenhuma dúvida de que o povo do Rio Grande do Norte, reconhecedor que é do papel relevante, do ponto de vista educacional, do ponto de vista social, que a UERN tem desempenhado no nosso Estado, formando gerações e mais gerações, estará conosco, estará ao lado dos professores, servidores, estudantes e gestores na defesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Privatizá-la, não. O que ela precisa é ser valorizada, é ser fortalecida, é ser respeitada.

(Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Regina Sousa.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do PT.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta e Srªs e Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para também aqui me manifestar, em nome da nossa Bancada, em nome do nosso Partido, no que diz respeito a essa Proposta de Emenda à Constituição nº 241, numeração da Câmara, e nº 55, numeração do Senado, que ora tramita nesta Casa.

Eu quero dizer que o Brasil vive um momento de profunda inquietação, de incerteza e, em algumas áreas, eu diria até de pânico com a apresentação dessa proposta, que já foi votada e aprovada na Câmara e que agora chega ao Senado Federal. Essa proposta, apresentada pelo Governo golpista e ilegítimo do Sr. Michel Temer, propõe congelar os gastos públicos durante 20 anos, e é importante que aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado possam refletir sobre o que isso significa.

Em primeiro lugar, significa que este Governo ignora que a população brasileira cresce a cada ano, que as pessoas envelhecem a cada ano e cada vez vivem mais, e, como tal, também precisamos de mais políticas nas áreas sociais. Novas crianças que nascem são novas pessoas que precisam de assistência à sua saúde, de assistência social e de assistência à educação, principalmente. Mais pessoas que se tornam mais velhas significam pessoas que vão ter doenças cada vez mais caras de serem tratadas e cada vez mais complexas. Só para dar o exemplo de três áreas, cito saúde, educação e assistência, em que é impossível manter os gastos congelados durante 20 anos, até porque, quando se busca gastar mais em saúde, em educação, em segurança pública e em assistência social em um país, é exatamente para permitir que essas políticas possam chegar ao maior número possível de pessoas – deveriam chegar a todos e a todas –, é para diminuir desigualdades importantes de acesso a essas políticas. E, como tal, elas precisam ser tratadas de uma forma diferente.

Aqueles que fizeram essa PEC dizem que o objetivo é congelar os gastos públicos, é promover o equilíbrio fiscal. Primeiro, é uma proposta de uma perna só. Quando cada um de nós pensa em equilibrar as contas da sua casa, raciocina em duas linhas. A primeira é: como conseguir mais recursos? Como buscar



um emprego melhor ou fazer uma atividade complementar, para não levar à privação da casa em relação a questões que são essenciais.

Esse ajuste do Governo só prevê corte de gastos. Ele não prevê nem propõe nada que possa melhorar a arrecadação, a receita da União, especialmente alguma coisa...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que traga justiça tributária, em que os mais ricos possam pagar pela conta e em que os mais ricos possam efetivamente dar uma contribuição maior a esse propalado necessário ajuste fiscal.

Mesmo que a receita aumente, mesmo que o País volte a arrecadar mais, por essa proposta, esse dinheiro novo não pode ser aplicado nem em saúde nem em educação, em nada. Tem de servir, única e exclusivamente, para pagar juros da dívida que o Governo tem em relação à sociedade. Portanto, é um ajuste, como eu disse, numa mão só, sem levar em consideração gastos e receitas.

Peço a V. Exª que me dê uma tolerância, Presidenta.

Presidenta...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto que eles dizem é que essa proposta tem como objetivo, ao produzir um equilíbrio nas contas públicas, trazer a confiança do investidor privado e que os investidores privados vão ser os responsáveis pela retomada do crescimento no Brasil. Essa é outra falácia. Essa é outra enrolação. É outra mentira. Primeiro, porque eles diziam: “No momento em que a Presidenta Dilma for derrubada, os investidores vão retomar a confiança, os investimentos vão voltar, e o Brasil vai voltar a crescer.” Ao contrário, o que nós estamos vendo, nos últimos meses, é o aprofundamento da recessão, é o aprofundamento da diminuição na arrecadação das receitas da União, é a falta de investimento público e privado. Depois, disseram que essa confiança voltaria no momento em que a Presidenta fosse afastada definitivamente, e também não aconteceu. Disseram que iria voltar essa confiança quando o Governo começasse a aplicar as primeiras medidas, e isso também não aconteceu. E não vai acontecer com essa PEC, porque o investimento privado não acontece isoladamente. O investimento privado não vai acontecer sem que haja investimento público.

Eu pergunto aos gênios elaboradores dessa PEC: em que momento, em nosso País, na sua história contemporânea, nós vimos o Brasil crescer, desenvolver-se, sem que houvesse uma participação decisiva dos investimentos públicos e dos gastos públicos? Basta lembrar, durante a ditadura militar, no período Vargas, no período Juscelino Kubitschek, que, em todas essas situações, a participação do Estado foi fundamental para que fosse retomado o crescimento. E sabemos que, no momento em que estamos discutindo redução de gastos, o primeiro gasto que se corta é o investimento público, é o investimento em habitação, em saneamento, em portos e aeroportos, em infraestrutura rodoviária. E aí o setor privado não vai isoladamente fazer os seus investimentos.

E os gastos? Depois que os investimentos públicos passam pela tesoura, vem a hora dos gastos públicos, especialmente os gastos sociais. Nós que moramos no Nordeste, especialmente, sabemos que boa parte da atividade econômica cresceu, desenvolveu-se, nos últimos anos, pelo gasto social, pelo gasto em saúde, pelo gasto no pagamento do benefício de prestação continuada – que eles querem agora que seja menor do que o salário mínimo –, pela Bolsa Família, pela aposentadoria rural e pelos aposentados de um salário mínimo de um modo geral.

Então, essa proposta em vez de apontar para a retomada do crescimento, ela aponta...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para o aprofundamento da recessão, ela aponta para o aprofundamento da crise, ela só é boa para o setor financeiro, para aqueles que vivem de renda, porque agora têm mais certeza ainda de que vão continuar ganhando enquanto o povo brasileiro vai continuar perdendo.

Eu vou ouvir aqui o Senador Lindbergh Farias.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Humberto, eu estou pedindo um aparte para parabenizá-lo. O discurso de V. Exª é preciso. Nós estamos chegando já a seis meses do Governo do Temer. Eles diziam que era o seguinte: era fácil, era tirar a Dilma, a confiança seria restaurada e, a partir da confiança, os investimentos. O que estamos vendo é um aprofundamento da



crise econômica e também da crise política. Mas eu quero tocar aqui na crise econômica, porque o problema é objetivo. Nós estamos, já há quase seis meses, e não há nenhuma medida para recuperar o crescimento econômico, para proteger o emprego, nada! Dizer que a PEC 241 é isso é uma falácia. Sinceramente, não é entender nada de economia, porque nós estamos fazendo um plano de austeridade de longo prazo e há muitos multiplicadores, Senador Humberto Costa, que mostram que 1% a mais de gastos ou investimentos em saúde e educação tem um multiplicador de 1,5% no crescimento econômico. Agora, o corte também. Se você corta 1% de recursos de saúde e educação, você tem um impacto negativo de 1,5%. Então, um ajuste dessa monta no País só agrava o problema da recessão. O problema do País hoje não é a questão fiscal, é a recuperação do crescimento. O Presidente Lula pegou o País com a dívida de 60%, dívida líquida de Fernando Henrique Cardoso, trouxe para 34%, porque eles estão esquecendo de que, quando se faz dívida sobre o PIB, há um denominador aqui. É preciso colocar a economia para crescer, para melhorar esses indicadores. V. Exª toca num ponto importante, eles falam da confiança. Você sabe que, na indústria, de fato, depois da saída da Presidenta Dilma, houve uma grande melhora na confiança dos industriais. Sabe o que aconteceu no mês passado? Uma queda, um tombo na indústria de 3,8%. Sabe por quê, Senador Humberto? Quando um industrial quer fazer investimento, não é a confiança, é saber se há gente querendo consumir, é a demanda. E aqui é onde eu entro para finalizar. Quando falamos de crescimento econômico, 63% estão ligados a consumo das famílias. E sabemos que há uma queda de rendimento das famílias, que estão endividadas, há um aumento do desemprego. Nessas medidas que eles estão tomando, tanto na PEC 241 quanto na reforma da Previdência, estão falando em alterar benefício de prestação continuada, que é aquele salário mínimo que é pago para o idoso, para pessoa com deficiência que recebe um quarto do valor do salário mínimo. Esse dinheiro é que estimula a economia. Então, o que eles vão fazer com essas reformas vai deprimir mais ainda a nossa economia. Eu tenho pena. Eles estão propondo um plano de austeridade de longo prazo, e V. Exª faz um pronunciamento, na minha avaliação, perfeito do ponto de vista técnico, mostrando que eles estão perdidos, que a nossa economia vai continuar patinando se eles continuarem apostando nessa política de austeridade fiscal. Parabéns a V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo integralmente ao meu pronunciamento.

Ouçó, com atenção, o Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agradeço, Senador Humberto Costa, pelo aparte. Na verdade, é para fazer um aparte no aparte do Senador Lindbergh. Senador Humberto, em 1991... Aqui estou falando isso sem ranço partidário algum, até porque 1991 era o Collor ainda. Em 1991, veio Collor, depois veio Itamar, veio Fernando Henrique, Lula, Dilma. Na verdade, em todos os governos de lá para cá, o aumento da dívida brasileira... Da dívida, não, o déficit a cada ano era em torno de 6% acima da inflação em todos os anos. O que acontecia? Ou se aumentavam impostos ou se tentava aumentar receita, buscando internalizar dinheiro, essa coisa toda, ou seja, aumentar a dívida. O que aconteceu? Hoje nós estamos com a carga tributária já que não tem como mais ser aumentada. Não tem como mais se endividar. O que sobra é justamente um corte de gastos que nós temos que começar a fazer. Eu tenho visto o debate aqui, e o Senador Lindbergh tem proposto nos endividarmos mais, para tentar fazer a economia crescer. Eu acho que esse é o ponto central da questão.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vamos nos endividar mais ou vamos cortar gastos? E de que jeito vamos cortar esses gastos? Por isso é que eu acho importante esse debate, mas concordo que o Governo também não pode ser responsabilizado em seis meses, porque não se constrói uma casa se partindo do telhado. O que se está fazendo agora para se propor – é isso o que quero responder ao Senador Lindbergh – é que estamos fazendo um alicerce para se tentar construir a casa. Não dá para ele exigir já que o telhado esteja pronto. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu recebo o aparte de V. Exª com satisfação e o incorporo ao meu pronunciamento, mas gostaria de dizer, Excelência, que não fomos nós que dissemos que, tirando-se a Presidenta Dilma, tudo estaria resolvido como num passe de mágica.

Foram vários aqueles que criticaram o governo de Dilma Rousseff e que disseram que o único problema era o governo, que o problema do Brasil era o governo, e que, mudando-se o governo, tudo se resolveria, que essa história de crise internacional era “conversa para boi dormir”. Portanto, agora é a hora de nós cobrarmos daqueles que disseram que o problema era unicamente o governo.

Mas eu quero avançar no meu pronunciamento porque, quando nós dissemos e dizemos que os recursos da saúde e da educação vão ser comprometidos, surgem, de imediato, os integrantes do Governo



para dizer: “Não, não é bem assim, porque nós não estamos dizendo que aquelas áreas específicas não podem crescer. Elas podem crescer, desde que o somatório do aumento dos gastos seja o mesmo”.

Ora, o que vai acontecer a partir de então? Dentro do Governo e aqui, no Congresso Nacional, vai se estabelecer uma verdadeira guerra, uma briga de foice no escuro para disputar os recursos públicos. Quem vai crescer? Quem vai perder? Eu já disse que quem primeiro perde é o investimento público. O segundo a perder vai ser o gasto público.

Até mesmo esse discurso falacioso de que essa PEC não vai mais permitir que aquelas corporações privilegiadas venham a ter aumentos não é verdade, porque essas corporações poderão vir para o Congresso Nacional ou ir para dentro do Governo para lutar pelos seus interesses, pelas suas remunerações. E aí eu pergunto: quem tem mais força de pressão? Uma greve da Receita Federal ou da Polícia Federal ou os coitados que usam o SUS e que não têm capacidade de vocalizar suas demandas ou aqueles que estão na escola pública? É óbvio que essas corporações é que vão ter o voto e o apoio do Senado e da Câmara para continuarem – e eu não quero nem entrar no mérito de se é correto ou não – a incrementar suas remunerações, enfim. Então, nós vamos criar um conflito na distribuição dos recursos orçamentários que só vai aprofundar desigualdades, porque a desigualdade vai se aprofundar dentro das próprias políticas.

Eu pergunto: por exemplo, na área da saúde, na hora de dar o corte, quem vai perder? A área do transplante, que a classe média utiliza, captura, porque é só o SUS que oferece? É o tratamento de doenças raras, que é um tratamento caríssimo? Ou quem vai sofrer é quem recebe o atendimento básico, é o Programa de Saúde da Família, é quem tem o diabetes, a hipertensão, doenças que precisam ser controladas? É óbvio que quem vai perder são os pobres deste País. Por isso, essa proposta, essa proposição só faz aprofundar a crise que nós estamos vivendo hoje.

E digo mais: vai passar para os Municípios também, porque, se o Governo não redistribui aquilo que ele aumenta de arrecadação, se ele diminui a transferência de recursos para os Estados e para os Municípios, como é que os Estados e Municípios vão aplicar essas políticas?

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não vão. Agora, não é o Presidente da República que está lá na cidade do interior do Nordeste, sendo cobrado pela população pelo analgésico que eles não têm, pelo atendimento de urgência que não há, pela escola que foi fechada... Então, essa proposta é um verdadeiro disparate. E, além do mais, é a velha maneira de criar um problema para os outros resolverem. Por que o Senhor Michel Temer não coloca os recursos congelados para o Governo dele? Não; até 2018, não.

Aliás, em 2016, a farra já foi feita: R\$185 bilhões de déficit orçamentário. Repito: R\$185 bilhões!

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou seja, o Governo que fala em equilíbrio fiscal faz a farra fiscal. Para o ano que vem, são R\$139 bilhões.

Agora, quem assumir o Governo em 2019, esse está obrigado a cumprir essa proposta de emenda à Constituição. Isso é um escárnio com o Brasil. Isso é a visão mais atrasada que se pode ter de como governar um país, especialmente em uma situação de crise.

É por isso que o desemprego está aumentando. E vai aumentar muito mais! Mas essas forças que estão agora no Governo, de maneira ilegítima, não estão preocupadas com o povo. O povo é apenas um detalhe. Desde que os grandes meios de comunicação voltem a mamar nas tetas...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... do Estado – e já estão mamando – o que não falta é dinheiro agora para as grandes redes de televisão, de jornal. Por isso que ninguém faz nenhuma crítica. Um absurdo!

Eu imagino que, se uma revista semanal estampasse na sua capa que o Presidente Lula recebeu R\$23 milhões em uma conta secreta lá no exterior, ele já teria sido trucidado. O Ministro Serra é denunciado por receber US\$23 milhões em uma conta no exterior, uma conta secreta, e não sai uma linha no Jornal Nacional; e não sai uma linha em nenhum órgão da imprensa deste País. Essa é a democracia que o Brasil tem hoje. Mas o Senhor Temer está dando dinheiro de rodo para esse pessoal. Dinheiro de rodo!

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... lamentavelmente.



Mas vou concluir, Srª Presidenta, dizendo que nós estamos muito esperançosos. Primeiro, porque nós vamos aqui combater diuturnamente essa proposição. Vamos enfrentar, vamos mostrar com dados até onde essa proposta vai nos conduzir.

Segundo, o Brasil está despertando em relação a isso. Além de a opinião pública ser esmagadoramente contra essa proposta, basta ver a pesquisa que o Senado fez. Peguem o resultado aí do DataSenado para ver quantas pessoas votaram a favor dessa PEC da maldade, essa PEC do fim do mundo, e quantas votaram contra, e as pesquisas de opinião que estão saindo também.

Mas também há a atividade de setores importantes.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os estudantes estão mostrando o que se deve fazer, os professores estão mostrando, o pessoal da Petrobras está mostrando. E eu tenho certeza e convicção de que, até o dia 12 de dezembro, quando votaremos definitivamente essa proposta, nós vamos mandá-la para o lugar onde ela deveria estar: no lixo! No lixo da história, no lixo daqueles que durante 500 anos exploraram o povo brasileiro e que, no primeiro momento em que o povo sai minimamente dessa situação de sofrimento, resolvem trazer tudo de volta.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

Muito obrigado, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Humberto.

Com a palavra o Senador José Medeiros, como orador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente Regina, enquanto o Senador José Medeiros se dirige, eu queria pedir a minha inscrição pela Liderança do PDT.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Desculpa, Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Lasier.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Medeiros e Senador Ferraço. O Senador Ferraço está presente. Então, será o Senador Ferraço, como orador, e depois o Senador Lindbergh para uma comunicação inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Senadora Regina, eu estou pedindo, então...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vai ser inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Como Líder.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Líder do PDT.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Isso.

Senador Ferraço, desculpa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora Regina Sousa, Presidente desta sessão, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, capixabas, do meu querido Espírito Santo, que eu tenho a honra de representar nesta Casa, meu estimado Senador Lasier Martins, o Plenário do Supremo Tribunal Federal mais uma vez dá uma lição no Senado da República. E dá uma lição na medida em que legisla em razão da omissão do Senado da República, que poderia – e aliás, deveria – decidir e deliberar sobre uma pauta do absoluto interesse da sociedade brasileira. Mas não decide, não delibera e não tem capacidade de priorizar essa escala de importância.

Como o Congresso brasileiro e o Senado não decidem, o Supremo Tribunal Federal, valendo-se da provocação – porque o Supremo só se manifesta, a nossa mais alta Corte, quando é provocada, e, tendo sido provocada, ela se manifesta –, em mais um debate acalorado, em mais um debate muito polêmico, por decisão apertada, com voto inclusive da Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, decidiu pelo cumprimento imediato das penas aplicadas aos condenados em segunda instância pela Justiça brasileira, colocando por terra essa percepção de impunidade que campeia em nosso Brasil, em nosso País, em razão da indústria recursos.

Foi uma decisão – pelo menos a meu juízo – histórica, justa, aguardada, seguramente, por boa parte da população brasileira. Os Ministros de nossa Corte Constitucional encerraram ali um debate apaixonado, que



travavam por longo tempo, basicamente em torno da presunção da inocência, que, em nosso País, tem uma dimensão elástica, como em nenhum outro país do mundo.

Esse é o conceito segundo o qual a prisão só ocorreria quando estivessem esgotadas todas as possibilidades infinitas de recursos em nossa Justiça. Mesmo considerando o chamado duplo grau de jurisdição, no Brasil o que se pratica é muito mais do que duplo grau de jurisdição.

Ao permitir a prisão de condenados em segunda instância, o Supremo consagrou a tese de que o Direito Penal deve ser efetivo para proteger a sociedade e seus direitos fundamentais, como a vida, a integridade física e o patrimônio, além de resguardar, evidentemente, a moralidade no exercício da atividade pública e administrativa.

Mais do que isso, a Suprema Corte deu uma resposta contra – como disse aqui e reafirmo agora – o sentimento de impunidade em nosso País, como se a lei só valesse para os poderosos, ou melhor – o contrário; perdão –, como se a lei só valesse para os mais pobres, para os desprotegidos, para aqueles que não conseguem amealhar recursos para fazer sua defesa. Enquanto há impunidade para ricos e poderosos, fica efetivamente sem alcançar o seu resultado a efetividade da Justiça.

Após o julgamento coletivo por um Tribunal do Júri em segundo grau, não há mais espaço para produção de provas ou mesmo revisão de mérito. São tratadas apenas questões formais do processo ou eventual agressão à nossa Constituição. Quase sempre esses recursos acabam se revelando instrumentos protelatórios, que deveriam ser exceção, mas viraram regra em função das estratégias que se estabelecem.

A partir daí, em cena há outros valores e princípios também abrigados na nossa Constituição Federal, como o da efetividade do julgamento. A sociedade precisa ter a certeza de que a Justiça atuará com rapidez e eficiência para defendê-la, independentemente da sua condição econômica, da sua condição social, política e assim por diante, consagrando aquele princípio básico e fundamental de que a lei deve valer para todos, e não para poucos.

Apesar de considerar de enorme valia esse posicionamento do Supremo, volto a defender a importância de que o Senado da República também decida sobre esse tema, visto que o Supremo Tribunal Federal ainda pode visitar ou revisar essa decisão se alguma provocação no futuro houver.

Além disso, não estamos aqui falando de um assunto qualquer; é algo que tem grande impacto na sociedade e merece uma resposta sólida do legislador para que não paire mais qualquer tipo de dúvida e incerteza sobre o posicionamento do Senado.

O Senado poderia – e muito mais –, já deveria ter decidido sobre essa questão da efetividade da prisão em segunda instância, se tivéssemos tido a capacidade e a vontade política de enfrentarmos aqui no plenário a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, Senador José Aníbal, que continua perdida, andando de lado pelos escaninhos da burocracia parlamentar no Senado da República.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu ouço V. Exª adiante, com muita honra e com muito prazer.

A PEC nº 15, de 2011, mais conhecida como a PEC dos Recursos, que foi por mim apresentada em 2011 e tão bem relatada e aperfeiçoada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, está na pauta, na Mesa do Senado desde 2013, aguardando prioridade para que este Plenário possa se posicionar em relação a esse tema. Ou seja, o Senado não se posiciona, e o Supremo Tribunal Federal, provocado, posiciona-se, efetivamente, impondo uma desmoralização ao Senado da República pela inércia, pela omissão e pela covardia de não enfrentar um tema tão relevante como esse numa quadra tão delicada para a sociedade brasileira!

Ouçó, com prazer, o Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Ricardo Ferraço, só para dar uma contribuição, eu tenho uma preocupação muito grande. Ruy Barbosa dizia que a pior ditadura é a do Poder Judiciário, porque ninguém pode recorrer contra ela. O senhor falou muito bem de uma PEC de 2011. Eu me lembro de uma campanha do Ministro Peluso, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, que discutiu justamente a apresentação de uma PEC. E aquela PEC foi apresentada porque o art. 5º, inciso LVII, da Constituição diz que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Isso está na Constituição! Então, não é omissão do Senado, que poderia ter colocado para votar ou não, mas há uma norma constitucional. O fato é que os ministros do Supremo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... desconsideraram essa norma constitucional e adentraram uma atribuição legislativa. Aqui não há omissão; aqui há uma



norma constitucional muito clara, mas não é só isso. Quero fazer esse debate, quero aqui discutir na frente do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, porque mais grave do que aquela prisão autorizada por um juiz de primeira instância dos policiais legislativos foi o que aconteceu na semana passada em dois episódios: o Supremo, também adentrando em atribuições legislativas do Congresso Nacional, decidiu sobre desaposentação. O que é desaposentação? Uma pessoa está aposentada, volta a trabalhar e a contribuir, pagando o INSS. Essas pessoas podem requerer que aquela contribuição paga, depois, seja incorporada na sua aposentadoria. Eles decidiram – mais grave –, na quinta-feira, que é dever, e não poder, do Poder Público, quando existe greve de servidores públicos, cortar o salário! Não é greve ilegal, porque há situações em que a greve é considerada ilegal e mandam cortar. Mais grave ainda: está marcada para o dia 9, no Supremo Tribunal Federal, uma decisão que pode abrir terceirização para tudo! Há um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, quando Eduardo Cunha era presidente, conduzido com mão de ferro por ele, que chegou ao Senado, e nós decidimos que não ia tramitar dessa forma. O Relator era o Senador Paulo Paim. Só não vê quem não quer que há um gigantismo do Poder Judiciário neste sentido, ultrapassando suas atribuições, adentrando em atribuições legislativas do Congresso Nacional. Então, eu quero, com todo o respeito a V. Exª, registrar isso. Essa é uma preocupação que acho que nós temos de enfrentar. Esta Casa tem de preservar as suas atribuições constitucionais. Assim, eu fiz questão, com o máximo de respeito a V. Exª, de fazer este aparte para dar esta contribuição. Quanto ao tema que V. Exª abordou – volto a dizer –, está presente em nossa Constituição que, se o Congresso não deliberar, vale o quê? O que está na nossa Constituição! Então, não dá para caracterizar como omissão do Congresso Nacional. Eu agradeço a V. Exª a concessão do aparte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu agradeço o aparte de V. Exª, mas manifesto a minha frontal divergência da sua posição. O mesmo Ruy Barbosa que V. Exª citou, patrono desta Casa, afirma que justiça que tarda não é senão uma injustiça efetiva. E a justiça no Brasil, em função da postergação e da falta de efetividade, gera uma percepção de impunidade que nós não encontramos em lugar nenhum do mundo. Ou seja, isso que V. Exª fala sobre a chamada presunção da inocência – esta é a questão que estamos aqui discutindo –, em nenhum lugar do mundo, tem o grau de elasticidade que tem aqui no Brasil. Países civilizados – diversos europeus e na América do Norte – trabalham com duplo grau. Aqui, não! Aqui nós trabalhamos como uma avaliação absolutamente extensa, até porque, depois do julgamento em segundo grau, julgamento coletivo, não julgamento monocrático – o julgamento monocrático se dá em segundo grau; aí você pode apresentar um recurso no segundo grau e ter um julgamento coletivo, num tribunal de Justiça – não caberão novas provas.

Portanto, o que se percebe no Brasil é a utilização das alternativas, das chamadas chicanas judiciárias, vácuos legais para que você possa postergar *ad aeternum* a efetividade da lei. E nós estamos falando da efetividade até porque você sabe que os pobres, desvalidos, desprotegidos não chegam aos tribunais superiores porque são condenados em primeiro grau ou, no máximo, em segundo grau. A Justiça, em terceiro grau, serve para proteger os poderosos. Essa é a verdade. Você não assiste, no dia a dia, a um delito praticado por um cidadão pobre, desvalido, desprotegido chegar ao terceiro grau. Isso fica lá no primeiro grau, porque a percepção geral é de que a lei só vale para os pobres. E nós precisamos eliminar, de uma vez por todas, tudo isso.

Por que eu cito aqui, Senador, a omissão do Senado? Porque esse tema já deveria ter sido enfrentado pelo Plenário do Senado. A conclusão, o resultado desse debate e da deliberação é outra questão, mas o Senado não deveria e não poderia perpetuar um debate como esse, sem deixar de priorizar esse tema na pauta.

Quando apresentei essa proposta, ainda em 2011, eu o fiz, inclusive, por inspiração do Ministro Peluso, até porque esse tema foi parte de diversos Pactos Federativos. Esse processo tramitou na Comissão de Justiça, mereceu – como eu disse e reafirmo – o parecer do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira e está na mesa para ser votado desde 2013, prazo, portanto, além de suficiente para que o Senado delibere. Como o Senado não delibera, o Supremo Tribunal Federal é provocado e aí decide. E nós aqui ficamos pagando um tremendo mico exatamente por ausência de fazer o enfrentamento desses temas que são polêmicos – eu reconheço –, mas nós estamos aqui para exercer o contraditório.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas V. Exª concorda que aqui não havia uma lacuna jurídica. Então, não dá para falar propriamente em omissão, ou seja, não houve mudança da norma jurídica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A omissão...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu entendo e sei que V. Exª foi autor da PEC. Eu acho que a PEC era o caminho natural. Agora, essa é uma decisão do Congresso. Nós falamos em omissão quando há uma lacuna jurídica sobre a qual o Congresso deveria legislar. Não é o caso.



Com todo o respeito a V. Ex^a, agradeço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – A omissão a que me refiro é a falta de vontade política e determinação política para fazer o enfrentamento de temas como esse. Por evidente, são temas que contrariam poderosos interesses, porque é sabido que, em nosso País, a Justiça é muito efetiva para os pobres, mas ela não é efetiva para aqueles que dominam e detêm o poder. Acho que o Senado deveria se posicionar com relação a isso, até para tornar claro que, no Brasil, o sentimento dessa infinidade de recursos se transformou numa estratégia clara e efetiva de postergação da Justiça para todos.

Portanto, Sr^a Presidente, eu quero saudar aqui, de maneira efusiva, a decisão do Supremo Tribunal Federal. A meu juízo, foi uma decisão acertada. A meu juízo, provocado, o Supremo definiu, com exatidão, a questão relacionada à presunção da inocência, e acho que isso nos nivela com países civilizados que trabalham a presunção da inocência, mas não trabalham a presunção da inocência como se ela fosse *ad aeternum*, como se ela fosse infinita, como se ela não tivesse limite.

Portanto, quero crer que, a partir de agora, o papel do Senado, da Mesa Diretora, do Presidente do Senado Federal é, sim, pautar esse projeto para que nós possamos fazer um debate aqui sobre esse tema, e não postergar *ad aeternum*. O Senado, não enfrentando esse tema, está, sim, se omitindo diante de uma realidade, que, a meu juízo, é reclamada pelos brasileiros que desejam uma Justiça justa mas célere para que possamos colocar limite e um ponto final nessa impunidade que está efetivamente grassando diante de todos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias, para uma comunicação inadiável.

OSR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Quero começar cumprimentando os policiais e os bombeiros que estão aqui no dia de hoje e dizer que, por parte da oposição a esse Governo Michael Temer, nossa parte, nós votamos hoje essa medida provisória aqui no Plenário do Senado Federal.

Mas quero falar também, Senadora Regina, sobre a PEC 241, que foi lida no dia de hoje e teve apresentado o relatório pelo Senador Eunício Oliveira. Primeiro, eu quero falar sobre democracia. Essa PEC, para mim, é um ataque à democracia. Houve um golpe no País, e, na verdade, o voto popular foi desconsiderado. Afastaram a Presidenta Dilma e rasgaram o voto de 54 milhões de eleitores. Agora, estão querendo dizer o seguinte: “Olha, o povo pode eleger o próximo Presidente da República, mas ele vai entrar com poderes extremamente limitados.” Pode haver uma eleição em que um candidato diga o seguinte: “Eu quero aumentar 20% em quatro anos os investimentos em educação; eu quero tirar o País da recessão e, para isso, eu vou fazer déficit nos primeiros anos; depois, quando a economia crescer, eu vou fazer superávit.” Pois bem, do jeito que está, nós estamos cassando o voto popular de 2018, porque não podemos eleger um Presidente que defenda isso. Eu cito o exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e outros que defendem uma política diferente desta, mas o Presidente será eleito em um programa consagrado pela maioria do povo e não vai poder executar o seu programa, porque está claro aqui nas determinações da PEC 241 que nós vamos ter uma limitação dos gastos de acordo com a inflação pelos próximos 20 anos, perpassando os próximos mandatos presidenciais. E se o Presidente for eleito com um programa aclamado pelo povo e não tiver votos para mudar uma Constituição? Porque mudar uma Constituição não é fácil. E, depois que aprovarmos essa PEC 241, haverá chantagem do mercado a todo momento. “Ah! Vai mexer na PEC 241?” Sobe o dólar, especulação de todo o tipo.

Eu chamo a atenção para isso porque esse debate está sendo feito de forma torta. Primeiro, o País tem uma dívida e teve déficit por dois anos seguidos. Agora, existem os gastos primários e os gastos nominais. Eles querem congelar apenas os gastos primários. Quais são os gastos primários? Gastos em previdência social, em saúde, em educação. Quais são os gastos nominais? Os gastos nominais incluem juros que são pagos para o sistema financeiro, para os grandes empresários que vivem de aplicação em títulos da dívida pública.

Em 2014, o nosso déficit foi de 6,7% do PIB, dos quais 0,6% foi de gastos primários; 6,1% foram de pagamentos de juros – mais de R\$500 bilhões – aos banqueiros e aos rentistas deste País.

Em 2015, o déficit foi de 10,3%, dos quais 8,5% foram de pagamento de juros. Pois bem, disso eles não falam. Eles não querem colocar nenhum limite aqui em pagamento de juros! É só o limite nos gastos primários – volto a dizer – em saúde, educação cultura e segurança.

E aqui, senhores, eu vou entrar no concreto. Eu já falei aqui: se essa PEC existisse há dez anos, o orçamento da Educação, que foi de R\$103 bilhões, seria de R\$31 bilhões; o orçamento da Saúde, que foi de R\$102 bilhões, seria R\$65 bilhões.

Eu vou ler aqui a composição dos gastos. Vai ficar claro, Senador Lasier, que ele só tem um caminho para fazer essa PEC funcionar, porque eles dizem que vão cortar. Hoje, nós gastamos 19,8% do PIB em gastos



primários, eles querem, em 10 anos, cair cinco pontos percentuais do PIB.

Agora, eu pergunto: de onde corta? De juros não corta. Só vai sobrar o quê? Benefícios previdenciários. Desses 19,8%, 8,1% são benefícios previdenciários, 3,3% são despesas obrigatórias, abono e seguro-desemprego, BPC...

BPC, eu repito sempre, é um salário mínimo que é pago para idoso com mais de 65 anos, pessoa com deficiência, com renda inferior a 1/4 de salário.

Vamos mais, despesas obrigatórias. Você tem subsídios agrícolas. Então, dos 19,8%, 8,1% são benefícios previdenciários, 3,3% são outras despesas obrigatórias, 4,2% são pessoais e encargos sociais e 4% do PIB são despesas discricionárias. O que são despesas discricionárias? Tudo que é investido em educação, em saúde e em assistência social. O corte maior vai se dar aqui. E não tem jeito, como o Governo calcula que vai sair de 19,8% para 14,8% em 10 anos, eu quero trazer aqui os números do Bradesco.

O Bradesco diz o seguinte: as despesas discricionárias não obrigatórias vão encolher, em 10 anos, de 2,37% do PIB para 0,21% do PIB. Em relação às despesas com pessoal – e eu falo para os funcionários públicos –, a proposta deles é de dez anos com reajuste zero. Pelo cálculo do Bradesco, funcionário público tendo reajuste zero por dez anos... porque muita gente se esqueceu. Na hora de atacar o PT, Lula e Dilma, era uma coisa. Esqueceram-se de que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram oito anos de reajuste zero do funcionalismo público. Nenhum centavo! Pois bem, eles estão propondo isto aqui, reajuste zero. E, no cálculo do Bradesco, despesa com pessoal cai de 4,17% para 3,11% do PIB. Despesa obrigatória cai de 5,54% para 1,77%.

O que é despesa obrigatória? É tudo que eu falei, pessoal. Eles vão querer aprovar uma reforma da Previdência draconiana. Primeiro vão colocar a idade para se aposentar de 65 anos. O Temer aposentou-se com 55, o Ministro Padilha aposentou-se com 53, o Geddel Vieira Lima aposentou-se com 51, mas querem aumentar todo mundo agora para 65 anos.

E eles querem tirar, fundamentalmente, a vinculação do salário mínimo com o benefício previdenciário. Setenta por cento dos aposentados brasileiros ganham o salário mínimo. É isto que a gente está vendo: um ajuste em cima do povo trabalhador, um ajuste em cima do funcionalismo público.

Eu desafio um Senador da Base governista a me dizer onde os mais ricos estão contribuindo com esse ajuste, onde os banqueiros estão contribuindo, onde os grandes empresários estão contribuindo. Não tem nada. É só em cima do povo trabalhador, porque, quando você fala em cortar recursos de saúde pública e de educação pública, nós estamos falando em salário indireto do trabalhador. A mesma coisa na Previdência Social.

Então, esse aqui é um pacote de maldades, que vai ter um efeito terrível na economia brasileira, porque, Senador Medeiros, para a economia crescer, em um momento como este, tem que haver ampliação de investimentos e gastos sociais.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É onde está o erro de base. Não dá para aceitar que o problema fiscal brasileiro foi porque se gastou muito. Os senhores sabem que em 2015 não houve aumento de gasto. O que houve foi uma frustração de receitas, porque a economia está em recessão e também porque houve o aumento do pagamento de juros, que era de 4,5%, em 2014, e subiu até 9,1%, em janeiro de 2016.

Mas eu quero aqui citar o que vai vir junto com essa PEC. Para aprovarem essa PEC e reduzirem, como estão propondo no projeto, cinco pontos percentuais do PIB em dez anos, eles só vão conseguir fazendo o seguinte roteiro: primeiro, reforma na Previdência com impactos imediatos, o que significa mexer com quem hoje já contribui há muito tempo...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... e tinha expectativa de aposentadoria nos próximos dez anos. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, reforma do Benefício de Prestação Continuada. Possivelmente, vão falar em aumentar a idade de 65 anos para 70, rever para baixo o atual número de beneficiários e desvincular do salário mínimo. Eles querem fazer isso aqui com as pessoas que recebem BPC.

Fim da política de valorização do salário mínimo, senhores. Essa PEC aqui acabou com a política de valorização do salário mínimo. O que diz a política de valorização do salário mínimo? Você soma inflação mais crescimento econômico. Agora é só inflação. É fundamental. Para os senhores terem uma ideia, se esse projeto já existisse há dez anos, o salário mínimo seria de R\$630; se essa PEC existisse há vinte anos, o salário mínimo



seria R\$360. Esse é o terceiro ponto.

Quarto ponto: redução do número de famílias do Bolsa Família. Não tem jeito. Para economizar os 5% do PIB, eles vão ter que entrar aqui. É por isso que eles falavam antes em reduzir o Bolsa Família para os 5% mais pobres.

Reforma do abono salarial e seguro-desemprego, redução de subsídios agrícolas e industriais, redução de investimentos públicos. O Senador Humberto Costa está com total razão, a primeira coisa mais fácil é cortar investimento.

Foi o que aconteceu nos ajustes fiscais do Brasil. Como tinha vinculação de receita com educação e saúde, sobrava para o investimento. No do Levy, foram 40% de investimentos...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... que foram cortados. E não há investimento privado neste País sem investimento público.

Redução dos gastos de saúde e educação em relação ao atual mínimo constitucional. Como é que é hoje? Hoje, existe o seguinte: tem um piso, a União tem que investir 18% da receita líquida em educação, Estados, 25%, Municípios, 25%. Os senhores sabem que eles estão acabando com isso? Estão tirando – estão tirando.

Eu faço um desafio. Eles, que vêm aqui e que dizem: “Ah, não, não está reduzindo o recurso da educação”. Então, por que não deixam o piso? Por que não deixam o piso? É porque eles sabem que vai ter que reduzir. É draconiano o que eles estão fazendo aqui.

Mais: redução de diversas leis e atos normativos de repasse a Estados e Municípios, como o repasse do custeio ao Cras e ao Creas.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O piso de atenção básica da saúde.

Os procedimentos de média e alta complexidade.

O repasse às creches do Brasil Carinhoso.

Redução das políticas finalísticas de todos os ministérios. Vamos ter ministérios completamente destruídos – Ciência e Tecnologia, Cultura.

Fim da reposição da inflação nos salários dos servidores públicos. Esse eu já falei. É a volta da velha política do Fernando Henrique Cardoso. Se alguém quiser esperar para ver, eu garanto que está escrito, e está aqui claro. Não tem jeito de eles chegarem a essa proposta de corte de gastos se existir aumento de salário para o servidor público.

Então, é isso que nós estamos discutindo nesta Casa. Eu, sinceramente, aposto num outro caminho para recuperar a economia do País. Num caminho em que a gente amplie os investimentos, amplie os gastos sociais, coloque o crescimento econômico como centro da estratégia de recuperação econômica.

Eu passo para o Senador Lasier e para o Senador Medeiros depois.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado, Senador Lindbergh. Nós estamos iniciando nesta Casa o grande debate desta PEC. Não temos ainda uma perspectiva de como vai terminar tudo isso. Agora, eu quero formular esse aparte não como integrante da Base do Governo, porque não sou da Base do Governo, eu sou um Senador independente, sou do PDT. Agora, a pergunta que se faz, Senador Lindbergh, é: que outra alternativa existirá? V. Exª fala que não haverá reajuste. Haverá pequenos reajustes condicionados à taxa da inflação, mas haverá reajustes. V. Exª fala que não se menciona, até agora, taxar ricos e banqueiros. Mas aí eu faço uma pergunta: mas e o governo Dilma e o governo Lula em que taxaram banqueiros e ricos? Que história que nós temos? Não aconteceu nada com relação a eles. E, por outro lado, nós teremos oportunidade de discutir, a partir de agora, se há algum outro caminho ou não, porque o País está literalmente quebrado, Senador. V. Exª sabe disso. E quem quebrou? Foi o atual Governo? Acho que não, ele recentemente ingressou. Então, Senador, eu acho que quando se faz pronunciamentos tão candentes, e V. Exª sabe fazer candentes discursos, e é respeitado também por isso, é preciso apresentar soluções. É preciso dizer como vamos sair dessa, como vamos sair desse imenso buraco que foi cavado nos últimos anos e que não foi o atual Governo que cavou. Porque não adianta só criticar, temos que apresentar alternativas. E é o que eu lhe pergunto: há alternativa a não ser essa PEC que está chegando ao Senado? Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro. Eu agradeço o aparte, Senador Lasier.

Primeiro, há, sim, alternativas. Esses planos de austeridade, como estão querendo fazer aqui, fracassaram



no mundo inteiro. Por que, Senador Lasier? Inclusive, a crise que a gente enfrenta, na minha avaliação, é muito decorrente de 2015, quando o Levy fez um grande ajuste que colocou a economia em recessão. Aí começa a acontecer um ciclo vicioso: a economia desacelera, diminui a arrecadação, e você acaba aumentando a dívida pública.

Se o senhor for olhar os números de 2015 e de 2016, o senhor vai ver que não houve ganância. O que houve foi uma tremenda frustração de receitas e o aumento do pagamento de juros. Por que a frustração de receitas? Porque a economia está em recessão.

Aqui é um debate entre economistas do mundo inteiro. Não são só esses que defendem a austeridade que existem no mundo, há várias correntes. O próprio Fundo Monetário Internacional tem um documento que reconhece que os planos de austeridade acabam aumentando a dívida pública – um documento recente deles.

Qual é a saída para o momento? A meu ver, a que Lula fez em 2008, 2010. Sabe o que Lula fez naquela crise de desaceleração econômica? Aumentou o gasto social. Fez o PAC, aumentou o investimento. A economia cresceu e melhoramos a situação fiscal.

Porque as pessoas se esquecem de que estamos falando da relação da dívida líquida com o PIB. O PIB é o denominador.

O Lula pegou a dívida líquida em 60% do PIB de Fernando Henrique e trouxe para 34%. Então o caminho é o oposto da PEC.

Ao fazermos essa PEC, o que acontece? Nós vamos estar colocando o País nessa situação de estagnação. Por que, Senador Lasier? Quando a gente economiza... porque todo mundo acha: “Ah, economizar...” Essa comparação com a casa da pessoa é a coisa mais falsa do mundo quando se trata da economia de um país. Quando você investe ou gasta 1% a mais do PIB, você tem um multiplicador de crescimento econômico, algo em torno de 1,5%. Quando você corta, você aprofunda a recessão.

Então, é isso aqui que estão propondo. Ao invés de melhorar a situação da economia, vai piorar a situação da economia.

Aí o senhor pergunta: “Quem quebrou o País?” V. Exª era Senador aqui, como eu, em 2015. Eu acho o seguinte, primeiro todo o mundo político tem responsabilidade pela crise econômica que a gente enfrenta. Não V. Exª, o PSDB e os que eram oposição à Presidenta Dilma, porque não aceitaram o resultado eleitoral, fizeram aliança com Eduardo Cunha. Não houve governo da Presidenta Dilma em 2015; o País parou na crise política. Agora, eu acho que nós temos a nossa culpa, nós temos a nossa responsabilidade. Eu acho que o grande erro da Dilma foi ter ingressado por aquela política de ajuste do Levy, que agora o Temer quer transformar numa política de 20 anos.

Em relação à tributação não é bem assim não, Senador Lasier. O Presidente Lula fez a CPMF, que sustentava a saúde. Foram os setores de oposição a ele neste Senado que tiraram. A Presidenta Dilma mandou um projeto aqui para acabar com a aberração que só beneficia grandes empresários do País, que é juro sobre capital próprio. Saiu porque o Senado Federal não deixou aprovar.

Nós aprovamos, queríamos taxar em 20% com uma alíquota para bancos. O PSDB aqui derrubou, pôs para 15%. Estou vendo o Senador Fernando Bezerra, que tem propostas muito interessantes nessa área, sobre grandes heranças.

Então, esse tema do sistema tributário, ao meu ver, tinha de existir em conjunto com esse debate da PEC nº 241, porque quem diz que estamos enfrentando um problema fiscal, ao meu ver, Senador Lasier, podia apresentar alguma medida também para o andar de cima, mas Paulo Skaf, da Fiesp, não deixa; aumentar imposto para banqueiro ou empresário, eles não deixam.

Então, eu acho, sinceramente, que está faltando aqui uma medida equilibrada. Eu não acho que o centro é o ajuste fiscal. Eu acho que o centro é recuperação econômica. Mas para os que acham que o centro é o ajuste fiscal, tem que surgir alguém aqui dizendo o seguinte: “Olha, já que a gente vai apertar aqui e vai prejudicar os mais pobres, vamos colocar isso aqui para os banqueiros”. Mas não apresenta. É um ajuste todo em cima do pobre, do trabalhador. Esse é o ponto central. E não é verdade que nós vamos retirar de um para outro. Não tem saída.

Eu li aqui, Senador Fernando Bezerra, que quando a gente fala nos gastos primários de 19,8%, todos os principais gastos... O senhor sabe que os discricionários, em que estão envolvidos todos os ministérios, representam 4% do PIB, ou seja, 20% desses gastos. Pelos cálculos aqui feitos por vários economistas, vamos ter de dar um aperto grande nas mais diversas áreas para reduzir em cinco pontos percentuais do PIB, de 20% para 15%...

(Soa a campanha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E eu encerro aqui, trazendo números, Senador Lasier. Sabe quantos países da OCDE fazem gastos primários em relação ao PIB? Quarenta e nove por cento. Sabe quanto é no Brasil? Dezenove ponto oito. E o Governo quer que caia cinco pontos. Só existem, no universo de 191 países, 11 países no mundo que têm investimentos em gastos primários inferiores a 16% do PIB. É para essa turma que nós vamos.

Querem que eu leia os países que estão nisso? Aqui, praticamente não existe saúde, educação: Bangladesh, República do Congo, Guatemala, Madagascar, Nigéria, Sudão, Turcomenistão... São onze. Há outros países aqui que gastam menos de 16% do PIB em gastos primários...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só para concluir, há duas formas de diminuir a desigualdade social. Uma é na hora da arrecadação de impostos. Infelizmente, no Brasil, milionários não pagam impostos. Quem paga imposto é funcionário público, a classe média e os mais pobres.

A segunda forma é no gasto social, e aí, até o maior dos críticos de Lula sabe que ele aumentou o gasto social neste País. Saiu de 13% para 17% do PIB, e foi aí que houve a diminuição da desigualdade social.

Eles querem, nesta PEC nº 241, acabar com isso, acabar com o gasto social, acabar com a ampliação de recursos, porque no governo do Presidente Lula e no governo da Presidenta Dilma, nós ampliamos o gasto em educação em 140%, muito acima da inflação.

Então, essa PEC mostra o tamanho da irresponsabilidade social das elites deste País.

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu concluo.

Pensam só nos seus lucros. A gente pode resumir essa PEC a um objetivo central: eles querem agora, primeiro, reservar recursos para o superávit primário, para pagar juros aos banqueiros e aos grandes empresários. E o resto é que sobrar. O que sobrar depois de pagar dinheiro para os banqueiros, aí você aperta: educação, salário de funcionalismo, previdência social.

Essa PEC é a PEC do fim do mundo. É uma PEC dos ricos, é uma PEC contra os trabalhadores e o povo brasileiro.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Como orador inscrito agora, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, todos os que nos acompanham aqui nas galerias e pela TV e Rádio Senado, queria, primeiramente, cumprimentar o Deputado Pedro Satélite, do meu Estado, que está nos visitando aqui, o Disney, o seu assessor, o empresário Sérgio, a Edilane. Sejam muito bem-vindos aqui ao Senado Federal.

E quero dizer a todos que estão nos assistindo: fiquem tranquilos. Essas profecias do Senador que me antecedeu... Eu não vou falar o nome para não citar o art. 14, porque aí ele teria direito a falar novamente. Podem ficar tranquilos, o mundo não vai acabar amanhã. Essas profecias... Aliás, no ano 2000, falaram que haveria o bug do milênio, que o mundo ia acabar, aquela coisa toda. Não acabou, o mundo continua aí.

A verdade é que há pouco tempo as pessoas perguntavam: “qual a saída? Temos luz no fim do túnel?” E a gente dizia: Que túnel? Você não via nem o túnel. Agora nós já temos pelo menos uma luz, já vemos o túnel, já vemos saídas. É evidente que, quando um doente está na UTI, o que se busca é uma saída. E para haver uma saída, para a cura, precisa-se de remédios. Lógico que, neste momento de falta de dinheiro, o remédio é amargo.

Estou aqui na frente de servidores públicos, tenho experiência, sei mais do que ninguém que o servidor público sabe o que é salário. Ele sabe, às vezes, quando sobra mês e falta salário. Na casa da gente, a gente tem essa experiência. Ainda mais nós, que geralmente temos que tirar leite de pedra para o salário subir. Não é à toa que vocês estão aqui. Então, o que acontece? Quando a gente extrapola um pouco no cartão, o que a gente faz? A gente precisa enxugar os gastos para no outro mês conseguir pagar.

De repente, você chega para os filhos e fala: “Olha, vamos ter que cortar um pouco do cinema. Aquela viagem para a Disney não vai ser possível. O almoço no restaurante também não vai dar para ser todo o



domingo. Vamos ter que dar uma enxugada". E aí vem o filho mais velho, já adolescente, estudando em alguma escola cheias de petistas, diz: "Não, senhor. O senhor quer só em cima do nosso lombo, não é? Em cima do cartão de crédito Visa, o senhor não quer fazer o ajuste de conta". Mas a Visa não quer saber. Nós pagamos o dinheiro. Essa é que é a conversa. O ajuste é aqui em casa.

Assim é o Brasil. Em 30 anos, já fizemos duas moratórias. Aquela: devo não nego, pago quando puder. Isso tem um alívio momentâneo, mas a partir de um certo momento, a gente vai perdendo a credibilidade. É por isso que pagamos tantos juros.

Há uma falácia aqui que o companheiro – que não falarei o nome também para não dizerem que é perseguição – disse o seguinte: "Nós pagamos a dívida externa. O Brasil não deve mais nada. Nunca na história desse País. Pagamos a dívida externa".

Essa dívida externa tinha o juro de 1%. Aí, ela foi internalizada. Sabem quanto o Brasil paga agora? Quatorze por cento ao mês. Quem faz um negócio desse? Me conta. Você tem uma dívida em que você paga 1%, aí você passa a pagar 14% e conta vantagem. Esse é o cenário.

O certo é que nós temos que sair do buraco. Mas esse caos todo de que os pobres vão se acabar, na verdade, é o seguinte: a gente quer acabar com a pobreza, porque havia um certo Partido de um Senador que me antecedeu que gostava tanto da pobreza que queria aumentar ela. Programas sociais são importantes, mas eles têm que ter uma saída. Têm que ter a saída deles, porque, senão, fica igual Luiz Gonzaga dizia: a esmola ou vicia o pobre ou envergonha o cidadão. Essa é a coisa.

Mas, mudando de pau para pedra, na verdade, eu quero falar sobre regularização fundiária, meus irmãos. O noticiário político está voltado neste momento para questões urgentes, como a aprovação da PEC nº 55, do teto dos gastos públicos, que é o que nós falávamos agora há pouco, e a reforma da Previdência. Iniciativas importantes terminam por ser relegadas a segundo plano. Nesse caso, se encontram mudanças importantes no Plano Nacional de Reforma Agrária que estão sendo implementadas, mostrando outra face do Governo Michel Temer.

Ao falar de regularização fundiária, cito aqui novamente o Deputado Pedro Satélite, que foi um dos primeiros a fazer regularização fundiária no País, lá na década de 70, no Mato Grosso.

A reforma fiscal tem aqui uma contraparte essencialmente social. O Presidente tem dado orientações explícitas a esse aspecto social de sua atuação, enfatizando todo um processo de aprimoramento dos instrumentos de obtenção de terras, de titulação dos assentamentos, de novo processo de seleção dos beneficiários e de regularização de terras cultivadas sem a anuência do Incra. No dizer do Presidente desse órgão estatal, Leonardo Góes, "o Governo Federal busca dar maior segurança jurídica àqueles que têm terra e produzem, além de promover o acesso à terra a quem quer produzir alimentos".

Em pouco tempo será publicada uma medida provisória, Senador Raimundo Lira, voltada para o equacionamento dessas questões. Ela se caracteriza por seu perfil eminentemente técnico, avesso a problemas de ordem ideológica. Só esse ponto já seria suficiente para definir a nova gestão do Incra.

Por que esse ponto é importante, Senador Lasier? Porque, até bem pouco tempo, milhares de brasileiros que estão há anos nos seus lotes estavam manietados para fazer um curral eleitoral. Nunca tinham direito ao seu título. Nunca podiam pegar crédito. Estavam amarrados.

Concedo um aparte a V. Ex^a. V. Ex^a pediu? (Pausa.)

Não?

Ela se caracteriza justamente por esse ponto de não ideologizar o debate. Em vários momentos das administrações anteriores, com a ressalva da gestão Guedes, esse importante órgão deixou de ser propriamente um órgão de Estado para se tomar um instrumento dos movimentos sociais. Agora a orientação técnica é predominante com um sentido de Estado.

A questão da titulação é, certamente, uma das mais importantes em pauta. Uma particularidade dos assentamentos da reforma agrária, até aqui, consistia no fato de serem tutelados por esses movimentos, que ali fincaram um dos pilares de sua militância e de recrutamento de membros para invasões.

Um assentado é, assim, não só tutelado pelo Estado, mas, principalmente, pelo MST. Não são produtores autônomos, mas objetos de uma política assistencialista, voltada para a criação de uma clientela política, Deputado Pedro Satélite, que fica à mercê de cestas e fica à mercê dos anseios de quem os queria tutelar.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Medeiros, um aparte.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com muito prazer, Senador Cidinho.

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – Queria, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a por abordar um assunto tão importante, principalmente para o nosso Estado, do Mato Grosso, a questão da regularização fundiária. Com certeza, nós temos aqui também o Deputado Pedro Satélite, que é lá do Mato



Grosso, lutador por esta causa, e gostaria de anunciar que no dia 17 de novembro nós teremos uma audiência marcada com toda a Bancada Federal do Estado do Mato Grosso com o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, para tratar justamente deste tema, da regularização fundiária como uma prioridade para o Estado do Mato Grosso, porque nós temos problemas mais graves sobre esse tema. E, ainda, para os telespectadores que nos assistem da TV Senado, anuncio a decisão da nossa Bancada, dos três Senadores do Mato Grosso e mais oito Deputados Federais, que a nossa emenda é impositiva de Bancada e nós destinamos à regularização fundiária do nosso Estado um valor de R\$64,5 milhões. Evidentemente, não é tudo o que a gente precisa, mas é um problema que nos aflige...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cidinho Santos (Bloco Moderador/PR - MT) – ... e aflige várias cidades do Mato Grosso já há mais de 20 anos. É aquilo que V. Exª tem falado, da questão da regularização dos assentamentos, das pessoas que nas cidades não têm um lote urbano, de pessoas que estão em uma área há mais de 20, 25 anos e não têm sua escritura. O Governo do Presidente Michel Temer está tendo essa oportunidade, essa visão e a sensibilidade de começar por Mato Grosso esse grande trabalho da regularização fundiária no Brasil. Então, parabéns a V. Exª por estar abordando este assunto nesta tarde.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Cidinho. V. Exª que conhece muito bem os problemas da regularização fundiária.

Então, essas pessoas acabam também não sendo propriamente agricultores familiares, por não deterem a propriedade de suas terras. Eles não se sentem assim. Com a titulação abre-se a possibilidade de se tornarem verdadeiramente agricultores familiares, com melhores condições de obtenção de crédito, de compra de maquinário e de assistência técnica. Um agricultor familiar entra numa relação de mercado, tem melhores condições de trabalho e de educação para seus filhos, vislumbrando um futuro melhor.

Contraste-se, por exemplo, a condição dos agricultores familiares no sistema integrado de produção no sul do País, envolvendo as cadeias produtivas do tabaco, de aves e de suínos e estendendo-se a outros setores produtivos, como a dos assentados. Uns são prósperos, outros vivem em favelas rurais.

Muitos assentamentos têm agricultores produtivos, que almejam tornar-se familiares, mas se veem impedidos por não poderem adquirir terras de seus vizinhos que não produzem e vivem da assistência estatal. Pelos critérios atuais, ao cultivarem as terras desses seus vizinhos, que podem tê-las cedido mediante um contrato informal de arrendamento ou de compra e venda, eles se encontram em situação irregular. Aliás, ambos estão, por não serem proprietários de suas respectivas terras. São tutelados, não têm liberdade de escolha. Pela nova medida provisória, porém, poderão regularizar sua situação, aumentando a produção de alimentos, e a terra pode ser cultivada por quem quer realmente produzir.

É urgente este novo reordenamento fundiário, corrigindo aquelas anomalias, ainda defendidas por movimentos sociais ideologicamente obtusos.

A nova seleção de beneficiários almeja ser técnica e transparente, deixando de ser um instrumento do MST, deixando de ser uma extensão do braço e das ideias do Sr. Pedro Stédile. A nova seleção de beneficiários almeja ser diferente do que vinha acontecendo. Antes essas pessoas tinham a função de escolher os beneficiários, aumentando assim a sua militância. Várias denúncias, aliás, têm aparecido envolvendo pessoas que já são proprietárias, funcionários públicos, militantes, etc.

O Incra chegou a impedir novos assentamentos para que essas anomalias fossem devidamente corrigidas. O descalabro era enorme, produzido, principalmente, pelo viés ideológico e político-partidário que presidia o processo seletivo. Haverá agora um papel mais importante das prefeituras e, sobretudo, maior divulgação de todo esse processo.

Outro ponto diz respeito à obtenção de terras para a regularização fundiária, por exemplo, na Amazônia Legal, ou para assentamentos da reforma agrária. Há a necessidade de acelerar os trâmites administrativos, para tudo se resolver o mais rapidamente possível. Imagine a situação de um proprietário que tem a sua terra invadida enquanto decisões judiciais de reintegração de posse não são cumpridas. O Pará é um Estado que vive enorme crise numa situação que poderíamos designar como terra sem lei.

Tal mecanismo de obtenção de terras a preços vigentes e com pagamento em dinheiro e não necessariamente mediante títulos da dívida agrária seria um instrumento que poderia facilitar o equacionamento de tais conflitos, além, evidentemente, de maior respeito à lei, não seguida em vários Estados do País. Seriam compras nas condições de uma economia de mercado.

O campo brasileiro foi, nos governos petistas, um terreno privilegiado de conflitos, como se houvesse aqui uma luta de classes que terminaria com a vitória revolucionária dos camponeses, dos ditos movimentos sociais. O setor rural, a despeito dos ideólogos esquerdistas ou direitistas, foi, porém, objeto de um verdadeiro



conflito e agora precisamos de uma reforma que possa mudar tudo isso.

A realidade mudou completamente, nas últimas décadas, e cabe agora uma nova legislação e uma nova política que reflitam e deem conta desta nova situação.

Acaba de chegar aqui o nosso Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, ao passo em que agradeço a todos e agradeço à Presidente Regina pela tolerância no tempo.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, a Srª Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Lasier, pela Liderança do PDT e, logo em seguida, nós vamos começar a Ordem do Dia.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário, porque nós vamos, daqui a pouquinho, começar a Ordem do Dia.

Nós temos duas matérias importantes: uma medida provisória, que está trancando a pauta, e nós vamos votar também um projeto muito pedido e insistentemente defendido aqui pelo Senador Valadares e por todos os Líderes, que é a audiência de custódia.

Com a aquiescência do Senador Lasier, vamos ouvir rapidamente o Senador Aloysio.

Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até é uma feliz coincidência a presença do Senador Lasier, porque S. Exª é autor de um projeto de lei do qual eu sou Relator. É um projeto de lei que trata de disciplinar essa questão urbana, que é muito polêmica, mas estabelece regras claras para a convivência do Uber, ou outras empresas semelhantes, com o táxi. Há um projeto do Senador Lasier, de que eu sou Relator, e há um projeto do Senador Ferraço.

Acontece, Sr. Presidente, que há, sobre a mesa, um requerimento de autoria do Senador Paim que pede que esses dois projetos sejam enviados – veja V. Exª! – à Comissão de Direitos Humanos. Parece-me que isso é impertinente do ponto de vista temático. Não são matérias para a Comissão de Direitos Humanos.

Então, eu pediria a V. Exª que, se fosse possível, colocasse em votação esse requerimento para que, se ele for rejeitado, as matérias possam continuar sua tramitação, porque eu apresentei meu parecer há quatro meses, mas, até agora, em razão desse problema, as matérias não conseguiram seguir sua tramitação.

Muito obrigado.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ainda com a aquiescência do Senador Lasier.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... pedir uma deferência especial ao senhor.

Na semana passada, houve um encontro dos prefeitos aqui, em Brasília, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios, e uma das reivindicações de todos os prefeitos é a votação do PL 15, que trata da questão do pagamento do ISS no Município de origem. Acredito que isso faria justiça aos Municípios. Esse projeto está na nossa pauta há algum tempo. Se V. Exª puder pautar esse projeto para nós o votarmos hoje, com certeza, daremos uma condição melhor para os prefeitos que estão terminando seus mandatos e para os que vão assumir a partir de 1º de janeiro.

Era só esta a minha reivindicação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Renan.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Presidente, tem-se ouvido falar ultimamente que estão querendo esvaziar a Operação Lava Jato. Tem-se ouvido dizer que querem “melar”, que querem “esfriar” a Operação Lava Jato. E eu sei que V. Exª, Senador Renan, tem defendido a continuidade normal dessa operação histórica que vem investigando corrupção no Brasil.

A Operação Lava Jato, como se sabe, aconteceu quase casualmente. Os investigadores, na época, procuravam investigar lavagem de dinheiro, crimes financeiros envolvendo doleiros, no caso Alberto Youssef. Foi então que, de maneira surpreendente, verificaram que bilionários desvios eram feitos na Petrobras, na Caixa Econômica, na Eletronuclear e em Ministérios como os do Planejamento e da Saúde.

Nós estamos aqui para defender o normal prosseguimento da Operação Lava Jato e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, salientar um oportuníssimo artigo que foi publicado anteontem num dos jornais de maior circulação no País, a *Folha de S. Paulo*, sob o título “Lava Jato, de onde veio e para onde vamos”.



Esse artigo é de autoria de nada mais, nada menos que dois dos principais Procuradores da República que integram a força-tarefa da Lava Jato: Deltan Dallagnol e Orlando Martello.

Eu quero assinalar alguns tópicos desse trabalho em que esses dois procuradores defendem o prosseguimento normal, até o fim, da Operação Lava Jato. Dizem eles a certa altura do artigo:

Até o momento, em primeira instância, as investigações levaram a 52 acusações contra 241 pessoas, por crimes como corrupção, lavagem e organização criminosa.

Dentre elas, 110 foram condenadas a penas que ultrapassam mil anos de prisão. O ressarcimento soma mais de R\$3,6 bilhões – antes da Lava Jato, virtualmente nenhum caso recuperou mais de R\$100 milhões, e a regra é não reaver um tostão sequer.

No entanto, talvez o maior impacto da Lava Jato tenha sido a responsabilização igualitária dos criminosos, pouco importando cargo ou bolso. Perseguiu-se a “grande corrupção”, aquela que deslegitima as instituições e até então era imune ao Judiciário.

A corrupção de que tratamos afeta a eficiência da gestão pública, drena recursos de serviços essenciais, desequilibra o processo democrático e violenta os princípios republicanos.

É a corrupção que mata pela fila do SUS, pela falta de manutenção das estradas, que nutre a violência pela ausência de políticas públicas e que atrasa o país pela deficiência da infraestrutura.

Como o mensalão, a Lava Jato tem se mostrado excepcionalmente diferente em relação à impunidade. É a exceção que confirma a regra.

Precisamos reconhecer que o relativo sucesso é fruto de uma multidão de fatores, que incluem um trabalho coordenado, inovador e profissional de vários órgãos, o amadurecimento de leis e instituições e... muitos lances de sorte. Foi valioso ainda o apoio da sociedade.

Dizem ainda os articulistas na *Folha*:

O avanço se deu sobre um tripé formado por colaborações premiadas, cooperações internacionais e transparência.

As delações – sempre ponto de partida, jamais de chegada – permitiram a expansão exponencial da investigação. Embasaram buscas e apreensões, colheita de depoimentos e quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico; as transações bancárias rastreadas somam mais de R\$1 trilhão.

As cooperações internacionais – mais de 120 intercâmbios com 34 países – permitiram alcançar documentos de contas secretas no exterior usadas há décadas.

Mais adiante, dizem os dois procuradores da República, na *Folha de S. Paulo*, de domingo, anteontem:

O acervo probatório produzido é imenso. Como a usual tática dos investigados de negar os fatos já não funcionava, passaram a difundir a falsa ideia de abusos na Lava Jato.

Tal noção não se sustenta. Foram feitas somente prisões excepcionalmente necessárias. Apenas 9% dos acusados estão presos – e só 3% estão encarcerados sem condenação.

Diante da inusitada perspectiva de punição, a colaboração passou a ser a melhor estratégia de defesa: 70% delas foram feitas com réus soltos, e diariamente recusam-se novos acordos, por não se vislumbrar ganho efetivo.

Observe-se ainda que, se “abusos” ou “excessos” existissem, os tribunais os corrigiriam. Mesmo contestados por grandes bancas advocatícias em três cortes, os atos do juiz Sergio Moro foram confirmados em mais de 95% dos casos.

Alega-se também que as investigações são partidárias. Outro disparate! Além de as equipes de procuradores, delegados e auditores terem sido formadas, em grande parte, antes de se descobrirem os crimes da Petrobras, trata-se de dezenas de profissionais de perfil técnico, sem histórico de vínculo político.

Ainda adiante diz o artigo da *Folha*:

O ataque mendaz à credibilidade da Lava Jato e dos investigadores tem um propósito. Prepara-se o terreno para, em evidente desvio de finalidade, aprovar projetos de abuso de autoridade, de obstáculos à colaboração premiada, de alterações na leniência e de anistia ao caixa dois.

O Brasil, quarta nação mais corrupta do mundo segundo ranking do Fórum Econômico Mundial, está numa encruzilhada.



Se forem aprovados projetos como os mencionados, seguiremos o caminho da Itália, que, nas palavras de um procurador da Mãos Limpas – operação da década de 90 semelhante à Lava Jato –, lutou contra a corrupção, mas perdeu.

O Brasil, porém, pode seguir os passos de Hong Kong, nos anos 1960 considerado o lugar mais corrupto do mundo. Após um escândalo na década seguinte, realizaram-se reformas e, hoje, é o 18º país mais honesto no ranking da Transparência Internacional (o Brasil está no 76ª [...] [lugar]).

A história do Brasil é também uma história de fracassos na luta contra a corrupção. Casos como Anões do Orçamento, Marka Fonte-Cindam, Propinoduto, Banestado, Maluf, Castelo de Areia, Boi Barrica e tantos outros caíram na vala comum da impunidade.

A corrupção tem alto custo ao país. Temos de fechar essas brechas por onde escapam os ladrões e o dinheiro público.

Alterações legislativas, como a reforma política e as dez medidas contra a corrupção, sanam problemas estruturais e podem nos pôr no rumo de Hong Kong, o que recomenda seu debate, aperfeiçoamento e aprovação pelo Congresso.

É importante, ainda, incentivar o controle social e que os cidadãos, bem informados, repilam os políticos desonestos pelo voto.

É impossível reduzir o nível da corrupção a zero, mas estamos no polo oposto. A grande corrupção tem de ser extirpada, para surgir um Brasil competitivo, inovador, igualitário, democrático, republicano e, sobretudo, orgulhoso de si.

A sociedade tem de reagir. Parafraseando Martin Luther King, estamos rodeados da perversidade dos maus, mas o que mais tememos é o silêncio dos bons.

Em conclusão, Sr. Presidente, quero pedir a inserção nos *Anais* desta Casa, na sessão de hoje, do artigo da *Folha de S.Paulo* de anteontem sob o título “Lava Jato, de onde veio e para onde vamos”, assinado por Del-tan Dallagnol e Orlando Martello.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR LASIER MARTINS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Lava Jato, de onde veio e para onde vamos”, *Folha de S.Paulo*, em 30/10/2016. **(Vide item 2.1.5 do sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

Eu quero comunicar aos Senadores que acabamos de ter uma reunião da Mesa Diretora do Senado Federal. Foi uma reunião muito importante, porque nós combinamos de, na próxima semana, votarmos matérias fundamentais, que dão continuidade aos cortes no gasto do Senado Federal.

Nesses últimos quatro anos, nós fizemos um esforço – não apenas o Presidente, mas todos os membros da Mesa – para demonstrar que era possível, sim, fazer mais com menos. E, apesar dos cortes, nós elevamos os investimentos do Senado Federal para R\$600 mil por ano, em média, nesses últimos quatro anos. E vamos continuar cortando. A próxima reunião da Mesa será para anunciar novos cortes, sobretudo na cota de correios, que é uma cota que aparelha o exercício dos mandatos nesta Casa.

Eu queria comunicar também que, na oportunidade, fiz questão de dizer aos membros da Mesa que, durante este ano, para não dificultar o andamento do calendário da PEC dos gastos e de outras matérias importantes, igualmente importantes, que vamos apreciar no Senado e na Câmara dos Deputados, nós não vamos tratar de eleição para Presidente do Senado. Essa discussão só acontecerá em janeiro, porque o PMDB, como todos sabem, conquistou nas urnas o direito de apresentar o candidato à Presidência do Senado, e a disposição do PMDB é de ter uma relação, na forma da proporcionalidade, com todos os partidos e com todas as Bancadas desta Casa. Portanto, nós não vamos precipitar esse debate, inverter a ordem natural, porque, se fizermos isso, vamos dificultar o calendário da PEC do gasto público e os outros calendários de matérias também importantíssimas que vamos apreciar.

Eu queria comunicar também, antes de começarmos a Ordem do Dia, que, em meados de 2015, e a imprensa muito bem se recorda disso, Senador Aloysio, nós levamos à então Presidente Dilma Rousseff uma proposta para fazer as reformas e votar medidas que estavam na Ordem do Dia e que ajudariam, sem dúvida



nenhuma, a tirar o Brasil da recessão. O quadro econômico já estava bastante feio, e nós apresentamos aquela agenda, que não era uma agenda para ninguém, era uma agenda para o Brasil.

O primeiro item dessa agenda – e eu comuniquei a data da votação aqui no Senado Federal – era a repatriação de ativos. E eu disse, então, à Presidente: “Presidente, essa repatriação vai valer por três ou quatro CPMFs. Basta nós aprovarmos essa medida, porque ela valerá por si só; não ensejará a necessidade de aumentarmos a carga tributária”.

Naquele dia, a Presidente me surpreendeu com um pedido. Ela disse: “Renan, eu gostaria de lhe fazer um pedido. Eu queria que você não votasse no Senado, como você me comunica que já marcou a votação, porque o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, está exigindo que essa matéria comece a tramitar primeiro pela Câmara dos Deputados. Você faz isso para mim?” – perguntou a Presidente. Eu disse: “Presidente, como não fazer? Eu estou aqui tentando defender o interesse nacional, e não a paternidade para colocar em votação uma medida que eu sei que será muito boa para o Brasil”. E ela assim o fez: mandou a matéria para a Câmara dos Deputados.

Essa matéria, na verdade, nunca saiu da Câmara dos Deputados, porque bastava a Câmara dos Deputados não ter ameaçado, com relação à mudança da repatriação, que nós teríamos mais de US\$100 bilhões. Como a regra deixou alguma insegurança do ponto de vista jurídico, nós passaremos de US\$60 bilhões, o que significa na prática três CPMFs.

Então, como isso teve uma dificuldade natural, eu, da Presidência do Senado Federal, quero comunicar à Casa que propus ao Presidente Michel Temer reabrir o prazo da repatriação para o próximo ano para que, da mesma forma que nós vamos ter em 2016 uma receita adicional de mais de R\$60 bilhões com a repatriação, nós possamos, já nos primeiros dias de janeiro, reabrir o prazo da repatriação para que tenhamos, pelo menos, uma receita igual no ano de 2017.

Essa proposta eu levei ao Presidente Michel com a mesma sinceridade com que comuniquei à Presidente Dilma que nós íamos votar a repatriação no Senado Federal. Ela pediu, na oportunidade, que nós abrissemos mão da votação e deixássemos a matéria tramitar primeiro pela Câmara dos Deputados, o que demorou um ano – um ano! – em função do que significou a repatriação na defesa do interesse do País.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Agora nós vamos começar por aqui? Desta feita nós começaremos pelo Senado?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos começar pelo Senado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bem. Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos começar pelo Senado, e, na próxima terça-feira, eu estarei apresentando a proposta para reabertura do prazo de repatriação para que tenhamos, no próximo ano, pelo menos a mesma receita que tivemos em 2016.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando começou a ser elaborado esse projeto de repatriação – inclusive, o autor seria o Senador Randolfe Rodrigues –, o Senador Eunício Oliveira designou que eu participasse desta comissão especial para analisar essa possibilidade e todas as hipóteses da repatriação.

Então, nós analisamos repatriação de vários países, sendo a mais exitosa a da Itália, que teve um sucesso extraordinário. E nós calculamos, naquele momento, junto com um técnico da Fundação Getúlio Vargas, especialista no assunto, Senador Renan, que a repatriação, sendo feita de forma correta, sem trazer qualquer insegurança jurídica, traria como impostos arrecadados em torno de R\$120 a R\$150 bilhões de impostos, de arrecadação.

Se considerássemos naquele momento que a CPMF, por mais exitosa que fosse, arrecadasse de R\$25 bilhões a R\$30 bilhões, nós teríamos, no processo de repatriação, a CPMF de cinco anos antecipada. Isso daria uma folga extraordinária para a questão fiscal do País, mas infelizmente o que aconteceu – e que V. Ex^a acabou de descrever – é que todo esse trabalho foi perdido por uma exigência, segundo a Presidente da República da época, por uma exigência do Presidente da Câmara dos Deputados.

Portanto, eu quero dizer a V. Ex^a que os dados que V. Ex^a tem, de que a arrecadação deveria ser a partir de R\$100 bilhões, estão perfeitamente compatíveis com os cálculos que nós fizemos naquela época acompanhados pelo Ministro Joaquim Levy.

E mais ainda, Senador Renan: há uma coisa excepcional que eu não vi nenhum analista falar. No momento em que essa repatriação oficializa esses recursos que estão lá fora, ela passa, Senador Renan, a ser ativo real do País. Então, vamos supor que US\$200 bilhões sejam apresentados e fiquem lá fora. Oficialmente, esses US\$200 bilhões passam ser ativo do País, que vão se somar aos 370 bilhões das divisas nacionais. Isso aumenta



o crédito do País; isso reduz a taxa de juros cobrados aos investidores nacionais, com recursos internacionais; enfim, foi uma ideia que infelizmente não foi feita da forma que deveria ser feita para ter o melhor resultado.

Parabenizo, portanto, V. Exª por essa iniciativa, pensando sempre na recuperação econômica e no crescimento econômico do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade que o aparte e a intervenção do Senador Aloysio Nunes ensejam, e a intervenção também de V. Exª – antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Bauer –, para dizer que nós precisamos muito do apoio dos Líderes e de V. Exªs para que nós possamos ter uma tramitação célere dessa matéria, que, portanto, é uma matéria já muito discutida aqui no plenário do Senado Federal.

Cheguei, inclusive, a exemplificar que, quase um ano depois de tramitar nesta Casa a matéria, nós marcamos a votação e recebemos um pedido para retirá-la de pauta para que ela comesse a tramitar primeiro pela Câmara dos Deputados. Infelizmente, de lá ela ainda não saiu, porque a Câmara ficou até o último dia tentando alterar a lei, o que, na verdade, indiretamente, instabilizou do ponto de vista jurídico e, sem dúvida nenhuma, dificultou o atingimento dos R\$60 bilhões.

Então é muito importante o apoio dos Líderes para que essa matéria tramite prioritariamente aqui nesta Casa do Congresso Nacional.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa de conduzir esse assunto e apresentá-lo formalmente ao Presidente da República. E queria aqui acrescentar duas observações com relação a esse tema tão importante.

Se nós tivemos uma lei da repatriação, a qual gerou arrecadação já anunciada pelo Poder Executivo, na verdade, uma nova lei se faz necessária, primeiro, porque precisamos corrigir deficiências que estão presentes na lei anterior. E a principal deficiência, Sr. Presidente, é a que se refere – eu falo como contador – ao seguinte fato: se alguém tinha no exterior recursos não lançados, não apresentados ao Fisco brasileiro, pôde, obviamente, legalizar a existência desses recursos desde que estivessem numa conta no exterior no final do ano de 2014. Entretanto, se alguém possuía recursos no exterior, por exemplo, no ano de 2013, e esse recurso, que esteve numa conta bancária lá no exterior, foi totalmente gasto, e a pessoa ficou sem nenhum saldo bancário no exterior na data estabelecida na lei, obviamente – aquele dinheiro que esteve num determinado momento numa conta no exterior entrou, foi gasto e, portanto, saiu e não foi declarado à fiscalização brasileira –, fica comprovado que a pessoa teve um dinheiro ilícito sob o ponto de vista fiscal. É necessário, por isso mesmo, incluir essa pessoa, aquele titular daquela conta, na possibilidade de legalizar a existência daquela operação. A operação precisa ser tributada. E, na medida em que ela seja tributada, a pessoa não correrá o risco de ser penalizada pela existência da conta. Eu digo isso, obviamente, observando que a possibilidade de legalização daquela operação se faça observando as regras e os critérios estabelecidos na lei que estava em vigor até 31 de outubro. Ou seja, o dinheiro tem que ser comprovadamente lícito, a pessoa titular da conta não pode ter exercício de cargos públicos, etc., etc.

De qualquer forma, isso certamente será objeto da preocupação de todos nós na hora em que votarmos a nova lei que V. Exª tão bem anuncia e que, certamente, permitirá ao Governo fazer mais arrecadação em benefício da economia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ordem do Dia.

Projeto de Lei de Conversão nº 28, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública (proveniente da Medida Provisória nº 737).

O parecer é do Senador Antonio Carlos Valadares. E o Relator revisor é o Deputado Guilherme Mussi.

(É a seguinte a matéria apreciada):

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2016
(Proveniente da Medida Provisória nº 737, de 2016)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2016, que *altera as Leis nºs 11.473, de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e 12.086, de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências (cooperação federativa policial) - (proveniente da Medida Provisória nº 737, de 2016)*

Parecer sob nº 52, de 2016, da Comissão Mista, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares e Relator revisor: Deputado Guilherme Mussi.)

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta alguns esclarecimentos: foram apresentadas à medida provisória cinco emendas; o projeto de lei de conversão foi aprovado na Câmara dos



Deputados no dia 17 de outubro, com a aprovação da Emenda nº 2 destacada; o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Prestados esses esclarecimentos, eu concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares, que é o Relator da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se ao Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão PLV nº 28, de 2016, resultante das discussões acerca da Medida Provisória nº 737, de 2016, que altera as Leis nºs 11.473, de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e 12.086, de 2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

A Medida Provisória dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Ela permite que o policial ou bombeiro militar da reserva, desde que pertença a ente federativo, Estado ou Distrito Federal, conveniado com a União, e que tenha passado para a inatividade há menos de cinco anos possa, excepcionalmente e em caráter voluntário, desempenhar atividades de cooperação federativa no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública.

A MPV também prevê que esse militar, no desempenho das atividades, terá direito ao recebimento de diária a ser paga na forma do art. 4º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991 – art. 6º da Lei nº 11.473, de 2007 – e, se for vitimado em serviço, terá direito a uma indenização de R\$100 mil, em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Seus dependentes terão direito a uma indenização no mesmo valor, em caso de morte do militar – art. 7º da Lei nº 11.473, de 2007.

A cláusula de vigência determina a entrada em vigor dessas regras na data de sua publicação – 7 de julho de 2016.

Foram apresentadas cinco emendas no prazo regimental.

A Comissão Mista, em reunião realizada no dia 4 de outubro, aprovou relatório que passou a constituir o Parecer nº 52, de 2016 - CN, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, pela aprovação da MPV, pela aprovação da Emenda nº 4 e pela rejeição das demais emendas apresentadas na Comissão Mista, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

A Emenda nº 4, do Deputado Nelson Marchezan, incorporada ao PLV, exclui da participação excepcional da Força Nacional de Segurança os militares que tenham passado para a inatividade por motivo de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão, por entender que nem todos os inativos têm condições de retornar ao exercício da atividade.

No dia 17 de outubro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PLV nº 28, de 2016, sob a relatoria do Deputado Guilherme Mussi, do PP de São Paulo, incluindo, por destaque, a Emenda nº 2, que modifica a Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para dispor sobre critérios para as promoções dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Em 18 de outubro, o Presidente da Câmara dos Deputados encaminhou o Ofício nº 1.574, contendo os autógrafos da matéria aprovada naquela Casa, para que possa ser submetida à apreciação dos nobres Parlamentares do Senado Federal.

À Comissão Mista, nos termos do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, compete opinar sobre os aspectos constitucionais de medidas provisórias, inclusive quanto aos pressupostos de relevância e urgência. Ela assim o fez, nos termos do Parecer nº 52, de 2016 - CN, concluindo pela admissibilidade da MPV nº 737, de 2016. Avaliou, também, não haver vícios quanto à constitucionalidade ou juridicidade, bem como à adequada técnica legislativa, com ajustes pontuais. Por fim, acatou a indicação do Relator de adequação orçamentária e financeira.

No mérito, o objetivo da MPV é reforçar a segurança pública durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, apesar de não haver restrição a que essa atuação continue após os Jogos. Vale lembrar que a Força Nacional de Segurança Pública assumiu a segurança dos locais de competição no dia 5 de julho de 2016.

À época da edição da MPV, estávamos a menos de um mês do início da Olimpíada e não havia tempo hábil para convocar agentes de segurança pública por concurso público.

Os policiais ou bombeiros militares na reserva há menos de cinco anos são, supostamente, profissionais de segurança pública com bastante experiência e que ainda não estão desatualizados.

De qualquer modo, havia, à época da edição da MPV, tempo para uma ação curta de treinamento (de uma a três semanas), específica para a atuação nos Jogos.



O acolhimento do conteúdo da Emenda nº 4, do Deputado Nelson Marchezan, corrige problema que poderia surgir em decorrência da amplitude do termo “inatividade”, excluindo modalidades de inatividade que se revelam incompatíveis com a Força Nacional de Segurança Pública: motivos de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.

A Câmara dos Deputados, ao aprovar a Emenda nº 2, faz incluir um lapso temporal para que as promoções de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sejam feitas por meio de processo seletivo. O objetivo é manter o critério de antiguidade na promoção. Dessa forma, haverá um prazo de 15 anos (contados da data de publicação da lei que resultar deste projeto de conversão) para a aplicação de critérios de concurso interno e diploma de ensino superior para as promoções. Até então, o critério permanecerá o da antiguidade.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação orçamentária e financeira.

No mérito, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 737, de 2016, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2016.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

Nós estamos na Ordem do Dia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Exatamente.

Só queria registrar, Sr. Presidente, que, na verdade, nessa medida provisória, também nós não tivemos o interstício de duas sessões.

Nós, na verdade, da oposição, concordamos em votá-la hoje, achamos importante. Há o nosso suplente, o Senador Wilmar, do Distrito Federal, que sabemos que atende a policiais e a bombeiros do Distrito Federal. Então, nós vamos votar a favor.

Mas eu queria registrar, Presidente, que nós tivemos o período eleitoral – eu entendo, inclusive, a argumentação do Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes –, que foi um período atípico, e nós tivemos várias votações sem obedecermos ao interstício.

Então, hoje, nós queremos votar essa medida provisória pela importância, mas eu queria estabelecer com V. Exª, Presidente Renan, o compromisso de que, a partir de agora, nós vamos obedecer àquela regra, que é uma regra válida entre todas as Lideranças. Eu estava conversando com o Senador Aloysio que, na verdade, tem que haver um diálogo com a Câmara dos Deputados, mas tem que chegar no tempo.

Então, eu queria novamente abrir mão. Nós queremos votar essa medida provisória, mas eu queria o compromisso de V. Exª de que, passado esse prazo, voltássemos a cumprir aquilo que é uma regra, que é um acordo feito por todas as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não tenha dúvida nenhuma V. Exª...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... de que nós cumpriremos em todos os momentos esses prazos, em favor do debate de cada matéria, sob pena de nós não discutirmos aquilo que vamos apreciar. O que nós tivemos – e V. Exª tem toda a razão – foi um período de anormalidade, em função da realização das eleições municipais, mas, mesmo assim, nós procuramos cumprir esses prazos.

Eu, mais uma vez, agradeço ao Senador Lindbergh Farias.

Há, sobre a mesa, requerimentos de impugnação da matéria estranha ao projeto, requerimento que será lido pelo Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Requerimento. Impugnação de matéria estranha.

Nos termos da questão de ordem decidida em 27/10/2015, requeiro que seja submetida ao Plenário a presente impugnação ao art. 50 do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2016, por ser considerada matéria estranha ao texto da Medida Provisória nº 737, de 2016, e, por consequência, sejam suprimidos da emenda os textos que se referem ao artigo impugnado, se for o caso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2016.

Senador Aloysio Nunes. **(Requerimento nº 795/2016 - Vide item 2.2.1 do sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes, com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como sabemos todos, essa medida provisória que vamos votar logo mais...



Eu aproveito também aqui a ocasião para, mais uma vez, agradecer a compreensão do Líder Lindbergh Farias de que, em razão de um calendário muito especial decorrente das eleições, nós possamos flexibilizar, em algumas matérias que sejam consensuais, este prazo de interstício, que, na verdade, é uma garantia para o exercício da oposição, mas também é uma garantia de que o Senado se pronunciará sobre as medidas provisórias que aqui chegam com o tempo necessário para que todos tomem conhecimento das matérias sobre as quais vão deliberar.

Esta medida provisória, Sr. Presidente, como todos nós sabemos, permite que o policial ou o bombeiro militar na reserva remunerada dos Estados ou do Distrito Federal possam, em caráter voluntário, atuar em cooperação federativa no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, desde que eles tenham passado para a inatividade no prazo de até cinco anos.

É uma forma de aproveitar policiais militares e bombeiros militares aposentados, mas ainda guardando plena capacidade física e mental, e com a experiência que vem do seu serviço na ativa, para participar da Força Nacional de Segurança, desde que tenham passado para a inatividade no período de cinco anos. É uma forma de reforçarmos o efetivo dessa Força Nacional de Segurança, que vem tendo uma atuação muito importante para garantir a segurança pública e o reforço à segurança dos Estados.

Agora, esta medida provisória, Sr. Presidente, traz consigo uma emenda que foi apresentada na Câmara, que eu considero totalmente estranha ao projeto. É claro que ela trata também de policiais militares e de bombeiros militares, mas o objeto dela é disciplinar o critério de promoção dos policiais militares e bombeiros militares no Distrito Federal. Portanto, é uma matéria que não tem a ver com o objeto original, que trata de cooperação federativa.

Na última semana, nós tivemos aqui um debate preliminar sobre essa matéria, em que os Senadores do Distrito Federal se pronunciaram muito fortemente a favor de se encontrar uma solução para a reivindicação que tem os policiais militares e os bombeiros militares aqui presentes. Eles querem, com essa emenda que foi apresentada pelo Deputado Fraga, ampliar o lapso temporal para que, além dos cinco anos previstos pela lei em vigor, por mais 15 anos as promoções possam se dar pelo processo de antiguidade, adiando, portanto, a entrada em vigor de um dispositivo da lei que diz que as promoções para a oficialidade devem ser feitas por processo seletivo e com a apresentação de títulos.

Nessa ocasião da semana passada, eu me referi aqui, e todos apoiaram, a uma iniciativa de, digamos, promover-se um diálogo no Governo Federal, na Casa Civil, para que nós pudéssemos atender pelo menos em parte essa reivindicação. Esse diálogo ocorreu, e nós já teremos, muito brevemente, uma nova medida provisória que vai atender em grande parte à reivindicação colocada, veiculada pela emenda formulada pelo Deputado Fraga.

Por isso, então, Sr. Presidente, é que eu apresento esse requerimento de impugnação. Primeiro porque a matéria é estranha efetivamente à matéria da medida provisória e segundo porque o problema está em vias de ser solucionado mediante uma outra medida provisória que será editada pelo Presidente Temer.

Obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou estranhando o que aconteceu aqui agora: o Governo Temer tira os policiais e os bombeiros de um projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça. Nós estávamos na última votação. É uma frustração.

Eu debati, nós vimos, há 15 dias, os Senadores do Distrito Federal se posicionando contra isso. Nós da oposição não concordamos com essa impugnação. Eu acho que é um desrespeito ao que houve na Câmara dos Deputados, é um desrespeito com funcionários públicos. É o começo.

Tenho falado o que vai ser esse Governo do Temer para os servidores públicos como um todo.

Então, acho que é um equívoco,... (*Palmas.*) e nós da oposição não concordamos com essa impugnação.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se se manifestarem... O Regimento diz que, para estarem acompanhando as sessões, é preciso que se mantenham em silêncio. Se se manifestarem, vou pedir, por favor, que gentilmente se retirem da Casa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estamos no último dia, a medida provisória cai na quinta-feira. A tese é de que havia um acordo. Para haver alteração da medida provisória, ela cairia. Aí acharam esse caminho da impugnação.

Então, nós da oposição não aceitamos e não concordamos com a impugnação. O caminho correto seria seguir a Câmara dos Deputados e votar essa medida provisória.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós votamos aqui sobressaltados por jabutis, que eram infelizmente aprovados na outra Casa do Congresso Nacional, um critério de pertinência temática e não tem sentido que, em qualquer medida, mesmo meritória como esta, seja utilizada uma medida provisória para a sua aprovação.

Considero até meritória a proposta, mas não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, depois de estabelecermos um critério de pertinência temática, nós apreciarmos essa proposta do Senador Hélio José, que, repito, é meritória, mas numa medida provisória.

Não podemos fazer concessão dessa ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se fizermos uma concessão dessa ordem, não vamos chegar a lugar nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.

Quando essa matéria foi colocada na Ordem do Dia, da outra vez, foi clara a minha manifestação no sentido da total inadequação desta emenda ao objeto da medida provisória. Trata-se de um jabuti. Disse isso com todas as letras na última sessão. Não estou surpreendendo os meus colegas, muito menos os meus colegas do Distrito Federal, que sabem perfeitamente a posição do Governo e que estão acompanhando e impulsionando uma negociação em curso atualmente no Governo, para que possamos solucionar esse problema com o respeito da Constituição.

De modo que não estou surpreendendo ninguém. Ninguém poderá dizer que, na semana passada, eu deixei isso correr como se fosse a coisa mais normal do mundo. Não. É evidente que se trata de um enxerto, de uma matéria estranha numa medida provisória e que, portanto, nessas condições, não poderá ser aprovada.

E vamos, sim, votar a impugnação para que, mediante uma outra medida provisória, cujos termos já estão sendo negociados no Governo Federal, como, aliás, eu anunciei, aqui da tribuna do Senado, possamos solucionar o problema, com respeito à lei e à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero pedir desculpas antecipadamente a V. Exª caso o que eu diga não tenha respaldo regimental. Mas, Presidente, até onde consta, quando uma Casa, Câmara dos Deputados, vota uma matéria, cabe a outra Casa analisar exatamente os termos votados na Casa anterior, podendo ela ser rejeitada ou ser aprovada, Sr. Presidente.

Não me lembro de, estando aqui há seis anos, nenhum momento em que tivéssemos usado esse expediente de impugnação de uma matéria que foi aprovada no plenário da outra Casa, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Já fizemos isso inúmeras vezes, Senadora, inúmeras vezes. Eu mesmo fui autor de vários requerimentos.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu solicito, Sr. Presidente, que V. Exª pudesse indicar a esse Plenário, não a mim, qual é o artigo do Regimento que permite que isso seja feito, a tal da impugnação, porque estamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ela está dizendo que estamos inventando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... analisando...

Senador Aloysio, deixe-me concluir. Ouvi V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa, isso foi...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deixe-me concluir só, Presidente, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Só para V. Exª raciocinar com um dado concreto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Isso foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do Supremo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a decisão do Supremo é de não acatar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Que nós já utilizamos em várias oportunidades.



A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A decisão do Supremo é não acatar. Não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Utilizamos em várias oportunidades.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A matéria foi acatada, foi votada e aprovada na Câmara dos Deputados. Não é verdade isso, Sr. Presidente? A matéria foi ou não foi aprovada no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que o Senado, em matérias não exatamente meritórias como esta, vez por outra era acusado de votar jabuti, que não tinha nada a ver com a matéria que estava tramitando na Casa. A única maneira que nós tivemos para proteger o Senado – e protegemos – foi colocar em prática a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, nós conhecemos a decisão do Supremo, mas isso diz respeito a não sequer aceitar as emendas jabutis.

Nós estamos tratando de uma matéria que trata do tema, sim, e foi aprovada em uma Casa. Aprovada. Portanto, se houver mudança aqui, a matéria será judicializada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O raciocínio é o mesmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A matéria será judicializada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O raciocínio é o mesmo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tá bom, vamos judicializar. Ótimo! Maravilha! Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O raciocínio é o mesmo. O Senado, nesta fase da apreciação da matéria, está fazendo valer a decisão do Supremo Tribunal Federal de não aceitar que matéria estranha continue a tramitar, com a decisão da maioria do Plenário. Não é uma decisão arbitrária, autoritária, pessoal do Presidente. É uma decisão do Plenário, da maioria do Plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como que é uma decisão do Plenário, Sr. Presidente? Nós passamos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Porque nós votamos o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, veja bem, nós podemos até rejeitar. Esse é o poder que o Plenário tem. Rejeitar esse item da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas ela tem que voltar à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ela tem que voltar à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se for pertinente alterar, pela pertinência, volta à Câmara.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente, já passou a fase, passou a fase...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Tá bom! Só você sabe disso. Você é a única aqui que acha que isso não aconteceu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não! Não sou a única. Não sou a única.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É a única! É a única!

Na semana passada – se é que me permite, Sr. Presidente –, quando foi votada a MP do setor elétrico, eu apresentei quatro impugnações. Quatro. Ninguém naquele momento argumentou como V. Exª, como se fosse uma coisa estranha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não estava aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Ah! A senhora não estava aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Porque ali houve acordo, aqui não há acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Se tivesse estado aqui, V. Exª não diria a barbaridade que está dizendo agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é barbaridade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É barbaridade! É barbaridade! É falta de conhecimento a prática mais elementar do Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quando não há



acordo, como procede?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Dá licença. Deixa só concluir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu apresentei quatro impugnações. Ninguém disse que era um bicho estranho. Ah, inclusive uma das impugnações foi apoiada pelo Senador Pimentel. Ninguém criou esse problema. Agora a Senadora Vanessa inventa uma história. “Não pode!”.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não! Eu não!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Evidentemente que pode.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, não há acordo na impugnação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria retomar a apreciação da matéria,...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não há acordo na impugnação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... dizendo aos senadores – Senador Lindbergh – que esta é uma questão de ordem resolvida há mais de um ano aqui nesta Casa.

Portanto, nós não vamos discutir o mérito da decisão da Mesa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, a impugnação não vota aqui? Nós estamos discordantes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vota através do requerimento.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esta Casa, esta é uma matéria muito importante para o Distrito Federal, que tem aqui o Senador Hélio José, o Senador Reguffe e o Senador Cristovam, que está em uma viagem a trabalho.

Então, quero dizer a todos e a todos os policiais que estão aqui presentes que nós estamos trabalhando da melhor forma possível para atender todas as partes envolvidas.

Para isso, Sr. Presidente, desde quando essa matéria chegou a esta Casa temos trabalhado intensamente, tanto com as associações dos policiais militares e bombeiros, como com a Casa Civil, com o Presidente da República e com a Bancada do Distrito Federal – Deputados Federais e Senadores da República. Conseguimos, Sr. Presidente, senhoras e senhores ouvintes, que o Governo do Distrito Federal encaminhasse uma proposta que prevê uma forma mista, transitória, em que 50% das vagas fossem por mérito, por antiguidade e por bravura, e 50% das vagas fossem pelo processo seletivo, que é o que está previsto na Lei nº 12.086, de 2009. A Lei nº 12.086, de 2009, previa cinco anos para acabar com isso. Foi daí que surgiu essa emenda na Câmara dos Deputados, porque faz dois anos que não há promoção para os colegas, praças, tanto dos Bombeiros, quanto da Polícia Militar, o que causa problemas para todos, para todos.

Aí cabe fazer justiça ao Senador Aloysio, pois estamos intensamente negociando e fazendo com que venha uma medida provisória para atender alguns aspectos fundamentais. Para a gente ter uma lei correta para determinar que a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros Militar possam ascender às promoções tanto por antiguidade quanto por processo seletivo, discutimos alguns aspectos importantes, como a idade de 51 anos para os policiais militares; assuntos importantes, como é o art. 108 para o Corpo de Bombeiros Militar, que tem a ver com esse processo de promoção; assuntos importantes, como é aquela pessoa que passa para a Força Nacional e, por causa da Lei do Desarmamento, não pode utilizar arma. Desse modo, ela não tinha tanta serventia para a Força Nacional. Então, é preciso também prever essa questão que não está contemplada na medida provisória.

Aí o que acontece? Como não há mais tempo para mudar a medida provisória, porque ela teria que voltar para a Câmara dos Deputados, a condição que nós encontramos, Sr. Presidente, foi o Líder do Governo fazer a impugnação da proposta. Há um compromisso do Governo, como o Líder relatou aqui, de nesse breve espaço de 15 dias, talvez, enviar uma nova medida provisória para que de uma forma definitiva – é essa a proposta, pessoal –, de uma forma definitiva, a gente possa ter uma solução que consiga contemplar ambas as partes, para que todo mundo fique tranquilo. Conversamos com todos, com o próprio Presidente da República, com a própria Liderança do Governo, com o Governador do Distrito Federal, com a Polícia Militar do DF, com as associações de bombeiros...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... e com as associações da Polícia Militar, com a associação de sargentos e de subtenentes e chegamos ao consenso de que ninguém está aqui para agradar em 100% nem a A nem a



B, mas vamos chegar a uma posição intermediária.

Então, nessa linha, a gente concorda com o mérito de 50% para concurso seletivo e 50% para a questão da antiguidade, da meritocracia e da bravura.

Estamos trabalhando com as associações para arredondar, para que a Casa Civil possa mandar essa medida provisória nesses próximos 15 dias.

Era isso que queria dizer.

Eu queria deixar claro – ouviu, nobre Senador Lindbergh? –, eu queria agradecer V. Exª por ter acatado, por podermos votar isso hoje aqui, porque é importante por causa da Força Nacional, e, desde já, contar com o apoio de V. Exª para construirmos um texto que possa atender a todos.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É essa a nossa proposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião; em seguida, ao Senador Reguffe.

O Senador Requião está pedindo há mais tempo. Em seguida, darei a palavra, com satisfação, a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu acredito até, Presidente, que o Senador Reguffe vai aproveitar este meu pronunciamento.

Eu estava aqui consultando o “manual prático de jabutis parlamentares”, de autoria de um Deputado que, por acaso, já não é mais Deputado. E nós temos, no Congresso, duas espécies de jabuti: há o jabuti selvagem, que é o jabuti ateu, que não tem padrinho; e há o jabuti domesticado, que tem padrinhos e o apoio, quase sempre, de uma expressiva maioria no Senado. Senador Aloysio, nunca votei nem em um nem em outro.

Vejo que esse jabuti apresentado é um jabuti selvagem, é um jabuti que tem méritos, é um jabuti que beneficia uma categoria que merece o benefício, mas está na hora de encerrarmos esse capítulo de jabutis nas medidas provisórias do Senado. Que se providencie, de uma vez por todas, o encaminhamento legal de outra forma. E eu, que simpatizo com essa selvageria do jabuti, com o fato de ele não ter padrinhos examinados pela Operação Lava Jato, eu mantereí os meus votos anteriores. Não vim ao Senado da República para votar em jabuti, e aconselho o Senado a pôr um fim nisso de uma vez por todas a partir de agora – e esse agora já foi colocado em prosa e verso inúmeras vezes, mas, quando chega o jabuti com padrinho, ele é aprovado no Plenário.

Que se encaminhe essas reivindicações dos policiais, bombeiros que estão aqui de uma forma legal. Jabuti, nem com padrinho nem sem padrinho; daqui para frente, não mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Reguffe, com a palavra V. Exª.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que o melhor caminho sempre é o diálogo; é a construção, através do diálogo, de soluções que beneficiem a população.

Nós tivemos aqui um embate naquela discussão na sessão anterior e, a partir dali, se desenvolveu a construção de um diálogo que acabou com o Governo do Distrito Federal – governo contra o qual eu tenho hoje grandes críticas, como tenho falado naquela tribuna, contra diversas ações do governo. Mas o Governo do Distrito Federal teve a sabedoria de encaminhar uma proposta salomônica, em que 50% das vagas de promoções passariam a ser pelo critério de antiguidade e bravura e 50% por processo seletivo de concurso.

Hoje nós temos 350 cargos de oficial do quadro administrativo; 250 estão vagos, as promoções estão todas travadas, e isso causa uma desmotivação na tropa. Isso prejudica, inclusive, o serviço público para a população do Distrito Federal, que é o fim. A tropa é só o meio; o fim é a qualidade do serviço de segurança pública que a população do Distrito Federal recebe, e é essa população que o meu mandato defende. Ela hoje tem uma tropa desmotivada, por uma série de fatores; não só esse, mas por uma série de fatores, inclusive salariais. Agora, eu penso que essa posição do Governo do Distrito Federal, remetendo à Presidência da República, tendo a acolhida, a princípio, de que vai ser feita uma proposição nesse sentido, eu penso que é a melhor solução.

Agora, eu preciso também fazer aqui uma ponderação. É preciso ser dito. Eu ouvi muitos jabutis aqui. Desde o início da minha legislatura aqui, tenho defendido a legalidade, o que é correto. Aí, não tem meio-termo, mas é importante se dizer e se registrar aqui que esse jabuti, como estão colocando, não foi criado no Senado Federal. Isso foi um projeto aprovado na Câmara e estamos analisando um projeto aprovado na Câmara, projeto esse que tem seus méritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Claro!

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – E projeto esse que tem seus méritos. Portanto, não foi o Senado



Federal, nem nenhum Senador aqui que introduziu um jabuti, como está sendo colocado. Agora, isso teve o mérito de colocar esse tema em discussão e de fazer essa discussão acontecer, para que aconteça alguma coisa, senão não ia acontecer nada: ia continuar tudo do mesmo jeito que está, ia continuar tudo travado, e as pessoas, desmotivadas.

Portanto, nesta ação, eu considero que houve uma ação positiva por parte do Governo do Distrito Federal. Espero que o Governo Federal adote a medida legal para isso, porque ele tem responsabilidade legal de fazê-lo e quero dizer, com relação aos chamados jabutis, que, realmente, nisso V. Exª tem toda a razão. Agora, isso tem de valer para todos os casos; não pode valer só para alguns. Em todos os casos, as medidas têm de ser pertinentes ao tema envolvido naquela medida provisória – o que não tira o mérito desta questão, que é importante não só para os policiais, para os bombeiros, mas para a população do Distrito Federal.

Eu, nas minhas emendas ao Orçamento, fui o Deputado Federal, nos últimos quatro anos, incluindo todos os Parlamentares Federais – Deputados e Senadores –, que mais colocou emendas ao Orçamento para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Então, eu penso que é fortalecendo essas instituições que a população vai receber um serviço de qualidade; não é jogando essas instituições contra a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria, antes de colocar em votação, só lembrar ao Senador Reguffe que eu já tive oportunidade de prestigiar essa categoria e de defendê-la sempre. Talvez, se nós pegarmos a história recente dos reajustes que foram dados aos policiais do Distrito Federal, nós vamos ver que o momento mais destacado foi quando eu tive a honra de ser Ministro da Justiça. Levei essa proposta ao Presidente da República e a aprovei – e a aprovei! E fiz questão de disponibilizar os recursos, para que essa justiça fosse feita.

De modo que, se há alguém aqui que tem compromisso com a defesa institucional, do que representa o policial militar, modéstia à parte, sou eu – modéstia à parte, sou eu –, inclusive na aprovação do próprio piso nacional, que foi uma proposta que o Senado aprovou e ainda não foi concluída, não teve a sua apreciação concluída na Câmara dos Deputados.

O que eu posso dizer, infelizmente, é que nós não podemos aceitar mais jabuti, a não ser por decisão do Plenário. Se o Plenário decidir derrubar o requerimento que não haja jabuti, o Plenário decidiu que não há jabuti. Agora, no que depender de mim, como Presidente até o dia 1º de fevereiro, não vai haver mais jabuti nesta Casa, sobretudo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª por essa posição que sempre o senhor deixou externada aqui nesta Casa.

Eu, o Senador Reguffe e o Senador Cristovam só queremos, junto com o Senador Aloysio, pedir que, se possível nestes 15 dias, a gente construa outra mensagem para tranquilizar esse público, que é tão importante para a nossa segurança pública, como o Reguffe coloca, como V. Exª colocou aqui, pois sempre foi um parceiro nessa linha. Os nossos gabinetes – tanto o meu quanto o do Reguffe e o do Cristovam – estão 100% envolvidos nessa questão para chegar a um entendimento que atenda a todos, e não a uma facção, e trazer uma situação que contemple, uma situação que dê tranquilidade para que o bombeiro militar e o policial militar do DF possam desempenhar bem as suas atividades.

Então, é nessa linha que nós vamos votar favoravelmente à impugnação, como o Senador Aloysio coloca, com este compromisso de construir, nestes próximos 15 dias, uma solução definitiva para o fato.

Obrigado, Excelência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos votar, Senador Lindbergh.

Votação do requerimento de impugnação de matéria estranha ao projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Nós, Sr. Presidente, da Oposição, encaminhamos o voto contrário a este requerimento. Nós somos contra jabuti, sim. Mas a forma de resolver o problema do jabuti é o Senado votar contra e, então, voltar para a Câmara dos Deputados; não desse jeito, com esse método de impugnação.

Nós também achamos que foi desonrado um compromisso feito com policiais e bombeiros do Distrito Federal. Foi aprovado na Câmara pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo Plenário, e, de última hora, nós fazemos isso.

Então, nós da oposição vamos votar contrários a essa impugnação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – As Senadoras e os Senadores que aprovam a impugnação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos do Senador Lindbergh, da Senadora Vanessa, do Senador Reguffe e do



Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu defiro o pedido de verificação na forma do Regimento e peço aos Senadores que venham ao plenário. Nós vamos imediatamente fazer uma verificação nominal. Nós vamos votar esta medida provisória e, em seguida, nós vamos votar a audiência de custódia.

Chega-nos à mesa um projeto com urgência urgentíssima; dependendo das Lideranças, nós vamos apreciá-lo hoje. É o Projeto das Vaquejadas, do Senador Otto Alencar.

Quem vota “sim” retira... Atenção, Senadores e Senadoras! Quem vota “sim” aprova a impugnação por impertinência temática e retira do projeto o art. 2º. Quem vota “sim” retira do projeto o art. 2º.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, repita, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quem vota “sim” aprova a impugnação por impertinência temática e retira do projeto o art. 2º.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O PT acompanha a orientação do Líder da Minoria e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Os Senadores e Senadoras já podem votar. Quem vota “sim” retira a expressão...

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – PSB vota “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Democratas vota “sim”.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – PCdoB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD vota “sim”, Sr. Presidente – o PSD.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu já votei “sim”, Sr. Presidente.

O PSB vota “sim”.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isso é só o começo das maldades do Governo Temer com os servidores públicos. Nós estamos falando...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ei! Respeite!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O que está por trás da PEC 241 é reajuste zero para servidor público. Hoje é só o início. Eu me lembro do governo Fernando Henrique Cardoso, em que foram oito anos de reajuste zero. E é isso que a gente começa a ver agora com esse governo de Michel Temer.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, a derrota do PT subiu à cabeça do Lindbergh Farias. É uma coisa realmente notável o entusiasmo com que acolheu a derrota.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, o PSDB registra voto “sim” e pede que conste do painel, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se todos já votaram, nós vamos encerrar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Estou com dificuldade em votar. Eu peço auxílio a alguém da Mesa, porque a máquina não está conseguindo registrar o meu voto. É inequivocamente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor... Nós estamos com problemas em alguns postos de votação.

Só para lembrar, quem impugna vota “sim”, quem não impugna vota “não”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar a presença milagrosa do funcionário da Secretaria da Mesa, cuja simples presença aqui ao meu lado já fez a máquina funcionar, sem nenhuma intervenção.



O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por favor, eu peço que venha aqui, então, me fazer companhia, porque, até agora, eu ainda não consegui ainda votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Edison Lobão. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José, com a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – O.k. Concordando com os méritos de todas as partes, eu e o Senador Reguffe preferimos votar “não” à matéria – preferimos votar “não” –, acatando o que veio da Câmara, mas concordando com o mérito dos 50% e 50%, para fazer nos próximos 15 dias. É essa a discussão pela qual nós aqui chegamos a um consenso, o.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a V. Ex^a e conte com o meu pessoal esforço para que nós possamos contemplar esse objetivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a, na medida em que nós estamos, inclusive, com votação nominal aqui e temos ainda uma pauta importante a seguir, que V. Ex^a determinasse a suspensão das comissões que estão reunidas, entre elas comissões tratando de medidas provisórias. Está aqui a Senadora Fátima Bezerra, que estava participando de uma das comissões em que estava havendo, inclusive, votação.

Então, eu peço a V. Ex^a que dê a palavra a ela, para que ela possa explicar e pedir a suspensão da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Na forma do Regimento, nenhuma comissão provisória pode se reunir no exato momento em que uma das Casas do Congresso realiza Ordem do Dia, de modo que é uma redundância, porque o que for deliberado não vale, na forma do Regimento.

Então, eu peço a suspensão dos trabalhos das comissões mistas especiais das medidas provisórias.

Nós vamos encerrar a votação.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Espere aí, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só lembrar aos Senadores que estão chegando que o “sim” por impertinência temática retira a matéria, exclui a matéria; e o “não” recoloca a matéria, apesar da impertinência temática.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação - Vide item 2.2.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 45; NÃO, 12.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada a impugnação à medida provisória.

O art. 2º é tido como não escrito no projeto.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da medida provisória, ressalvados os dispositivos impugnados de matérias estranhas ao projeto.

As Senadoras e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passa-se à apreciação da impugnação das matérias.

Passa-se, agora, à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, não quero falar sobre o mérito, porque já foi suficientemente ressaltado pelo parecer do Relator. Eu queria apenas, a respeito do tema das impugnações, fazer justiça à sua intervenção nesse processo.

Realmente, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal na linha de considerar não escrito, mas foi V. Ex^a, na Presidência do Senado, ainda no tempo do governo anterior, atendendo inclusive a ponderações da então oposição – hoje, situação –, que encontrou essa forma regimental, que foi amplamente acolhida por todos.

É uma forma que nós temos no Senado, hoje, de aperfeiçoar o processo legislativo, impedir que o processo legislativo venha eivado de tantas deturpações, como essas causadas pelos chamados “jabutis”, e,



ao mesmo tempo, evitar a chantagem, digamos assim, do calendário. Nós podemos aprovar, deliberar sobre medidas provisórias sem a ameaça de que a rejeição dos “jabutis” pudesse fazer com que elas perdessem a eficácia por decurso do prazo.

É apenas para lembrar isso, porque foi uma intervenção de V. Ex^a, que, com muito bom senso, garantiu que nós tivéssemos essa prática consagrada entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Aloysio. Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, eu quero também afirmar a forma como V. Ex^a conduziu esse processo, que chegou a essa forma de superar os “jabutis” que a outra Casa inclui. Esse procedimento foi aprovado por unanimidade, depois de um conjunto de reuniões dos Líderes.

Eu tive o privilégio, Sr. Presidente, de participar desse processo. Aplicamos várias vezes, quando nós éramos governo. Agora, nós somos oposição e continuamos apoiando a mesma iniciativa.

Por isso, eu votei “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a. Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Nós estávamos debatendo na MP da Educação, e não tive tempo, mas gostaria de que V. Ex^a registrasse o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senadora Simone Tebet.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Eu queria fazer um registro aqui.

O Brasil inteiro está acompanhando a mobilização dos estudantes, as ocupações nas escolas. São estudantes secundaristas, estudantes das universidades, estudantes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que lutam neste momento, por não concordarem com agendas como a PEC 241, agora PEC 55, que tramita aqui no Senado, haja vista o entendimento que eles têm e que nós também temos dos impactos nefastos que uma proposta dessas trará para as áreas sociais, inclusive para o campo da educação. Se for aprovada, a PEC vai anular, pelo período de 20 anos, a vinculação constitucional, que foi uma conquista muito importante, afirmativa, para promover o direito à educação, já que estabelece a garantia de percentuais mínimos...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a ser investidos na educação.

Pois bem, eles também se mobilizam, neste momento, contra a MP 746, principalmente porque a consideram autoritária em virtude de ter sido encaminhada ao Congresso Nacional via medida provisória. Eles também se posicionam contrários ao projeto de lei Escola sem Partido.

Eu faço esse relato, Senador Renan, porque é preciso entendermos que a mobilização dos estudantes tem sido pacífica, cidadã, democrática. Repito: eles têm o direito...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só está morrendo gente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, eu estou...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Renan, eu estou com...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só lembrar que nós estamos na Ordem do Dia.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas o senhor me concedeu a palavra. Era só para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu concedi gentilmente, imaginando que a senhoraalaria sobre a Ordem do Dia.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era só para fazer esse



registro. Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, quero trazer ao conhecimento desta Casa uma decisão infeliz, inoportuna, autoritária que um juiz, Sr. Alex Costa de Oliveira, tomou nesse último domingo, aqui em Brasília, quando, com o intuito exatamente de desarticular, reprimir o movimento, ele autoriza “expressamente que a Polícia Militar utilize meio de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água, energia e gás”. Da mesma forma, o juiz autoriza que se “restringa o acesso de terceiro...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em especial parentes e conhecidos dos ocupantes”, até que a ordem seja cumprida.

E ele vai mais longe: autoriza que seja impedida, inclusive, a entrada de alimentos.

Então, eu quero, Sr. Presidente, trazer nosso protesto.

É um absurdo...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em plena democracia, ver um juiz tomar uma decisão dessas contra adolescentes, estudantes, que estão lutando, repito, em defesa da educação, portanto em defesa do País.

Concluo, dizendo que é um absurdo isso!

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos, na Comissão de Direitos Humanos, junto com outros Parlamentares, propor...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que de lá saia uma representação, pedindo ao CNJ que seja investigada a conduta desse juiz, pelo caráter autoritário, antidemocrático e fascista da sua medida.

Toda a solidariedade à luta dos estudantes em defesa da educação!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Contraponto. Permita-me a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Rapidamente, porque...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente, é rapidinho. É só para registrar o meu voto.

Eu estava aqui na liderança atendendo um sindicato e quando cheguei já havia terminado a votação. Eu votaria “sim” nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª e, do mesmo modo, a do Senador Romero Jucá.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Só para fazer um contraponto.

Eu acho hilário, até me emociona esse tipo de discurso. Quando Dilma Rousseff, após o processo eleitoral, cortou dez bilhões da educação, não ouvi discurso de Senador nenhum. Ficaram caladinhos, botaram a viola no saco. Ficaram caladinhos. Dez bilhões! Virem com uma conversa dessa! Perderam o discurso. A Nação brasileira lhes respondeu no processo eleitoral, colocando-os no limbo de forma definitiva, porque esse tipo de discurso de que estão acabando com a educação, de que estão acabando com a saúde, com essa medida, com essa PEC!

Sr. Presidente, o Brasil é um fígado doente. Todos sabem que quando você tem um problema de fígado, quando come torresmo, quando come gordura, o fígado incha. Você fica com dor de cabeça, algumas pessoas morrem até de pressão alta. Tem de vomitar ou tomar chá de boldo. Se não tomar chá de boldo não sara o fígado. Então, o PT fez do Brasil um fígado doente. É preciso tomar boldo, e boldo amarga. E nós vamos ter de tomar esse boldo amargo para curar a Nação brasileira.

Agora, estão dizendo que os estudantes estão invadindo para discutir a educação. Eles passaram 13 anos no poder e não discutiram educação com esses meninos. Por que é que eles não provocaram esses meninos para invadir as escolas quando Dilma cortou dez bilhões da educação? Todo mundo com a viola no saco, ninguém falou nada! Esses meninos ocuparam a escola e realmente estão lá fumando maconha. Está morrendo gente e não adianta tentar tampar o sol com a peneira.

É preciso fortalecer o movimento de pais e mães que querem as escolas desocupadas. Você pode fazer um movimento, faça o seu movimento e desocupe as escolas. No processo eleitoral, R\$3 milhões foram gastos,



Senador, para poder remanejar pessoas para votarem em outros lugares, porque eles estavam lá acampados como se aquilo fosse uma coisa deles. Eles têm direito. Agora, vejamos, se um de 17, de 16, de 15, mata, sequestra, estupra, eles dizem: “Não façam nada, porque ele é uma criança”. Agora, se um de 16, de 14, de 15, assume, toma conta da escola, dizem: “Temos de respeitá-lo, porque eles têm direito”. Temos de respeitar mesmo, mas já protestou? Agora saia. Mães e pais, no Brasil inteiro, estão querendo as escolas desocupadas. Centenas e centenas de estudantes estão querendo estudar e o seu direito está sendo violado. Mas é a única maneira que o PT, que o PC do B, que esses partidos de esquerda, que foram ceifados agora...

Aliás, parabéns, Crivella, no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, Crivella não venceu só um ideológico, Senador Renan. Lá no Rio não foi só um...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ...ele venceu foi um freixo de uma vez, venceu foi um freixo, não foi só um, de uma vez. É a resposta do povo brasileiro.

Nós vamos fazer uma moção de apoio a esse juiz. É preciso desocupar as escolas. Tem aluno precisando estudar, tem pai querendo seu filho na escola e nós somos obrigados a ouvir esse tipo de discurso de quem passou 13 anos no poder...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ...destruiu o Brasil quando fala que são milhões. Vocês nem sabem o que são milhões. Deixe-me explicar o que são milhões: milhões é o que Palocci tem no banco de Miami, 1.2 milhão no banco de Miami, dinheiro roubado, dinheiro tirado da educação, dinheiro tirado da escola; são os milhões do Vaccari; são os milhões de José Dirceu; são os milhões dessa fuleiragem que estão na cadeia em Curitiba.

Ah, me poupe de ouvir uma conversa fiada dessa!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu não vou mais conceder a palavra à senhora nem ao Senador Magno Malta.

Nós estamos na Ordem do Dia e esse tipo de intervenção de um e do outro só serve para delongar a Ordem do Dia. Não é justo com os demais Senadores da Casa. De modo que não vou dar a palavra nem à senhora nem ao Senador Magno Malta.

Passa-se agora à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. **(Matéria aprovada - Vide item 2.2.1 do sumário)**

Aprovado o projeto de lei, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é relativo à Ordem do Dia.

Eu queria solicitar a V. Exª... Protocolizei ainda há pouco o Requerimento nº 796, que, nos termos do art. 222 do Regimento do Senado, pede a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos à Srª Andréa Guedes de Medeiros, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá e Promotora Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral de Macapá; ao Sr. Ricardo Augusto Negrini, Procurador da República e titular da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Amapá; e ao Sr. Victor Arruda, Delegado da Polícia Federal no Estado do Amapá.

Esses votos de congratulações são pela atuação decidida desses agentes públicos – da representante do Ministério Público Estadual, do representante do Ministério Público Federal, do Delegado da Polícia Federal – na atuação e no combate à captação ilícita de votos no segundo turno das eleições para prefeito que aconteceram na capital do Estado do Amapá, em Macapá, no último dia, no último domingo próximo



passado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente. Também da...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sobre a Ordem do Dia, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas para registrar, Sr. Presidente, que também há sobre a mesa um requerimento de minha autoria que apresenta um voto de pesar aos familiares e amigos do Dr. Milton de Magalhães Cordeiro, que era Vice-Presidente de Jornalismo da Rede Amazônica de televisão e que morreu na madrugada do último dia 30 do corrente ano.

Então, quero aqui, Sr. Presidente, aqui não se encontram os outros dois Senadores de minha Bancada, nem o Senador Eduardo nem o Senador Omar, mas tenho a ciência de que falo por toda a Bancada, pelos três Senadores do Estado do Amazonas, que apresentamos esse voto de pesar a quem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª conte com o apoio neste voto de pesar também...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...com a nossa assinatura, pelo que representa a Rede Amazônica de televisão para o nosso Estado do Amapá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Rede Amazônica... Exatamente. Eu encaminho à mesa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª, a exemplo do Senador Randolfe Rodrigues, será atendida na forma do Regimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, está na mesa, Presidente, o Requerimento nº 697, de 2016, em que solicitamos informações ao Tribunal de Contas da União sobre a política pública de inovações para a Comissão de Ciência e Tecnologia. Quando puder submeter à votação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O requerimento de V. Exª será atendido logo após essa votação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o §1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, para determinar a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada a prisão em flagrante.

O parecer da Comissão Diretora teve como Relator o Senador Vicentinho Alves, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

(É a seguinte a matéria apreciada):

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.

Parecer sob nº 709, de 2016, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.)

A Presidência comunica que as Emendas nos 1, 2, 5, 11 e 13, aprovadas na CCJ durante tramitação em turno suplementar, ainda estão pendentes de deliberação pelo Plenário.

A Presidência esclarece que, com essas emendas, fica estabelecido o texto final da CCJ, aprovado tematicamente naquele Colegiado. Nesse sentido, não havendo objeção das Senadoras e dos Senadores,



preliminarmente ao turno suplementar, passaremos à deliberação das referidas emendas.

Com a palavra o Senador Randolfe, Senador Aloysio e Senador Valadares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para um esclarecimento por parte de V. Exª e da Mesa. Esse tema, essa matéria nós já votamos no primeiro turno. Parece-me que estava faltando, estava ausente a votação das emendas da CCJ. Ao que me parece que agora o que faremos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Exatamente... Exatamente isso, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...é a votação das emendas da CCJ do relatório do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós tivemos que suspender a apreciação dessa matéria e deixamos para uma posterior apreciação, que fazemos hoje, para aprovação das emendas, para ficar na forma do que foi aprovado na CCJ.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. E o turno suplementar ficará para data posterior?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pode ser de imediato, desde que haja acordo. Está em urgência a matéria.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas eu queria dizer a V. Exª que tenho a ideia de apresentar uma emenda, no turno suplementar, a respeito de um artigo sobre o qual eu tenho dúvida, a respeito do efeito da confissão na audiência de custódia. De modo que eu pediria que pudéssemos fazer o turno suplementar na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Ministério da Justiça enviou umas sugestões que nós deveríamos, quem sabe, deixar para o Código de Processo Penal, que já está na Câmara dos Deputados. O Ministro poderá entrar em entendimento com o Relator e incluir, porque é um texto muito grande. É quase que um substitutivo, Senador Aloysio, daquilo que nós aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça, audiência de custódia, em que essa matéria foi relatada pelo Senador Humberto Costa.

Então, a sugestão que eu dou ao Ministro é no sentido de encaminhar essas sugestões para a apreciação da Câmara dos Deputados, uma vez que a Câmara dos Deputados está deliberando sobre o Código de Processo Penal, e não agora, em cima da hora, quando já estamos na finalização da apreciação dessa matéria.

Falando nisso, eu queria dizer que essa matéria é da mais alta relevância. O STJ já está implantando em quase todos os Estados brasileiros a audiência de custódia. O Senado Federal cumpre, então, um papel muito grande, que é o de validar aquilo que a Justiça já está fazendo em quase todo o Brasil.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votação, em globo, das Emendas nºs 1, 2, 5, 11 e 13, aprovadas terminativamente na CCJ, no turno suplementar, naquele Colegiado.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Fica restabelecido o texto final, aprovado na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. **(Redação do vencido (Parecer nº 876/2016-CDIR) - Vide item 2.2.2 do sumário)**

E o turno suplementar... Passa-se à apreciação da matéria em turno suplementar, que será na próxima semana.

Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei nº 24, de 2016...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, depois...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...sobre vaquejada, que foi aprovado hoje na Comissão de Educação. **(Requerimento nº 799/2016 - Vide item 2.2.3 do sumário)**

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Projeto de Lei da Câmara nº 24, que eleva o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.



(É a seguinte a matéria apreciada):

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2016

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016 (nº 1.767/2015, na Casa da origem), que eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.)

(Parecer nº 877/2016-CE - Vide item 2.2.3 do sumário)

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria foi apreciada hoje na Comissão de Educação e Esporte. A aprovação, com o requerimento de urgência, que torna a vaquejada bem imaterial e cultural do Brasil.

Eu creio que o Senado Federal hoje vai fazer um reconhecimento ao povo nordestino, onde nasceu a vaquejada, no século XVIII, que vem até hoje se expandindo pelo Brasil inteiro e que emprega hoje um milhão de pessoas, que vão do vaqueiro àquele que produz a ração, a sela, o baixeiro, a cabeçada, o que faz o casco do cavalo, àquele que vende o churrasquinho nas festas, aquele que arma o palco. Enfim, é uma cadeia produtiva muito grande do Nordeste brasileiro.

E eu faço um apelo aos Srs. Senadores para que possamos votar e aprovar o projeto para manter uma tradição que é cultural, que está nas raízes do povo do Nordeste e que se estendeu pelo Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Portanto, eu quero agradecer e pedir o voto de cada Senador para essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, eu quero secundar aqui as palavras do nosso Senador, que conhece o Nordeste brasileiro, que é o nosso Senador Otto Alencar.

Digo que ele e eu somos autores de projetos de regulamentação desta importante atividade cultural. Num país que hoje luta para reinserir 12 milhões de brasileiros que estão fora do trabalho, esta atividade emprega, no Nordeste brasileiro, 700 mil pessoas. Além disso, é uma atividade cultural, secular, que não faz maus-tratos a animais, Sr. Presidente.

Eu sou conservacionista do Ibama e, portanto, defensor dos animais maltratados. O boi não tem nenhum tipo de maus-tratos nos dias de hoje, em uma vaquejada.

Portanto, eu quero encaminhar favoravelmente essa matéria, pedindo o apoio dos demais Senadores para que aprovemos, na noite de hoje, esta importante matéria, que não é apenas a cultura do Nordeste brasileiro, mas é a geração de renda, é a geração de emprego, e não corresponde a maus-tratos aos animais na forma como está apresentado este projeto. Por isso, eu encaminho favoravelmente a esta matéria para que ela seja rapidamente sancionada, e, de uma vez por todas, resolvamos essa questão que é extremamente importante para a cultura. Nós não podemos perder esse referencial de cultura e a manutenção, como disse, de 700 mil famílias que são mantidas por essa atividade, que é cultural e secular no Nordeste brasileiro e no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só ponderar.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou dar a palavra ao Senador Petecão, ao Senador Raimundo Lira, ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Deca, à Senadora Gleisi, à Senadora Fátima, ao Senador Armando Monteiro, mas há uma proposta operacional da Senadora Fátima, no sentido de que nós coloquemos a matéria em votação e, em seguida, nós passemos, na forma do Regimento, a palavra para todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, como sou o primeiro inscrito, concordo com o senhor. Vamos votar e depois gostaria de fazer uso da palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria fazer um apelo a este Plenário. Embora reconheça aqui os discursos ardorosos em favor da cultura e do costume de se fazerem vaquejadas e rodeios no Brasil, eu queria fazer um apelo para nós não votarmos esta matéria hoje, para que a gente possa fazer a discussão, Sr. Presidente. Não é possível que nós façamos uma discussão de uma matéria que é tão relevante para o bem-estar dos animais – eu, inclusive, tenho um projeto aqui nesta Casa que instaura o código de bem-estar animal –, que façamos esse debate dessa forma, como se fosse parte da cultura da humanidade se satisfazer ou ter diversão por meio da utilização dos animais. Eu quero debater com mais profundidade esta matéria, Sr. Presidente; acho



importante para uma sociedade avançada que o façamos.

A Espanha fez discussões importantes sobre a tourada. Nós temos questões aqui que, sim, impõem sacrifício, impõem dificuldade aos animais, e nós não precisamos disso para gerar a nossa economia. Já chega que nós utilizemos os animais como comida. Pelo menos, vamos tratá-los decentemente, sem precisar deles para nossa diversão.

Eu queria pedir muito, Sr. Presidente – muito mesmo! –, inclusive aos pares desta Casa, para que a gente pudesse ter mais uma sessão e fazer este debate aprofundado. Quero trazer aqui as razões por que apresentei um código nacional de defesa do bem-estar animal, um conselho nacional em defesa do bem-estar animal. Eu acho que esta matéria requer de nós um compromisso e uma responsabilidade maior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em votação, no Senado Federal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado contra o voto da Senadora Gleisi, do Senador Randolfe, do Senador Reguffe e de outros...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*)

– Eu quero falar, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadores...

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. **(Matéria aprovada - Vide item 2.2.3 do sumário)**

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Pela ordem de inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ela pediu a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas, Presidente, eu me inscrevi primeiro do que ela.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Exª não abriu mão da palavra para votar?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu abri para votar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Falarão depois da votação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O acordo que ele fez é de que iríamos votar e depois ele concederia a palavra. Só isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não há problema, ele pode falar, Presidente. Eu falo depois. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Sem revisão do orador.) – Presidente, é apenas para parabenizar o Senador Otto Alencar, meu colega, companheiro de Partido; parabenizá-lo. Essa não é uma cultura só do Nordeste. No Norte também, no Estado, participei de várias reuniões, no Brasil todo. O problema é que está havendo uma confusão. A Senadora Gleisi não consegue separar tourada de vaquejada. Uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Então, Senador Otto, parabéns, em meu nome e em nome de todos os vaqueiros, as pessoas que vivem da vaquejada, as pessoas que admiram a vaquejada! Parabéns pelo seu parecer, parabéns pelo seu empenho! Estou muito orgulhoso de V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Nordeste brasileiro, como todos nós sabemos, está entrando no sexto ano de seca. A transposição do Rio São Francisco está quase quatro anos atrasada em relação ao seu programa e, portanto, o Nordeste brasileiro está sofrendo mais do que o resto do Brasil em relação ao desemprego da sua população. Então, este seria o momento absolutamente inoportuno para pensar em acabar agora com a vaquejada, com mais de 700 mil empregos diretos, fora os indiretos.



E, portanto, quero aproveitar a oportunidade para dizer, mais uma vez, que apresentei um projeto, defendendo, recriando, regulamentando as vaquejadas. O Senador Eunício Oliveira também.

E quero parabenizar o Senador Otto Alencar por essa sua defesa intransigente daquilo que se refere à cultura e às questões econômicas do Nordeste Brasileiro. Eu aprendi, com o Senador Otto, a amar o Rio São Francisco, tanto é que apresentei um projeto de revitalização, que foi relatado pelo Senador Otto. Portanto, esse amor pelas coisas da terra, não só sob o ponto de vista econômico, mas também sob o ponto de vista cultural, é de extrema importância, Senador. Era como se quisessem acabar com o São João no Nordeste brasileiro.

Então, é importante para o resto do Brasil, como ouvimos agora o entendimento da maioria dos Senadores do País, a aprovação desse projeto, como aconteceu na Câmara. Portanto, quero dizer que o Nordeste está de parabéns e de parabéns está também o Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de igual forma, em nome da Liderança do PSB nesta Casa, queria aqui cumprimentar o Senador Otto Alencar e dizer da importância da aprovação dessa matéria, transformando a vaquejada em patrimônio imaterial e cultural do Nordeste brasileiro.

E aqui destaco que o circuito de vaquejada do Estado de Pernambuco é um dos mais importantes eventos do calendário turístico do nosso Estado. E quero aqui destacar o evento que se realiza na cidade de Petrolina, atraindo milhares de pessoas, movimentando a economia local, gerando oportunidade de emprego e renda. Outro dia, em conversa com o Senador Otto Alencar, ele lembrava a importância da cidade de Cachoeirinha como centro produtor de selas, de arreios, produtos que fornece para todo o Nordeste, para todo o Brasil.

Portanto, este é um momento importante, em que o Senado Federal, como instituição, representando os Estados da Federação, posiciona-se contra a decisão do Supremo Federal, que foi injusta em relação a essa atividade que é tão importante do ponto de vista econômico e do ponto de vista cultural para todos nós nordestinos.

Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente. Por favor, Presidente, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora, V. Exª já está inscrita.

Senador Deca. Em seguida, falará o Senador Armando Monteiro, Senador Magno Malta e Senadora Lídice da Mata.

Senador Deca, com a palavra V. Exª.

O SR. DECA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento eu quero apenas parabenizar o Senador Otto pelo brilhante apoio que até o momento vem dando à nossa cultura secular. Quero parabenizá-lo em meu nome, em nome de todos os vaqueiros paraibanos e em nome de todo o Nordeste.

Quero dizer que nós estamos preparados, pois o Nordeste tem na verdade a cultura da vaquejada e o Brasil tem a cultura do rodeio. E hoje, pela manhã, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação e agora foi votada aqui e, por isso, estamos de parabéns, não o Senado, mas todo o Nordeste, que tem todo o meu apoio.

Parabéns, mais uma vez, Senador Otto Alencar!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de me associar às manifestações que foram aqui trazidas, sobretudo, cumprimentando o Senador Otto Alencar pela sua iniciativa, pois, com seu empenho, pôde rapidamente construir uma solução que me parece fundamental para preservar uma manifestação cultural que tem tanta importância econômica na vida do Nordeste. Portanto, eu me congratulo com a iniciativa do Senador Otto Alencar.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, constatamos que o Brasil não conhece o Brasil, porque é impressionante como essa atividade, que é tão importante, é percebida em algumas regiões do Brasil de forma preconceituosa. É preciso que o Brasil se conheça mais, conheça o Brasil nas suas entranhas, o Brasil no seu interior. E nada mais justo do que homenagear todos aqueles que se dedicam a essa atividade de tanta importância cultural.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra. Senador Valadares.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou dar a palavra a todos. Nós temos alguns inscritos já: Senador Magno Malta, Senadora Lídice da Mata, Senador Edison Lobão, Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E Garibaldi. Perdoe a omissão!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não, ele pode falar, porque antiguidade é posto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Otto e parabenizar a fala agora, última, do Senador Armando Monteiro: “O Brasil precisa conhecer o Brasil”. Esse discurso de que é maltrato para o animal, de que o animal sente dor, o animal berra, machucam o animal... Eu nunca vi essa rapaziada se levantar para proibir o abate do animal; muito pelo contrário, eles vivem todos em churrascaria. Quando veem aquelas placas com espeto de picanha, endoiam todos, e aquilo é carne de animal. Então, estou querendo propor a eles que, a partir de hoje, comam carne de soja, hambúrguer de soja.

O animal tem musculatura, o animal tem chifre, com o que faz a sua defesa. Ora, esse argumento é muito flácido.

Com todo respeito à minha amiga Senadora Gleisi, vaquejada nada tem a ver com tourada; uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Então, quem é contra a vaquejada, por favor, vá à tribuna, defenda um projeto para que não haja mais abate no Brasil. Será até bom, porque a Friboi vai quebrar. Não vai ser bom, não, a Friboi vai quebrar e não vai pagar o BNDES. Deixem funcionar, porque estamos recebendo da Friboi!

Portanto, comam carne de soja. Já que não se pode fazer vaquejada, porque se machuca o animal, por que matar? Por que abater? Por que esquartejar? Por que tirar o couro? Ora, faça o argumento que quiser quem quiser fazer o seu argumento!

Existem coisas hoje, Sr. Presidente, na vaquejada, atitudes tomadas sem que haja projeto de lei. Em algumas vaquejadas, até o rabo do animal já é artificial. Eles têm avançado, ninguém usa mais espora.

É aquele velho argumento de quem não quer a redução da maioria penal: “Vai pegar essa criança, botar no presídio, ele vai sair pior de lá!” Qual criança? Que, com 17 anos, estupra, mata, sequestra? E ninguém aprende a ser bandido no presídio, não! Quem vai para a penitenciária já não tem nada mais nem para aprender nem para ensinar.

Aquele velho argumento de que não reduz, porque o nosso sistema penal está falido. Está falido, porque querem; porque o dinheiro sobra. Se Moro mandar repatriar o dinheiro do petrolo para o sistema penitenciário brasileiro, reformamos em 30 dias. São esses argumentos que não colam.

Dessa maneira, Senador Otto, parabéns! Parabéns ao argumento do Senador Armando Monteiro: “O Brasil precisa conhecer o Brasil”.

No meu Instagram, um seguidor veio e disse: “Eu admirava muito o senhor, mas, depois que vi o senhor dizer que é a favor da vaquejada, já não o admiro mais.” Bobagem sua, você nunca me admirou. Você gostou de mim num momento, porque era a sua conveniência, e eu não sou a conveniência de ninguém, eu sou as minhas convicções; e a minha posição, pela vaquejada, é a minha convicção.

Sugiro a quem é contra a vaquejada, por dizer que machuca o animal, que também lute para que não haja mais abate de animal e passe a comer carne de soja.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria de ressaltar o papel do Senador Otto como Relator desta matéria e quero esclarecer qual foi a matéria que votamos. Nós votamos um projeto que caracteriza a vaquejada como patrimônio cultural e imaterial do Brasil. Não está em discussão a regulamentação da vaquejada; não é um projeto que institua nenhuma outra regra. Apenas, na minha opinião, inclusive, é uma resposta adequada à posição do Supremo Tribunal, que, sem maior debate com a sociedade, sem uma audiência pública, simplesmente tomou a decisão de proibir a vaquejada no Brasil, transformando pessoas que hoje vivem disso, vaqueiros que aprenderam, desde criança, a fazer vaquejada, em pessoas que, a partir de então, serão criminalizadas, já que é uma prática proibida.

Eu sou defensora dos animais, sou defensora dos seres humanos e do meio ambiente sustentável, mas acho, inclusive, que quem quer criticar essa posição não deve generalizá-la, até porque, ao fazer o discurso genérico aqui, não atinge, por exemplo, a Senadora Gleisi Hoffmann, minha querida amiga, companheira, cujo posicionamento respeito profundamente, que, aliás, é absolutamente coerente: não defende abate de nenhum animal, e ela própria sequer se alimenta de qualquer animal, é vegetariana. Sou testemunha: já



almocei com ela diversas vezes, e ela não come qualquer carne ou, como diriam alguns, não come, portanto, nenhum morto, nenhum cadáver. Então, a Senadora Gleisi Hoffmann é totalmente coerente com a sua posição, assim como são coerentes aqueles que defendem de outra maneira, Sr. Presidente.

Eu acho apenas que, quando nós temos uma região inteira, que não é apenas, como já foi dito aqui, o Nordeste, pois o Norte e o Centro-Oeste também praticam vaquejada... E uma coisa que tem uma adesão e uma cadeia produtiva tão grandes no interior dos Estados do Nordeste não pode simplesmente ser acabada, Senador Armando Monteiro, com uma decisão do Supremo Tribunal. Eu acho que, no mínimo, o Supremo Tribunal teria que fazer um termo de ajuste de conduta, sei lá, com o Ministério Público, que, inclusive, pudesse indicar como essas pessoas poderiam passar a mudar a sua atividade econômica para outro tipo de atividade econômica que os incluísse, e não fazer da forma como fez.

Acho que é uma medida devida e correta do Senado Federal, que tem a participação de Senadores que representam a Federação, pois, regionalmente, isso atinge a nossa região e outras regiões do País e, por isso mesmo, merece de nós não uma reprimenda ao Supremo Tribunal, mas um reconhecimento de que a vaquejada é um patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Edison Lobão.

Nós temos uma lista, e V. Exª já está inscrito, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está joia, querido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Edison Lobão com a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há na Índia a tradição de se abater o rebanho bovino, que é o maior do mundo, mas há a tradição no Brasil, em vários Estados. O meu Estado do Maranhão é um deles. E ali se formam milhares e milhares de empregos.

Não vejo mal nenhum na lei que acabamos de aprovar, que teve como relator o Senador Otto Alencar. Acho que devemos manter a tradição, a cultura e a geração de empregos, empregos que decorrem, portanto, do lazer daqueles que gostam dessa atividade.

Eu quero cumprimentar os Senadores que, com essa compreensão, aprovaram a lei e cumprimentar a todos do Brasil, sobretudo do Maranhão, que adotam essa atividade, seja como elemento da tradição, seja como divertimento, seja até como geração de empregos.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já me manifestei na Comissão de Educação e fiz ver a importância cultural de nós preservarmos esse patrimônio imaterial do Nordeste. Eu fiz ver também a sua importância econômica.

E, agora, quero me congratular com o Senador Otto Alencar, parabenizando-o, pela sua iniciativa e dizer, como o Senador Armando Monteiro, que há um desconhecimento. O Brasil não conhece o Brasil, porque, se aqueles que se manifestam contra conhecessem o que representa a vaquejada, não votariam contra, Sr. Presidente.

O Acre de Petecão votou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José. Depois, vou dar a palavra à Senadora Gleisi.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Brasília é uma das maiores cidades nordestinas do Brasil. Nós temos essa cultura da vaquejada como uma situação muito importante para o nosso povo como um todo, porque um povo se identifica com a sua cultura. O quanto ela vale vale o seu povo.

Esse reconhecimento da cultura da vaquejada é muito importante e conta com o nosso apoio. É óbvio que nós temos preocupação com relação ao sofrimento dos animais, temos preocupação com relação a algumas questões que um grupo contra essa lei coloca, mas eu creio que, na regulamentação da lei, nós vamos colocar situações adequadas para que o animal possa ser participe dessa nossa cultura nacional, principalmente aqui no Distrito Federal, uma das cidades mais nordestinas do Brasil, para que tenhamos condição de preservar e engrandecer essa cultura, além de garantir, com medidas regulamentares, que o animal não seja submetido a sofrimento.

Era isso que eu tinha a falar, Excelência. Muito obrigado.

E nós apoiamos a aprovação da referida lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi Hoffmann; em seguida, o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador José Agripino. Vamos inverter a ordem: o Senador Agripino e, em



seguida, o Senador Valadares.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Presidente. Parece que eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de V. Exª, eu queria só, se...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... V. Exª permitir, informar aos Ex^{mos} Senadores que está aberto o prazo para as Senadoras e os Senadores indicarem personalidades para receber o Diploma Bertha Lutz na 16ª edição. O diploma, como todos sabem, premia homens e mulheres que tenham oferecido contribuições relevantes à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero no Brasil. As indicações deverão ser entregues na Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, acompanhadas de currículo resumido do indicado. O prazo para indicação será até o dia 25 de novembro.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Renan Calheiros.

Meus colegas, Senadores e Senadoras, parece que eu sou a voz dissonante neste plenário em relação à vaquejada. Nós votamos aqui um projeto que eleva o rodeio e a vaquejada, bem como as respectivas expressões artísticas e culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial. É verdade que não se trata da regulamentação, mas, quando eu elevo uma prática a patrimônio cultural ou à manifestação cultural, eu estou colocando essa prática como correta, eu estou, na realidade, incentivando essa prática. E isso está frontalmente contrário ao que o Supremo Tribunal Federal decidiu: ele decidiu que é uma atividade inconstitucional por ser uma atividade cruel, e, por isso, ela deve ser proibida. Então, nós estamos confrontando com uma decisão da Suprema Corte. Nós vamos regulamentar algo que o Supremo Tribunal Federal já decidiu?

Eu questiono isso, porque, primeiro, se eu quero mudar uma atividade econômica ou se eu posso ter alternativas a ela, eu não posso começar elevando a sua categoria. E é o que nós estamos fazendo aqui. Então, nós estamos dizendo para todos que praticam a vaquejada: continuem praticando, porque vai ser um patrimônio cultural, é um patrimônio cultural da humanidade. Mas por que é que a humanidade precisa do sofrimento animal para se divertir?

Eu não posso aqui achar que é justa a comparação que fez o Senador Magno Malta, dizendo que, se nós matamos para comer os animais, por que é que nós não podemos nos divertir a partir deles? Quero dizer que eu sou vegetariana, eu não como carne de nenhum tipo, nem carne branca, nem carne vermelha. Por isso, eu estou bem à vontade a falar. E não condeno quem come. Isso faz parte da alimentação humana, faz parte da nutrição humana. Agora, vejam: como é que funciona na cadeia animal? Nós temos na cadeia animal os animais carnívoros. Eu acho que vários aqui já devem ter assistido àqueles filmes do Discovery Channel em que vemos os leões, as leas caçarem as zebras, os alces. Os animais caçam, comem, se saciam e param de matar; se uma manada de leões comer uma zebra, pode ficar uma manada de zebra e de alce do lado dos leões que eles não vão atacar, porque aquilo é da sobrevivência, é da natureza. Tudo bem que os seres humanos comam carne. Agora, você jamais vai ver um leão ou uma leoa matar um alce ou uma zebra ou correr atrás desse animal para se divertir. Eu não posso achar que é cultural uma situação dessas e que ela é benévola, porque foi cultural por muito tempo no mundo romano colocar os escravos para lutarem entre si. Isso era defendido como cultural, como foi cultural também a escravidão no Brasil. Então, nós não podemos fazer isso. Uma sociedade avançada não pode tratar os seus animais assim.

Comer o animal pode fazer parte da nossa cadeia alimentar, e nós já aprovamos leis nesse país em que a morte dos animais não pode ser morte cruel. Eu lembro quando havia várias reportagens sobre como matavam bois, inclusive em açougues clandestinos: era na cacetada. E um movimento forte em defesa dos animais mudou isso. Hoje, há regras para abate não só do boi; há regras para abate do frango, para abate de todos os animais. É uma conquista da humanidade. Nós precisamos comer ou precisa-se comer carne, mas vamos fazer isso de maneira decente, de forma alimentar, mas não de forma a prejudicar o animal. É o mínimo respeito que nós temos que ter àqueles que nos dão a vida para que continuamos vivendo. E aí queremos mais. Nós queremos usar os animais para nos divertir.

Eu venho de uma Região, que é o Sul do País, em que o rodeio é muito comum. O meu avô era patrão de rodeio. Eu via como fazia rodeio; eu sabia como montava em um boi, em um cavalo, como fazia laço; eu sabia o quanto esses animais sofriam, como eles são carregados, como eles são transportados. Eu não sei se V. Exªs sabem, mas o sistema nervoso de um animal é igual ao sistema nervoso de um ser humano. Portanto, a sensação de medo, de dor, de terror é a mesma que eles sentem quando os colocam em um caminhão para levá-los longe, para que eles sejam depois corridos por quem vai tentar derrubá-los. E não venham com essa



ideia de que tem rabo artificial.

Já pensaram o que significa derrubar um boi, machucar o animal? Para quê? Com qual motivo? Não é para comer, é para se divertir. Não é possível que sustentemos uma atividade cultural em cima de uma crueldade ou em cima da dor. Não é possível! Há que haver na humanidade alternativas. Quando eu comparei com a tourada aqui, não é pela crueldade de colocar a lança no animal, pois a tourada é muito cruel e foi proibida, mas nós temos que lembrar que ela, por muito tempo, foi atividade cultural da Espanha e defendida com unhas e dentes, em que a única alternativa do boi era entrar na arena e morrer. A única alternativa de um boi na vaquejada é entrar na arena e cair – me desculpem, mas é isso –, como também a única alternativa de um boi que entra para ser laçado em uma arena de rodeio é ser laçado.

Não dá para aceitar, desculpem. Eu não consigo concordar com os argumentos rasos aqui da dor ou da morte. E V. Ex^{as} defendem como atividade cultural, porque há um poder econômico importante, mas, se nós começarmos a mudar a avaliação que nós temos sobre isso, nós temos condições também de mudar a base da economia. Nós já mudamos tantas coisas na nossa história triste da humanidade em que tanto submetemos a dor tanto às pessoas quanto aos animais.

Por isso, Sr. Presidente, embora não seja uma regulamentação, ao votar isso, nós estamos dizendo para o Brasil e para o mundo que nós achamos, sim, que ganhar dinheiro à custa dos animais não só para se alimentar, mas para ter diversão é válido e é patrimônio da humanidade. Eu não concordo com isso. Nós não precisamos desse patrimônio.

Eu espero sinceramente, mesmo respeitando os colegas que me antecederam aqui e que defendem essa atividade pelo seu valor econômico, que nós possamos dar um passo à frente e mudar – mudar mesmo –, oferecendo ao Nordeste e a quem faz vaquejada hoje outras condições para ganhar a sua vida.

Eu lamento muito que este Plenário tenha aprovado esse projeto. Eu acho que é um desserviço à nossa evolução como humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino, com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu queria fazer aqui uma distinção liminar: não vamos confundir vaquejada com tourada. Eu fui uma vez, uma única vez, a uma tourada em Madri. Nunca mais eu vou lá, porque aquilo, sim, é uma barbaridade! Até hoje ela existe. O touro entra e os cavaleiros entram com umas lanças enormes e começam a furar o dorso do animal, para mutilá-lo, para enfraquecê-lo, para que ele, depois de sangrar muito, fique presa fácil do toureiro. Ali, sim, é perversidade pura. Ali, sim, são maus-tratos explícitos. Nós estamos falando de uma tradição de cem anos – cem anos!

V. Ex^a é de Alagoas; eu sou do Rio Grande do Norte. Nos nossos Estados todos existe vaquejada há anos. Nos nossos Estados e no Brasil inteiro. Do que nós estamos tratando? De uma decisão que o Supremo Tribunal Federal tomou. Ela esteve empatada cinco a cinco; cinco votos a favor, cinco votos contra, e houve o voto de minerva da Presidente do Supremo Tribunal Federal, que desempatou a favor do reconhecimento, no Estado do Ceará, de maus-tratos – creio que de maus-tratos. Para um Estado da Federação – um em 27 –, onde eventualmente as vaquejadas possam existir.

O que é que se votou hoje, na Comissão de Constituição e Justiça? Votou-se o segundo passo para que este assunto fique esclarecido. O primeiro passo foi o movimento que os vaqueiros... V. Ex^a se lembra da sanção que foi feita no gabinete de V. Ex^a, Presidente do Senado? A sanção do projeto de lei que estabelecia a profissão de vaqueiro? Foi um espetáculo bonito. Uma centena, várias centenas de vaqueiros de gibão, que vieram agradecer a aprovação de um projeto que reconhecia a profissão de vaqueiro. Pois estiveram aqui, na Esplanada dos Ministérios, milhares de vaqueiros – milhares! – que vieram dos seus Estados para dizer: “Eu existo. Eu vivo disso. O meu emprego é honesto e eu quero que você me enxergue; você, Parlamentar; você, autoridade.”

Agora, votou-se hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto que garante patrimônio cultural, a imaterialidade, a uma atividade que é secular, que é esportista, que é de entretenimento e que vem, ao longo dos anos, amadurecendo. Em matéria de quê? De proteção do animal. V. Ex^a sabe, como eu sei, que 30 atrás a vaquejada era feita e não havia colchão de 50cm de areia lavada de rio, para que o animal – que tem que cair entre duas faixas brancas – caísse sem o perigo de quebrar uma pata.

O que está se discutindo não é matar ou não matar o animal; é mutilar ou não mutilar. É importante não mutilar; não é matar. É não mutilar. Na tourada, você mata. Na vaquejada, você pode... podia correr o risco de mutilar. De lá para cá, o colchão de areia é uma exigência. Metal, nos cavalos ou nos animais, nem pensar! É preciso haver a proteção. É exigência a proteção. É um esparadrapo, é um isolante, para evitar os maus-tratos. Tocar no animal, na carreira, nem pensar! Se tocar, está desclassificado. Veterinário tem que fazer plantão permanente! Plantão permanente!



Todos os cuidados estão sendo tomados para que o animal seja protegido. Muitos deles são. Eles só podem fazer duas corridas.

No Jockey Club, Senador Renan Calheiros, o animal corre 2,5 mil metros e chega esbaforido. Aquilo é uma maldade! E ninguém fala do turfe. São 2,5 mil metros. O animal chega suado, esbaforido. Ali há o contato do metal com o animal; há espora. Na vaquejada, não há espora. É permitida a agressão ao animal com espora? Não. É proibida! Então, vamos raciocinar pelos fatos como eles são.

É muito boa, muito bonita – e eu aplaudo – a iniciativa de proteger os animais. Longe de mim: eu gosto de animal e gosto por hábito de criança. Agora, eu gosto muito dos empregos que a atividade esportista, a cultura e a tradição da vaquejada geram para o nosso Nordeste e para o Brasil.

O Brasil, hoje, é um país carente de empregos. O Nordeste, nem se fale. E querer agora permitir, sem reação e sem esclarecimento, que a atividade desapareça... acho que é uma perversidade.

O que a Comissão de Constituição e Justiça fez, na manhã de hoje, foi exibir uma manifestação de defesa para que S. Ex^{as}, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, quando forem avaliar – se for o caso – outras ações em outros Estados, considerem esses fatos todos, para que a sua avaliação possa sofrer a interferência de realidades que nós estamos procurando exibir.

É por essa razão que eu voto, com muito entusiasmo, a favor do projeto de S. Ex^a, o Senador Otto Alencar, muito bem relatado na CCJ na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lasier Martins, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – A minha questão nem é sobre o tema, Presidente. É para que V. Ex^a – na verdade, já votamos essa matéria – coloque em apreciação o nosso Requerimento nº 796, de voto de congratulações à Promotora de Justiça Dr^a Andrea e ao Procurador da República Ricardo Negrini. **(Requerimento nº 796/2016 - Vide item 2.1.7 do sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se não houver objeção do Plenário, nós faremos isso imediatamente.

Em votação o requerimento sugerido pelo Senador Randolfe Rodrigues.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Renan.

É na mesma linha: como está caindo o quórum, eu queria, antes que se esvaziasse o plenário, que V. Ex^a colocasse o Requerimento nº 189, solicitado pelo Senador Aloysio no início da sessão, que diz respeito à mobilidade urbana, especialmente o Uber, e que há quase sete meses está parado. É uma matéria que deve passar ainda pela CCJ e pela Comissão de Infraestrutura, e houve um pedido impertinente, quanto à temática, para que vá à Comissão de Direitos Humanos, mas nós o rejeitamos.

Então, eu gostaria que V. Ex^a colocasse também em votação o Requerimento nº 189.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concordo com V. Ex^a e farei o mesmo que fiz com o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento sugerido pelo Senador Lasier... **(Requerimento nº 189/2016)**

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Rejeitando o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Rejeitado.

As matérias vão ao exame da CCT, da CCJ e da CAE, e terão decisão terminativa na Comissão de Infraestrutura.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em sessão anterior, também foi pedido pelo Senador Lasier a apreciação do Requerimento nº 697/2016, solicitando informação ao Tribunal de Contas da União.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em votação.



As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Último requerimento.

Votação dos Requerimentos nºs 780, 781, 786, 787, 788 e 793, dos Senadores Kátia Abreu, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Cidinho Santos, Fátima Bezerra e Roberto Muniz, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participarem de missão oficial.

(Requerimento nº 793/2016 - Vide item 2.1.7 do sumário)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós encerramos a Ordem do Dia e encerramos a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 162ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Aviso do Banco Central do Brasil****SENADO FEDERAL****AVISO Nº 48, DE 2016**

(nº 103/2016, na origem)

Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real do Banco Central do Brasil referente ao terceiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Aviso 103/2016-BCB

Brasília, 27 de outubro de 2016.


A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,



Ilán Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Anexo ao Aviso 103/2016–BCB, de 27 de outubro de 2016

A - Demonstrativo das emissões do real – terceiro trimestre de 2016

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária – terceiro trimestre de 2016

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL**I – A base monetária restrita e a emissão**

A base monetária registrou saldo médio diário de R\$243,2 bilhões em setembro, após crescimentos de 2,6% no mês e de 5,3% em doze meses. A expansão mensal refletiu aumento de 3% no papel-moeda emitido e redução de 0,2% nas reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real Terceiro trimestre - 2016	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2016 ^{1/} (Voto CMN nº 57/2016)	308,80
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	243,22
b.1 - Usos ^{2/}	243,22
b.1.1 Papel-moeda emitido	209,60
b.1.2 Reservas bancárias	33,62
b.2 - Fontes	243,22
b.2.1 Saldos em 31.8.2016	235,77
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	202,03
b.2.1.2 Reservas bancárias	33,74
b.2.2 Fluxos em setembro 2016 ^{3/}	7,45
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	40,05
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-33,15
b.2.2.3 Operações com o setor externo	1,55
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-1,00
C - Saldo de emissão (A - B)	65,58
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.202,67
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	308,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	893,87

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Base monetária e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2014 Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	-0,3	223 142	-2,1	8,5
Abr	184 157	0,2	12,0	40 908	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
Mai	181 536	-1,4	9,8	41 353	1,1	-2,9	222 889	-1,0	7,2
Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
Jul	185 331	0,0	9,5	40 663	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8
Ago	186 682	0,7	9,5	39 661	-2,5	-6,6	226 343	0,2	6,3
Set	191 297	2,5	8,6	40 517	2,2	4,3	231 814	2,4	7,8
Out	193 558	1,2	9,6	40 630	0,3	0,7	234 188	1,0	7,9
Nov	195 743	1,1	9,0	40 299	-0,8	-4,0	236 042	0,8	6,5
Dez	215 495	10,1	8,6	43 524	8,0	3,8	259 019	9,7	7,8
2015 Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9
Mai	196 246	-1,3	8,1	35 834	-9,3	-13,3	232 080	-2,6	4,1
Jun	196 864	0,3	6,2	36 384	1,5	-4,4	233 248	0,5	4,4
Jul	197 022	0,1	6,3	37 058	1,9	-8,9	234 080	0,4	3,6
Ago	196 142	-0,4	5,1	33 268	-10,2	-16,1	229 410	-2,0	1,4
Set	196 414	0,1	2,7	34 553	3,9	-14,7	230 967	0,7	-0,4
Out	203 746	3,7	5,3	33 599	-2,8	-17,3	237 344	2,8	1,3
Nov	202 744	-0,5	3,6	34 324	2,2	-14,8	237 069	-0,1	0,4
Dez	221 478	9,2	2,8	34 872	1,6	-19,9	256 350	8,1	-1,0
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4
Set	209 599	3,0	6,7	33 619	-0,2	-2,7	243 218	2,6	5,3

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, sobressaíram as operações do Tesouro Nacional, expansionistas em R\$23,2 bilhões, e as operações com títulos públicos federais, que implicaram contração de R\$10,6 bilhões, a partir de colocações líquidas de R\$60,9 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$50,3 bilhões no mercado secundário.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2014 Jan	22 752	- 50 951	6 172	- 8 456	3 920	- 26 563
Fev	- 18 764	30 808	59	- 2 043	- 8 336	1 724
Mar	2 859	4 823	3 090	- 1 223	- 6 206	3 343
Abr	- 10 257	254	4 623	3 794	- 3 964	- 5 551
Mai	- 4 915	- 2 281	3 402	- 1 694	- 2 202	- 7 691
Jun	1 271	2 230	8 128	- 156	- 3 387	8 087
Jul	7 823	- 15 677	11 402	- 5 395	2 583	736
Ago	- 2 465	- 23 676	5 551	30 819	- 2 479	7 750
Set	18 560	- 49 796	296	19 611	18 393	7 064
Out	1 476	- 5 807	311	3 401	- 6 762	- 7 381
Nov	- 1 071	- 9 555	434	12 064	8 724	10 597
Dez	- 17 938	43 321	- 27 193	6 669	17 045	21 903
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841
Abr	- 10 186	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636
Mai	- 4 688	- 22 801	9 741	175	22 065	4 493
Jun	7 615	- 18 860	4 715	7 100	- 8 125	- 7 555
Jul	10 325	- 40 175	3 088	- 4 040	23 906	- 6 896
Ago	- 2 603	- 6 221	583	- 2 331	17 226	6 654
Set	180	12 683	- 27 501	- 27 229	38 599	- 3 269
Out	16 049	12 998	- 1 723	2 881	- 19 030	11 174
Nov	11 750	10 070	- 8 170	1 548	- 11 972	3 226
Dez	31 967	- 18 964	- 1 077	- 7 278	7 794	12 442
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 718	- 4 250	- 5 077
Set	23 158	- 10 646	1 728	- 1 854	- 1 118	11 267

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R\$4.573 bilhões, incremento de 1,5% no mês e de 13,8% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária cresceu 1,3% no mês, totalizando R\$3.961,3 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Base monetária ampliada									
Saldos em final de período									
R\$ milhões									
Período	Base mone- tária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais ^{1/}			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remune- rados ^{2/}	Não remune- rados ^{3/}	Posição de car- teira	Financia- mento ^{4/}	Total			
2014 Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 583	2628 584	3186 266	2,3	9,4
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 879	2615 190	3179 896	-0,2	8,8
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 092	2666 251	3232 014	0,8	9,3
Mai	214 772	342 279	4 229	2034 829	646 698	2681 527	3242 807	0,3	9,1
Jun	222 859	344 909	4 195	2116 492	615 196	2731 688	3303 650	1,9	9,9
Jul	223 595	351 835	4 070	2090 896	686 529	2777 425	3356 924	1,6	10,3
Ago	231 345	314 965	654	2073 493	733 010	2806 503	3353 467	-0,1	9,8
Set	238 409	297 712	677	2072 472	805 432	2877 905	3414 703	1,8	10,5
Out	231 028	296 845	702	2056 551	868 988	2925 539	3454 115	1,2	11,2
Nov	241 626	286 850	685	2103 064	856 133	2959 197	3488 357	1,0	12,1
Dez	263 529	282 333	738	2187 245	791 573	2978 819	3525 418	1,1	13,2
2015 Jan	238 525	284 379	689	2136 827	901 191	3038 018	3561 611	1,0	11,8
Fev	238 816	280 813	592	2214 990	881 652	3096 642	3616 863	1,6	13,7
Mar	240 656	281 536	596	2331 347	848 887	3180 234	3703 022	2,4	15,4
Abr	235 020	282 179	572	2346 144	832 311	3178 456	3696 227	-0,2	14,4
Mai	239 513	285 113	600	2383 344	851 686	3235 030	3760 256	1,7	16,0
Jun	231 959	280 545	776	2471 395	816 134	3287 529	3800 809	1,1	15,0
Jul	225 063	287 781	867	2493 171	884 758	3377 929	3891 639	2,4	15,9
Ago	231 716	293 048	2 145	2569 871	851 631	3421 502	3948 412	1,5	17,7
Set	228 447	323 316	2 131	2628 466	836 390	3464 855	4018 750	1,8	17,7
Out	239 621	323 524	2 168	2552 177	948 980	3501 157	4066 470	1,2	17,7
Nov	242 847	325 555	2 209	2616 758	905 954	3522 712	4093 323	0,7	17,3
Dez	255 289	336 324	2 257	2692 044	894 542	3586 586	4180 456	2,1	18,6
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2672 628	1008 414	3681 042	4261 926	1,9	19,7
Fev	252 560	338 424	2 208	2739 590	960 906	3700 496	4293 688	0,7	18,7
Mar	242 530	333 846	2 222	2793 668	893 147	3686 814	4265 412	-0,7	15,2
Abr	242 143	331 469	2 267	2677 130	1015 039	3692 169	4268 048	0,1	15,5
Mai	239 966	340 871	2 261	2746 855	1001 779	3748 634	4331 731	1,5	15,2
Jun	234 678	346 707	2 216	2826 075	949 044	3775 119	4358 720	0,6	14,7
Jul	240 845	348 027	2 202	2820 087	1040 093	3860 180	4451 254	2,1	14,4
Ago	235 769	356 593	2 705	2817 084	1092 950	3910 035	4505 101	1,2	14,1
Set	247 036	362 031	2 637	2906 447	1054 870	3961 317	4573 021	1,5	13,8

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) totalizou R\$307,6 bilhões em setembro, com acréscimo mensal de 2,1%, decorrente dos avanços de 3,1% no papel-moeda em poder do público e de 0,7% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 3,3%.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Meios de pagamento (M1) e componentes									
Média dos saldos nos dias úteis									
R\$ milhões									
Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2014 Jan	156 016	-3,8	11,6	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6
Fev	152 296	-2,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0
Abr	150 826	0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,6
Mai	149 336	-1,0	10,3	156 816	-2,9	1,1	306 152	-2,0	5,3
Jun	151 688	1,6	11,0	155 636	-0,8	-2,5	307 324	0,4	3,7
Jul	152 616	0,6	9,8	156 274	0,4	-3,5	308 890	0,5	2,6
Ago	153 868	0,8	9,7	152 620	-2,3	-3,1	306 487	-0,8	2,9
Set	159 053	3,4	9,7	156 894	2,8	-1,0	315 946	3,1	4,1
Out	159 879	0,5	10,3	157 176	0,2	-0,3	317 055	0,4	4,8
Nov	161 929	1,3	10,5	157 351	0,1	-1,6	319 280	0,7	4,2
Dez	177 339	9,5	9,3	173 055	10,0	-2,1	350 394	9,7	3,4
2015 Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7
Fev	166 071	-2,4	9,0	156 261	-3,4	-2,1	322 332	-2,9	3,4
Mar	166 038	0,0	10,2	150 195	-3,9	-5,9	316 234	-1,9	1,9
Abr	164 614	-0,9	9,1	146 729	-2,3	-9,2	311 344	-1,5	-0,3
Mai	163 005	-1,0	9,2	143 341	-2,3	-8,6	306 346	-1,6	0,1
Jun	163 804	0,5	8,0	140 467	-2,0	-9,7	304 271	-0,7	-1,0
Jul	164 264	0,3	7,6	141 358	0,6	-9,5	305 622	0,4	-1,1
Ago	163 394	-0,5	6,2	136 243	-3,6	-10,7	299 637	-2,0	-2,2
Set	163 124	-0,2	2,6	134 582	-1,2	-14,2	297 706	-0,6	-5,8
Out	168 846	3,5	5,6	133 872	-0,5	-14,8	302 718	1,7	-4,5
Nov	168 655	-0,1	4,2	133 869	0,0	-14,9	302 524	-0,1	-5,2
Dez	184 472	9,4	4,0	147 875	10,5	-14,6	332 347	9,9	-5,2
2016 Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5
Mai	170 834	-0,1	4,8	131 937	-0,3	-8,0	302 771	-0,2	-1,2
Jun	170 083	-0,4	3,8	129 056	-2,2	-8,1	299 139	-1,2	-1,7
Jul*	171 082	0,6	4,2	133 055	3,1	-5,9	304 138	1,7	-0,5
Ago*	170 054	-0,6	4,1	131 373	-1,3	-3,6	301 427	-0,9	0,6
Set*	175 359	3,1	7,5	132 280	0,7	-1,7	307 639	2,1	3,3
* Dados preliminares.									

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, apresentou decréscimo, passando de 1,27 para 1,26.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário^{1/} Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2014 Jan	0,48	0,52	0,20	0,27	1,37	
Fev	0,49	0,51	0,21	0,27	1,37	
Mar	0,49	0,51	0,21	0,25	1,39	
Abr	0,48	0,52	0,21	0,25	1,39	
Mai	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37	
Jun	0,49	0,51	0,22	0,24	1,38	
Jul	0,49	0,51	0,21	0,26	1,37	
Ago	0,50	0,50	0,22	0,26	1,35	
Set	0,50	0,50	0,21	0,26	1,36	
Out	0,50	0,50	0,21	0,26	1,35	
Nov	0,51	0,49	0,21	0,26	1,35	
Dez	0,51	0,49	0,22	0,25	1,35	
2015 Jan	0,51	0,49	0,22	0,29	1,31	
Fev	0,52	0,48	0,23	0,26	1,33	
Mar	0,53	0,47	0,22	0,27	1,31	
Abr	0,53	0,47	0,23	0,27	1,31	
Mai	0,53	0,47	0,23	0,25	1,32	
Jun	0,54	0,46	0,24	0,26	1,30	
Jul	0,54	0,46	0,23	0,26	1,31	
Ago	0,55	0,45	0,24	0,24	1,31	
Set	0,55	0,45	0,25	0,26	1,29	
Out	0,56	0,44	0,26	0,25	1,28	
Nov	0,56	0,44	0,25	0,26	1,28	
Dez	0,56	0,44	0,25	0,24	1,30	
2016 Jan	0,56	0,44	0,25	0,27	1,27	
Fev	0,56	0,44	0,26	0,26	1,27	
Mar	0,57	0,43	0,26	0,27	1,26	
Abr	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
Mai	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
Jun	0,57	0,43	0,25	0,26	1,26	
Jul	0,56	0,44	0,25	0,25	1,28	
Ago	0,56	0,44	0,25	0,26	1,27	
Set	0,57	0,43	0,26	0,25	1,26	

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
PMPP - Papel-moeda em poder do público	CX - Encaixe de moeda corrente
M1 - Meios de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RB - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que compreende o M1, os depósitos de poupança e os títulos privados, recuou 0,2% em setembro, somando R\$2,3 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança cresceu 0,1%, atingindo R\$644,3 bilhões, com resgate líquido de R\$2,4 bilhões. Os títulos privados diminuíram 1%, totalizando R\$1,3 trilhão, apesar de captações líquidas de R\$1,5 bilhão em depósitos a prazo.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, avançou 0,4% no mês, atingindo R\$ 5,1 trilhões, com crescimento de 0,9% no saldo das quotas de fundos de renda fixa e de 0,7% no saldo das operações compromissadas, que somaram, respectivamente, R\$2,6 trilhões e R\$211,4 bilhões. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, cresceu 0,5% no mês e 11,9% em doze meses, somando R\$6 trilhões.

Meios de pagamento ampliados											
Saldos em final de período											
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromis- sadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	R\$ milhões	
										Variação percentual	
										No mês	Em 12 meses
2014 Jan	313 132	604 825	1 023 775	1 941 731	1 740 245	145 955	3 827 931	588 619	4 416 550	0,3	7,5
Fev	316 246	609 877	1 034 588	1 960 711	1 758 328	134 133	3 853 172	621 991	4 475 163	1,3	8,7
Mar	309 930	614 876	1 047 747	1 972 553	1 785 131	119 400	3 877 095	634 151	4 511 235	0,8	8,7
Abr	309 227	616 831	1 057 385	1 983 443	1 790 695	140 598	3 914 735	640 404	4 555 139	1,0	8,9
Mai	303 690	622 340	1 076 372	2 002 402	1 825 309	140 806	3 968 519	652 238	4 620 756	1,4	9,4
Jun	305 835	628 926	1 088 118	2 022 880	1 851 408	127 276	4 001 564	675 123	4 676 688	1,2	10,3
Jul	302 285	636 447	1 092 826	2 031 558	1 874 805	151 678	4 058 040	669 603	4 727 644	1,1	11,1
Ago	306 457	640 564	1 101 150	2 048 171	1 922 119	189 669	4 159 959	678 934	4 838 893	2,4	13,0
Set	313 959	645 474	1 112 909	2 072 342	1 939 101	193 070	4 204 513	671 654	4 876 167	0,8	12,3
Out	312 803	649 650	1 118 555	2 081 008	1 960 670	192 267	4 233 945	706 021	4 939 966	1,3	13,1
Nov	326 330	655 806	1 125 369	2 107 505	1 975 576	199 193	4 282 275	717 512	4 999 787	1,2	14,1
Dez	351 603	664 847	1 134 233	2 150 684	1 974 912	193 889	4 319 484	673 649	4 993 133	-0,1	13,4
2015 Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3
Fev	318 950	660 210	1 151 600	2 130 760	2 034 320	182 892	4 347 973	717 335	5 065 308	0,3	13,2
Mar	315 360	660 047	1 151 727	2 127 134	2 068 976	174 323	4 370 433	770 412	5 140 846	1,5	14,0
Abr	306 876	650 445	1 178 589	2 135 910	2 095 374	174 911	4 406 195	761 696	5 167 891	0,5	13,5
Mai	305 873	651 079	1 194 905	2 151 857	2 139 345	184 152	4 475 354	771 854	5 247 208	1,5	13,6
Jun	305 973	648 879	1 199 380	2 154 232	2 160 456	165 162	4 479 850	797 277	5 277 126	0,6	12,8
Jul	299 397	650 714	1 211 809	2 161 921	2 185 795	159 489	4 507 205	771 574	5 278 779	0,0	11,7
Ago	297 344	647 540	1 218 523	2 163 406	2 193 829	161 530	4 518 764	795 176	5 313 941	0,7	9,8
Set	295 811	646 606	1 225 047	2 167 464	2 209 992	163 270	4 540 725	778 651	5 319 376	0,1	9,1
Out	299 193	647 198	1 254 464	2 200 854	2 246 957	176 798	4 624 608	761 177	5 385 785	1,2	9,0
Nov	311 288	649 997	1 259 000	2 220 286	2 255 584	180 555	4 656 424	787 463	5 443 887	1,1	8,9
Dez	334 417	659 006	1 292 298	2 285 721	2 277 820	195 771	4 759 312	795 021	5 554 333	2,0	11,2
2016 Jan	309 171	650 997	1 288 755	2 248 923	2 298 656	204 565	4 752 144	829 633	5 581 777	0,5	10,6
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 263	216 718	4 807 617	816 936	5 624 554	0,8	11,0
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	854 015	5 719 124	1,7	11,2
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,6	11,3
Mai	299 807	640 247	1 313 741	2 253 794	2 459 341	214 016	4 927 151	852 308	5 779 459	0,4	10,1
Jun	300 911	640 680	1 325 513	2 267 104	2 481 750	211 573	4 960 426	872 644	5 833 070	0,9	10,5
Jul*	297 928	643 807	1 327 395	2 269 130	2 525 432	211 986	5 006 548	888 047	5 894 595	1,1	11,7
Ago*	297 238	643 659	1 339 571	2 280 468	2 575 698	209 969	5 066 135	856 264	5 922 399	0,5	11,5
Set*	306 436	644 324	1 325 760	2 276 520	2 598 038	211 409	5 085 968	868 320	5 954 287	0,5	11,9

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

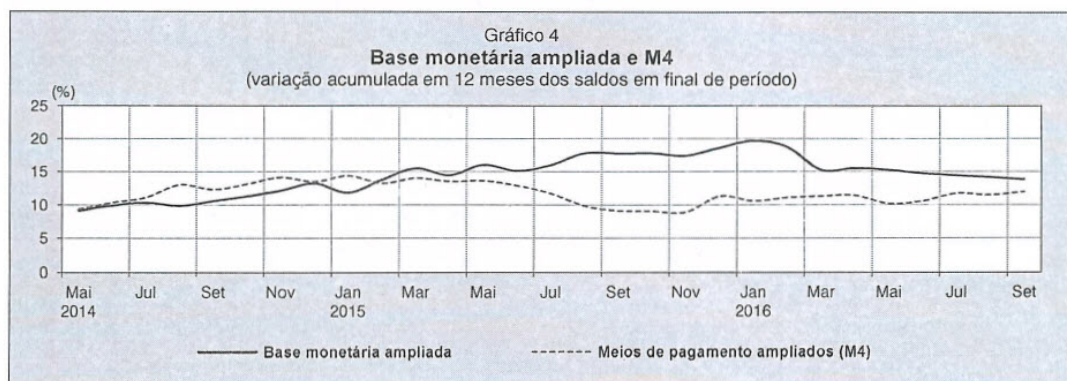
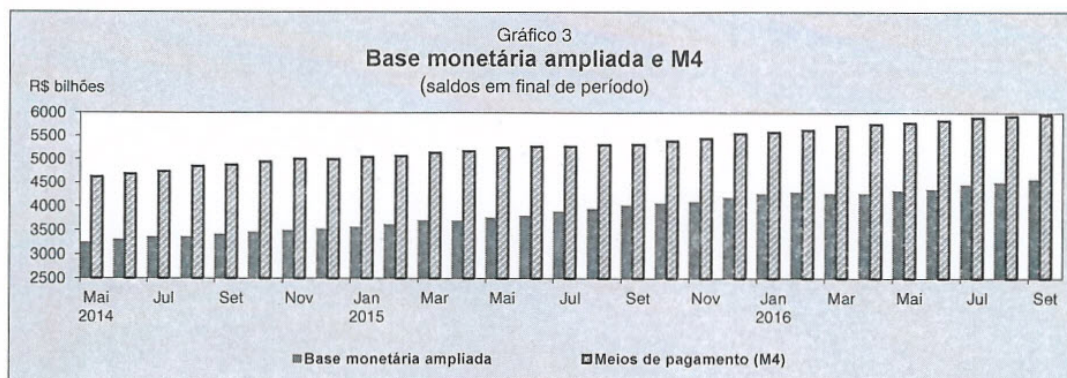
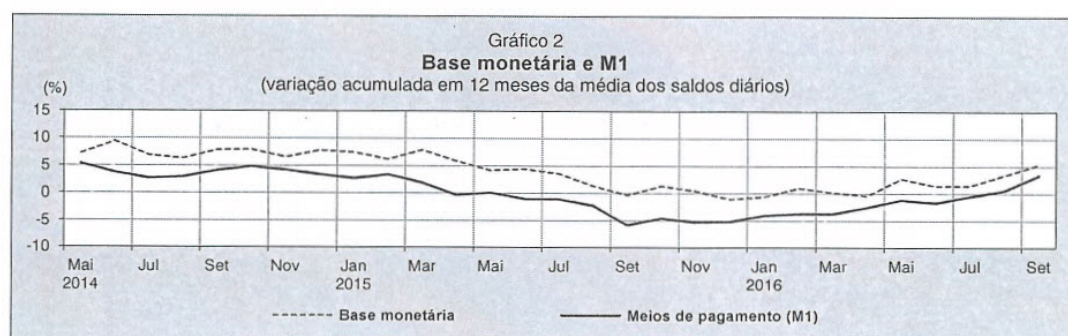
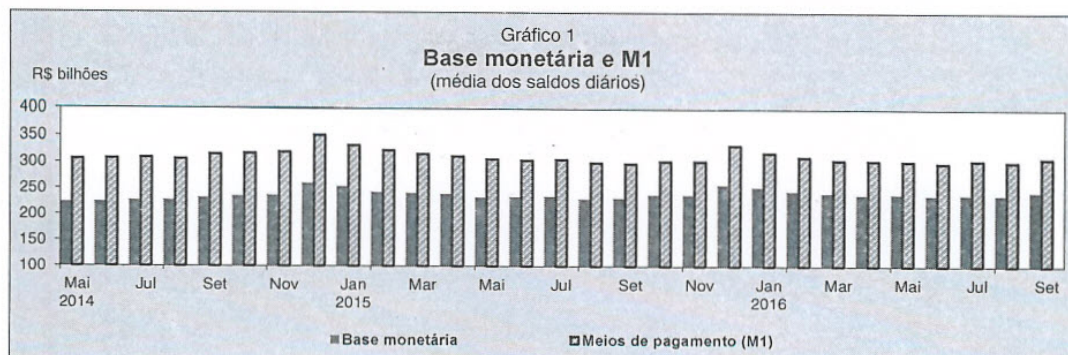
3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

V – Anexo



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no terceiro trimestre de 2016.

Programação monetária				
Discriminação	2016			
	Terceiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	279,0 - 327,5	1,9	307,6	3,3
Base restrita ^{2/}	204,6 - 276,8	4,2	243,2	5,3
Base ampliada ^{3/}	4155,1 - 4877,7	12,4	4573,0	13,8
M4 ^{3/}	5166,5 - 6990,0	14,3	5954,3	11,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 29.9.2016, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o quarto trimestre de 2016, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Programação monetária		
Discriminação	2016	
	Previsto	
	Ano	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	316,0 - 370,9	3,3
Base restrita ^{2/}	228,3 - 308,8	4,8
Base ampliada ^{3/}	4342,5 - 5097,7	12,9
M4 ^{3/}	5307,4 - 7180,6	12,4

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.
4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.
5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.
6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.
7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2016

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.



Avisos do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

A Presidência do Senado Federal recebeu os Avisos nº 2.104 e 2.105, de 2016, de 26 de outubro de 2016, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento de Informações nº 475 e 476, de 2016, de autoria do Senador Jorge Viana.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Deliberações da Mesa do Senado Federal

Em sua 5ª Reunião, realizada no dia 19 de outubro de 2016, a Comissão Diretora do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

Pelo deferimento dos Requerimentos de Informação nos 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1364, 1365, 1368, de 2015, bem como dos Requerimentos de Informação nos 109, 195, 217, 221, 222, 353, 355, 373, 380, 381, 383, 412, 425, 434, 451, 452, 453, 455, 475, 476, 477, de 2016;

Com a aprovação dos Requerimentos nos 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1364, 1365 e 1368, de 2015, e 217, 221, 353, 477, de 2016, ficam sobrestadas, respectivamente, as tramitações do OFS 31/2014, OFS 34/2014, OFS 36/2014, OFS 41/2014, OFS 43/2014, OFS 36/2015, OFS 50/2015, OFS 39/2015, OFS 30/2014, PDS 142/2015, PDS 454/2013 e PDS 126/2015, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal;

Pelo deferimento, com emendas, dos Requerimentos de Informações nos 1445, de 2015, e 392, de 2016.

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2015, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências;

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 53, de 2015, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul e dá outras providências;

Pela aprovação do parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2016, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia e dá outras providências;

Ao Plenário.



Discurso encaminhado à votação

1

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

**PRONUNCIAMENTO QUE FAZ NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL A
SENADORA ÂNGELA PORTELA, DO PT DE RORAIMA, EM 1º DE
NOVEMBRO DE 2016.**

Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores,

Dizia Rui Barbosa, um século atrás: "a Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta". Esse conceito costuma ser repetido com frequência diante de um fato incontestável que é a lentidão da Justiça brasileira.

Há muitas tentativas de explicar, ou justificar, a demora dos procedimentos judiciais no País. As explicações contam-se às dezenas, senão centenas, e vão do excesso de recursos em nosso Direito Processual ao acúmulo de trabalho para os magistrados, o que seria especialmente verdadeiro nos tribunais superiores.

Existe, porém, inegável cobrança da sociedade por uma Justiça mais rápida e eficiente. Quando processos específicos despertam a atenção popular essa cobrança tende a se acentuar.

É o caso das denúncias de corrupção feitas a propósito de operações como a Lava Jato. Não desejo aqui fazer juízos de valor a respeito das motivações que estão por trás dessas investigações e muito menos de seus efeitos políticos ou econômicos.

Quero registrar, porém, a impaciência despertada pela lentidão verificada em determinadas instâncias judiciais, ainda mais em comparação com o que ocorre em outras instâncias.

Apesar do elevado número de denúncias, só cinco detentores de foro privilegiado foram até agora efetivamente indiciados pelo Supremo Tribunal Federal.

Um deles, por ter seu mandato cassado, perdeu esse foro. Seu caso deixou de tramitar no Supremo Tribunal Federal e, remetido à primeira instância, tramitou de forma mais rápida. Já está preso.

Refiro-me, claro a Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, acusado de uma longa sequência de malfeitos. Há razões para crer que seu processo terá, agora, andamento mais rápido, o que não deixará de repercutir na opinião pública.

Em contrapartida, a demora no trâmite de outras ações judiciais, em especial nas que têm detentores de foro privilegiado como denunciados ou indiciados, despertam inequívoco sentimento de que existe risco de impunidade. Pior, os beneficiários dessa impunidade seriam justamente os poderosos, os que detêm mandato parlamentar, os que mandam na República.





2

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

Transcrevo aqui o que disse o eminente ministro Luís Roberto Barroso, a propósito da abertura de 28 milhões de processos judiciais no último ano.

"Dizer que o sistema não funciona seria excessivo e injusto, mas acho que o sistema Judicial brasileiro tem muitos problemas e problemas graves", afirmou o ministro Barroso.

Afinal, completou, o Judiciário "não está funcionando de maneira satisfatória para atender as demandas da sociedade brasileira – e tudo que não esteja funcionando bem precisa ser repensado, precisa de um choque de criatividade, de pensamento original, para ser reformado".

"Portanto", comentou o ministro, "acho verdadeira a premissa de que não funciona bem".

Para Barroso, "a segunda premissa que precisamos estabelecer como uma meta muito importante é a razoável duração do processo. Significa que um processo deve durar entre 3 e 18 meses – 3 meses se for simples e 18 meses caso seja mais complexo – e desenvolver uma cultura que produza esse resultado. Nós nos acostumamos com processos que duram 5 anos, 8 anos, 10 ou 12 anos. Aceitar isso com naturalidade é perder completamente a capacidade crítica do próprio trabalho".

Por isso mesmo, completa, "Nós precisamos fazer uma revolução no modo como o poder Judiciário funciona".

Além disso, Barroso lembra uma terceira premissa, que na verdade, observa, nem deveria merecer referência. "É preciso criar uma cultura de que o devido processo legal se realiza efetivamente em dois graus de jurisdição, o primeiro e o segundo. Idealmente, a maior parte dos processos deveria acabar no primeiro grau de jurisdição, em que a pessoa obtém um pronunciamento estatal sobre aquela questão, e pronto. Isso talvez seja um choque excessivo ainda no Brasil, embora essa deva ser a meta. Mas no segundo grau o processo tem que acabar, tem uma decisão de um juiz singular e tem uma decisão colegiada. Acabou, vai embora para casa, transita em julgado".

Não é o que acontece, diante da excessiva judicialização com que os brasileiros convivem. Recursos habituais para instâncias como o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal constituem um absurdo de natureza prática.

Mesmo assim, impõe-se uma reflexão. A prisão preventiva do ex-deputado Eduardo Cunha tem um claro significado moralizador. A condescendência com o crime causa efeitos deletérios, como dizíamos, e a ordem de prisão expedida contra o ex-presidente da





3

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

Câmara dos Deputados repercutiu como um poderoso símbolo do combate à impunidade.

Em contrapartida, evidenciou-se, de novo, a disparidade que existe entre a primeira e a última instância do Poder Judiciário a respeito do significado do tempo.

O pedido de prisão de Cunha foi formulado pela Procuradoria-Geral da República no início de junho, quando a ação ainda estava no Supremo Tribunal Federal sob a relatoria do ministro Teori Zavascki. Na ocasião, Eduardo Cunha ainda tinha foro privilegiado. O pedido do Ministério Público ficou por quatro meses sem qualquer resposta da parte do Supremo.

Uma vez cassado o mandato de Cunha, a ação foi remetida à primeira instância e em apenas uma semana fora expedido um fundamentado mandado de prisão.

Já na última instância, o ritmo é outro. Não se pode negar a existência de avanços na Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, mas numa velocidade bem diferente da que se constata em instâncias inferiores.

Sim, o Supremo Tribunal Federal não é uma corte penal. É preciso termos uma natural compreensão do ritmo mais pausado do STF, tendo em vista sua natureza de tribunal constitucional.

Agora mesmo o Supremo debruça-se sobre questões tão diversas como o fornecimento de medicamentos para doenças raras, desaposentação de assalariados, correção monetária de débitos bancários remotos e sabe-se lá quantos mais temas de difícil exame.

Nem por isso se deve ter paciência infinita. Não é de hoje que o STF tem competência penal nos casos de foro privilegiado, algo que vem da Constituição de 1824. O Supremo precisa estar preparado para se desincumbir dessa missão constitucional relevante, ainda que espinhosa.

Mesmo com o expressivo número de processos que cada ministro do STF tem sob sua responsabilidade, cada um também tem a prerrogativa de requisitar juízes que o auxiliem em seu vasto e minucioso trabalho.

A verdade é que não se pode dar a impressão de que, no Supremo, as questões penais de foro privilegiado entram na fila comum dos processos. Certamente, se assim for, razão há para um ritmo bem lento.





4

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ÂNGELA PORTELA

Não faz muito o STF julgou uma ação de reconhecimento de paternidade que tramitava por 33 anos. Quando por unanimidade os ministros decidiram o desfecho do caso, o pai, a mãe e o filho já haviam falecido. É um caso escandaloso, mas afeto, enfim, a uma única família.

Senhor presidente, senhoras senadoras e senhores senadores,

Tenho pautado toda a minha vida pública pela defesa da transparência, pela aplicação correta dos recursos públicos e pelo permanente combate à corrupção. Sinto-me, portanto, à vontade para comentar a impaciência da população diante do que lhe parece impunidade.

Os casos relacionados às denúncias de corrupção referem-se à moralidade da administração, à lisura da atividade política e à correção da vida social. Referem-se a todos os brasileiros, reconhecidos constitucionalmente como iguais.

A lentidão deixa, no País, a ideia de que as autoridades se deixam enredar pela Justiça e, quando têm seus casos avocados pelo Supremo, contam as horas em ritmo diferente dos mortais que começam a penar na primeira instância.

Essa ideia pode ser vista como falsa, mas nem por isso deixa de se tornar desagregadora. Como já dizia o velho Rui, a Justiça não pode tardar.

Brasília, 1º de novembro de 2016.

Senadora ÂNGELA PORTELA



Documento encaminhado à publicação**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR LASIER MARTINS EM SEU PRONUNCIAMENTO.***(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)***FOLHA DE S.PAULO****TENDÊNCIAS / DEBATES**

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@grupofolha.com.brwww.folha.com/tendencias**Lava Jato, de onde veio e para onde vamos****DELTAN DALLAGNOL E ORLANDO MARTELLO**

A equipe da Lava Jato formou-se para o combate a crimes financeiros e de lavagem de dinheiro praticados por doleiros como Alberto Youssef. Jamais se imaginou, inicialmente, topar com um esquema de corrupção.

Foi uma surpresa quando se reuniram provas da lavagem de cerca de R\$ 26 milhões ligados a um contrato da refinaria Abreu e Lima. Meses depois, quando Paulo Roberto Costa decidiu colaborar, sua narrativa foi estupefacente: a confissão foi muito além daquele contrato.

Propinas eram pagas nos grandes negócios da Petrobras. Estávamos falando, como descobriríamos mais tarde, de R\$ 6,2 bilhões só de subornos, valor que seria reconhecido pela estatal.

Mas as investigações — e o prejuízo aos cofres públicos — não pararam por aí.

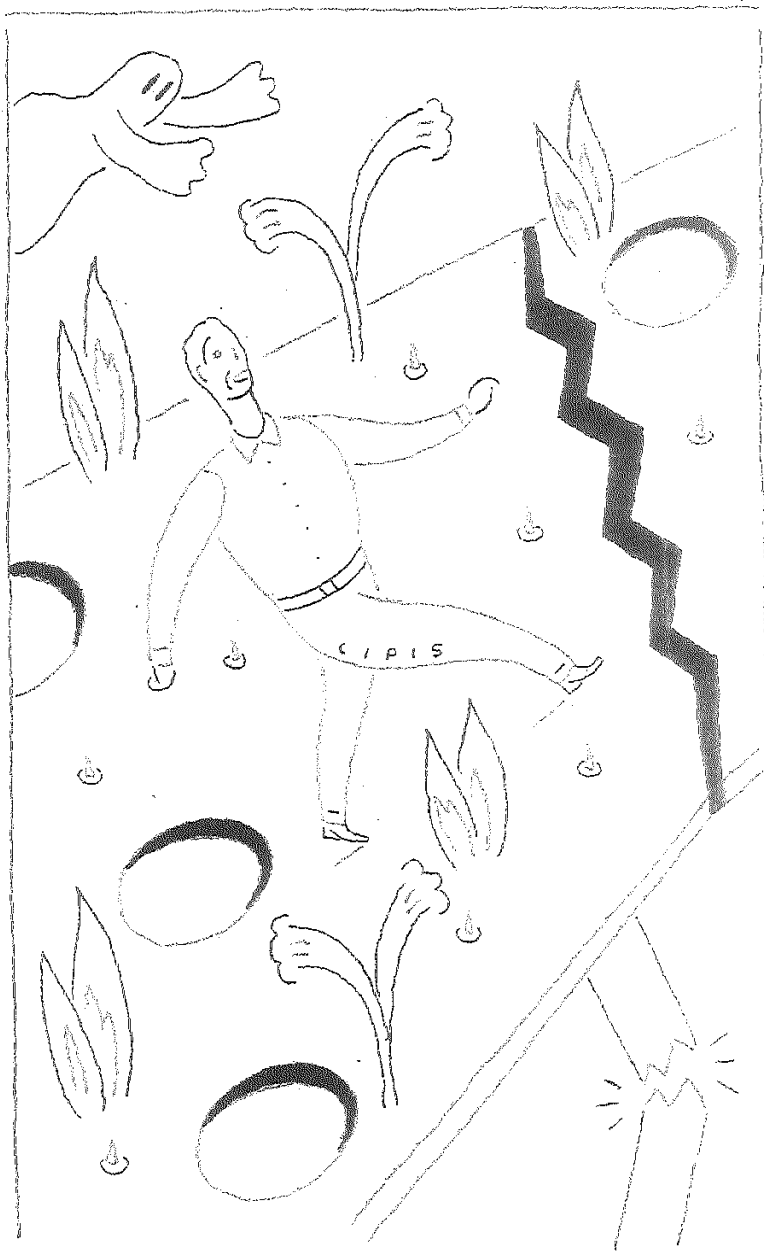
Como observou o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, “onde você destampa tem alguma coisa errada”.

Removidas as tampas, emergiram propinas nas diretorias da Petrobras, nos ministérios do Planejamento e da Saúde, na Caixa Econômica Federal e na Eletronuclear.

A sistemática era a mesma. Dirigentes eram escolhidos por partidos e políticos com o compromisso de arrecadar propinas. Currículos e critérios técnicos ficaram em segundo plano.

Nesse esquema, empresários pagavam agentes públicos (dirigentes e políticos) por meio de operadores financeiros, que faziam o dinheiro sujo chegar com aparência limpa aos destinatários.

Até o momento, em primeira instância, as investigações levaram a 52 acusações contra 241 pessoas, por crimes como corrupção, lava-



Cipis



52 acusações contra 241 pessoas, por crimes como corrupção, lavagem e organização criminosa.

Dentre elas, 110 foram condenadas a penas que ultrapassam mil anos de prisão. O ressarcimento soma mais de R\$ 3,6 bilhões — antes da Lava Jato, virtualmente nenhum caso recuperou mais de R\$ 100 milhões, e a regra é não reaver um tostão sequer.

No entanto, talvez o maior impacto da Lava Jato tenha sido a responsabilização igualitária dos criminosos, pouco importando cargo ou bolso. Perseguiu-se a “grande corrupção”, aquela que deslegitima as instituições e até então era imune ao Judiciário.

A corrupção de que tratamos afeta a eficiência da gestão pública, drena recursos de serviços essenciais, desequilibra o processo democrático e violenta os princípios republicanos.

É a corrupção que mata pela fila do SUS, pela falta de manutenção das estradas, que nutre a violência pela ausência de políticas públicas e que atrasa o país pela deficiência da infraestrutura.

Como o mensalão, a Lava Jato tem se mostrado excepcionalmente diferente em relação à impunidade. É a exceção que confirma a regra.

Precisamos reconhecer que o relativo sucesso é fruto de uma multidão de fatores, que incluem um trabalho coordenado, inovador e profissional de vários órgãos, o amadurecimento de leis e instituições e... muitos lances de sorte. Foi valioso ainda o apoio da sociedade.

O avanço se deu sobre um tripé formado por colaborações premiadas, cooperações internacionais e transparência.

As delações —sempre ponto de partida, jamais de chegada— permitiram a expansão exponencial da investigação. Embasaram buscas e apreensões, colheita de depoimentos e quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico; as transações bancárias rastreadas somam mais de R\$ 1 trilhão.

As cooperações internacionais —mais de 120 intercâmbios com 34 países— permitiram alcançar documentos de contas secretas no exterior usadas há décadas.

Por fim, a realização de entrevistas coletivas, o lançamento do primeiro website de um caso criminal do país, a assistência de assessores de comunicação e a publicidade dos processos eletrônicos garantiram o que Albert Meijer denominou transparência virtual, facilitando o aces-

Como o mensalão, a Lava Jato tem se mostrado excepcionalmente diferente em relação à impunidade. É a exceção que confirma a regra

so à informação, o acompanhamento da investigação e, principalmente, propiciando o controle social.

O debate transcendeu o meio jurídico e, para nossa sorte, ganhou o gosto popular.

O acervo probatório produzido é imenso. Como a usual tática dos investigados de negar os fatos já não funcionava, passaram a difundir a falsa ideia de abusos na Lava Jato.

Tal noção não se sustenta. Foram feitas somente prisões excepcionalmente necessárias. Apenas 9% dos acusados estão presos —e só 3% estão encarcerados sem condenação.

Diante da inusitada perspectiva de punição, a colaboração passou a ser a melhor estratégia de defesa: 70% delas foram feitas com réus soltos, e diariamente recusam-se novos acordos por não se vislumbrar ganho efetivo.

Observe-se ainda que, se “abusos” ou “excessos” existissem, os tribunais os corrigiriam. Mesmo contestados por grandes bancas advocatícias em três cortes, os atos do juiz Sergio Moro foram confirmados em mais de 95% dos casos.

Alega-se também que as investigações são partidárias. Outro disparate! Além de as equipes de procuradores, delegados e auditores terem sido formadas, em grande parte, antes de se descobrirem os crimes na Petrobras, trata-se de dezenas de profissionais de perfil técnico, sem histórico de vínculo político.

A alegada perseguição é o mantra da defesa política quando a defesa jurídica não prospera.

Verdade que os partidos mais atingidos na Lava Jato são PT, PP e PMDB. No Supremo, dentre os 17 políticos acusados, 9 são do PP, 4 do PMDB, 3 do PT e 1 do PTC.

Contudo, isso não ocorre por escolha dos investigadores, e sim porque as indicações de dirigentes de órgãos federais se dão pelo partido no poder ou sua base aliada. Assim, os cargos de diretoria da Petrobras foram ocupados por essas legendas, e não pela oposição ao governo petista.

O ataque mendaz à credibilidade da Lava Jato e dos investigadores tem um propósito. Prepara-se o terreno para, em evidente desvio

de finalidade, aprovar projetos de abuso de autoridade, de obstáculos à colaboração premiada, de alterações na leniência e de anistia ao caixa dois.

O Brasil, quarta nação mais corrupta do mundo segundo ranking do Fórum Econômico Mundial, está numa encruzilhada.

Se forem aprovados projetos como os mencionados, seguiremos o caminho da Itália, que, nas palavras de um procurador da Mãos Limpas —operação da década de 90 semelhante à Lava Jato—, lutou contra a corrupção, mas perdeu.

O Brasil, porém, pode seguir os passos de Hong Kong, nos anos 1960 considerado o lugar mais corrupto do mundo. Após um escândalo na década seguinte, realizaram-se reformas e, hoje, é o 18º país mais honesto no ranking da Transparência Internacional (o Brasil está na 76ª posição).

A história do Brasil é também uma história de fracassos na luta contra a corrupção. Casos como Anões do Orçamento, Marka Fontecindam, Propinoduto, Banestado, Maluf, Castelo de Areia, Boi Barrica e tantos outros caíram na vala comum da impunidade.

A corrupção tem alto custo ao país. Temos de fechar essas brechas por onde escapam os ladrões e o dinheiro público.

Alterações legislativas, como a reforma política e as dez medidas contra a corrupção, sanam problemas estruturais e podem nos pôr no rumo de Hong Kong, o que recomenda seu debate, aperfeiçoamento e aprovação pelo Congresso.

É importante, ainda, incentivar controles sociais e que os cidadãos, bem informados, repilam os políticos desonestos pelo voto.

É impossível reduzir o nível de corrupção a zero, mas estamos no polo oposto. A grande corrupção tem de ser extirpada para surgir um Brasil competitivo, inovador, igualitário, democrático, republicano e, sobretudo, orgulhoso de si.

A sociedade tem de reagir. Parafraseando Martin Luther King, estamos rodeados da perversidade dos maus, mas o que mais tememos é o silêncio dos bons.

DELTAN DALLAGNOL, 36, mestre pela Harvard Law School (EUA), é procurador da República. Integra a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba

ORLANDO MARTELLO, 47, mestre em gestão e políticas públicas pela Fundação Getúlio Vargas, é procurador da República. Integra a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba



Pareceres**PARECER Nº 857, DE 2016**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 479, de 2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, que visa a obter informações referentes à política de comunicação social do Governo Federal.

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 479, de 2016, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitado ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, informações sobre a política de comunicação social em implantação pelo Governo Federal.

As informações solicitadas foram as seguintes, *verbis*:

- a) Que critérios foram utilizados para a definição dos contratos de publicidade recentemente suspensos ou cancelados?
- b) Todos os contratos de publicidade em sítios e blogs na internet foram suspensos ou cancelados? Em caso negativo, como foram selecionados os sítios e blogs cujos contratos foram mantidos?
- c) As suspensões e cancelamentos se orientaram pelos critérios técnicos definidos na Instrução Normativa nº 7, de 2014, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República? Em caso negativo, como foram definidos esses critérios?
- d) A Instrução Normativa nº 7, de 2014, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, foi alterada ou revogada? Em caso positivo, que dispositivo realizou a alteração ou revogação?



- e) Encaminhar todos os estudos e análises que fundamentaram a seleção dos contratos suspensos ou cancelados, de modo que se possa avaliar a compatibilidade entre os critérios previamente informados e os contratos efetivamente afetados pelas medidas.

O presente requerimento vem à apreciação e decisão desse Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – ANÁLISE

O requerimento em análise atende a todos os requisitos constitucionais, particularmente àqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Política, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento para concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, seja diretamente ou por qualquer de suas Casas, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Carta Cidadã.

Complementarmente, a iniciativa apresenta-se em conformidade com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regula a tramitação dos requerimentos de informação. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, tendo em vista a recente edição da Medida Provisória (MPV) nº 726, de 12 de maio de 2016, que determinou a extinção da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e a transferência de suas atribuições para a Casa Civil, afigura-se adequado o endereçamento do pedido de informações em tela ao Ministro de Estado titular dessa Pasta.



III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 479, de 2016.

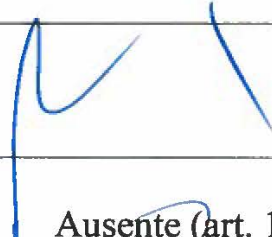
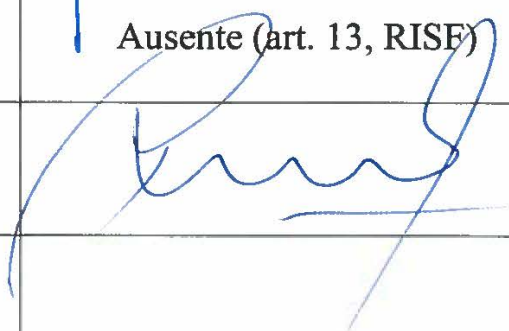


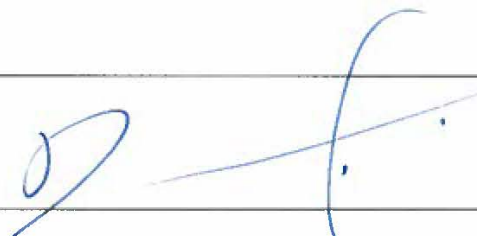
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 858, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 487, de 2016, do Senador José Medeiros, que *requer, nos termos dos arts 49, X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, I, a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos.*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Senador JOSÉ MEDEIROS, com base nos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Carta Magna, combinados com os arts. 215, I, a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa *dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos.*

Na Justificação, Sua Excelência assinala que é sabido que *as armas, as munições e os coletes adquiridos pelos órgãos de segurança pública vêm apresentando defeitos preocupantes.* Faz referência a diversas situações em que policiais que foram vítimas de defeito de suas armas e munições, todas de produção nacional, que, em alguns casos, resultaram em óbito.

Ademais, o Senador José Medeiros observa que, *em maio deste ano, a Polícia Militar do Distrito Federal devolveu, em razão de diversas*



falhas de funcionamento, 3.425 mil pistolas de choque, que haviam sido compradas por R\$ 10,8 milhões. E completa destacando que, para que se possam evitar novos prejuízos, ferimentos e mortes, solicita à Mesa do Senado Federal o encaminhamento do referido Requerimento de Informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, para a devida manifestação, no prazo constitucionalmente determinado.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

De fato, é de extrema importância que se conheça e discuta, no âmbito do Senado Federal, a questão dos defeitos no armamento e munições utilizados pelas nossas forças policiais. Afinal, pessoas estão perdendo a vida por esses problemas. E o controle dessas armas e munições passa pelo Ministério da Defesa.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 487, de 2016.


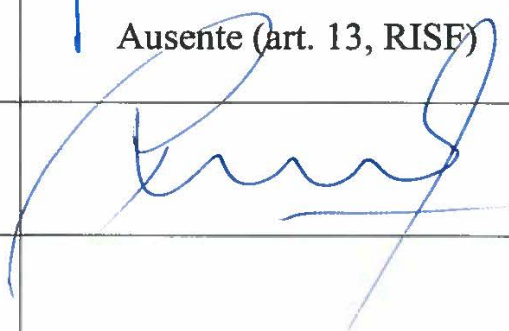

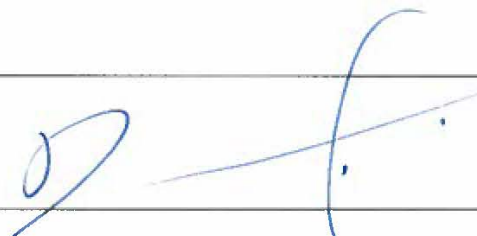
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 859, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 488, de 2016, do Senador José Medeiros, que *requer, nos termos dos arts 49, X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, I, a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Cidadania dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos.*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Senador JOSÉ MEDEIROS requer, com base nos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Carta Magna, combinados com os arts. 215, I, a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Cidadania *dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos.*

Na Justificação, Sua Excelência assinala que é sabido que *as armas, as munições e os coletes adquiridos pelos órgãos de segurança pública vêm apresentando defeitos preocupantes.* Faz referência a diversas situações em que policiais que foram vítimas de defeito de suas armas e munições, todas de produção nacional, que, em alguns casos, resultaram em óbito.

Ademais, o Senador José Medeiros observa que, *em maio deste ano, a Polícia Militar do Distrito Federal devolveu, em razão de diversas*



falhas de funcionamento, 3.425 mil pistolas de choque, que haviam sido compradas por R\$ 10,8 milhões. E completa destacando que, para que se possam evitar novos prejuízos, ferimentos e mortes, solicita à Mesa do Senado Federal o encaminhamento do referido Requerimento de Informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Cidadania, para a devida manifestação, no prazo constitucionalmente determinado.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

De fato, é de extrema importância que se conheça e discuta, no âmbito do Senado Federal, sobre a questão dos defeitos no armamento e munições utilizados pelas nossas forças policiais. Afinal, pessoas estão perdendo a vida por esses problemas.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 488, de 2016.

Sala das Reuniões,


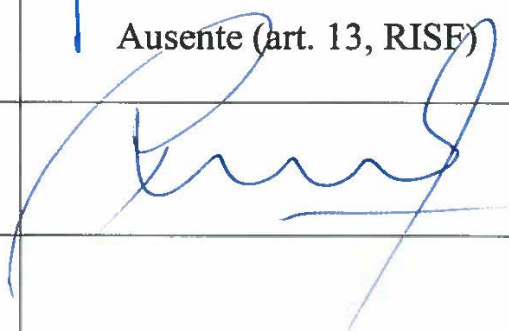


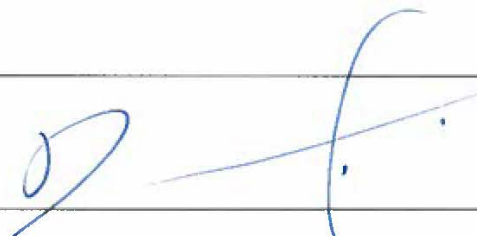
, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

1º de novembro de 2016, às 15h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 860, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 520, de 2016, que requer sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis da matriz energética.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 520, de 2016, visando a obter do Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis da matriz energética.

As explicações solicitadas são:

1. Há informações de que o BNDES investiu mais de R\$ 97 milhões no financiamento de iniciativas envolvendo energias renováveis no período de 2003 a 2015. Há estimativas de como esses investimentos se traduziram em redução de emissões de carbono?
2. Já foram realizados três leilões de energia de reserva (LER) em que foi contratada energia proveniente de empreendimentos fotovoltaicos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, um em 2014 e dois em 2015. Foram contratados um total de 3.173 MWp. No 2º LER, o preço médio de venda da energia fotovoltaica foi de R\$ 297,75/MWh. O



Ministério considera que esse sistema de leilões vem se revelando bem-sucedido para aumentar a oferta de geração fotovoltaica?

3. O Programa Fundo Clima tem orçamento de R\$ 560 milhões e o BNDES informou que, temporariamente, não enquadrará novos pedidos de financiamento com esses recursos, exceto para projetos de energia solar que obtiveram êxito no Leilão de Energia de Reserva de 31 de outubro de 2014 (LER/2014). Isso significa que não haverá recursos para financiar os projetos solares fotovoltaicos contratados no leilão de reserva de agosto de 2015 e os que vierem a ser aprovados neste ano de 2016? Como será a política adotada pelo Ministério em relação a esse programa? Quais são os resultados esperados?

4. Sabe-se que o descarte de determinados equipamentos utilizados no processo de geração de energia por fontes renováveis pode ser um obstáculo, como, por exemplo, as torres de concreto utilizadas na geração eólica. O que vem sendo feito para transpor esse tipo de obstáculo? Em que medida esses fatores podem comprometer o licenciamento ambiental de tais empreendimentos e atrasar a entrega de empreendimentos baseados em fontes renováveis?

5. O Ministério propõe alguma estratégia para fazer a transição para uma matriz energética cada vez mais baseada em fontes renováveis?

6. Em razão da Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quais as práticas que o Ministério tem adotado para dar eficácia a uma política que estimule o aproveitamento de resíduos sólidos para geração de energia, em especial a adoção de regime de cooperação com Estados e Municípios, conforme dispõe o art. 4º?

Nos termos do art. 216, inciso III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do RISF.

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros



de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Desse modo, consoante as normas regimentais, o Requerimento nº 520, de 2016, atende aos critérios relacionados à solicitação de informações necessárias à competência fiscalizadora do Senado Federal.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 520, de 2016.

Sala de Reuniões,

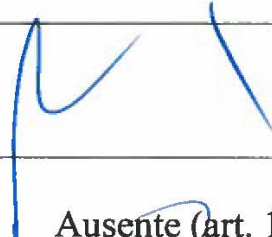
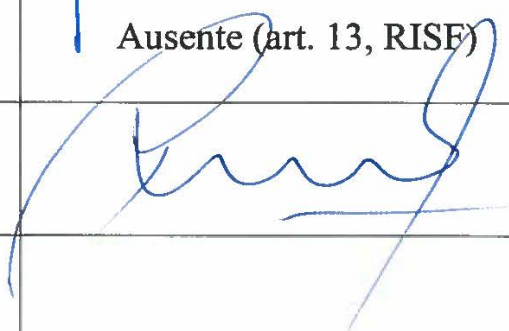


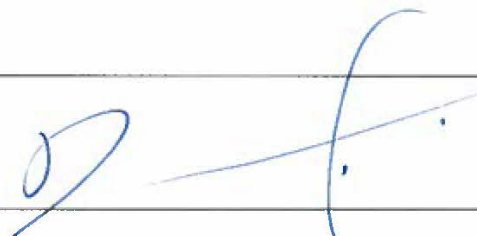
, Presidente

, Relatora



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

1º de novembro de 2016, às 15h

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 861, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 521, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF), que *requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre as políticas públicas implementadas e desenvolvidas no âmbito do Ministério referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Senador HÉLIO JOSÉ, com base nos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Carta Magna, combinados com os arts. 215, I, *a*, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia *informações sobre políticas públicas implementadas e desenvolvidas no âmbito do Ministério referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).*

Na Justificação, Sua Excelência assinala que tais informações advêm da necessidade de dar cumprimento a proposta de plano de trabalho



para avaliação de políticas públicas para implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, bem como suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira. Como objeto da avaliação estão os Programas de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).

Ademais, o Senador Hélio José observa que busca compreender se tais políticas públicas atenderam os objetivos para as quais foram delineadas e se o emprego de recursos foi eficiente.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

De fato, é de extrema importância que se conheça e discuta, no âmbito do Senado Federal, a questão dos efeitos das políticas públicas e sua efetividade.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 521, de 2016.

Sala das Reuniões,



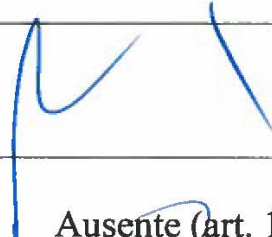
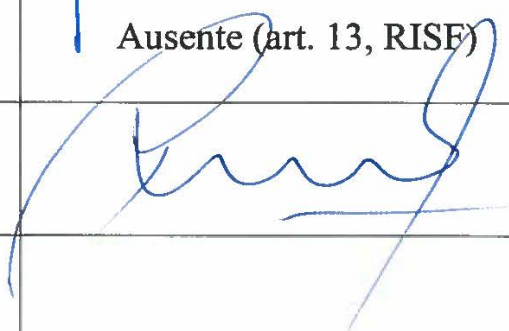


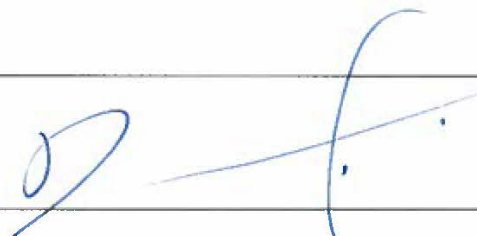
3

, Presidente

, Relatora



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 862, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 522, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF), que *requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Cidades esclarecimentos sobre programas destinados a estimular a disseminação das fontes renováveis de energia, especialmente, sobre o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Senador HÉLIO JOSÉ, com base nos arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Carta Magna, combinados com os arts. 215, I, *a*, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Cidades *esclarecimentos sobre programas destinados a estimular a disseminação das fontes renováveis de energia, especialmente, sobre o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).*

Na Justificação, Sua Excelência assinala que tais informações advêm da necessidade de dar cumprimento a proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil, bem como suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira. Como objetos da



avaliação estão os Programas de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, de Reabilitação Urbana e de Infraestrutura e da Mobilidade Urbana.

Ademais, o Senador Hélio José observa que busca compreender se tais políticas públicas atenderam os objetivos para as quais foram delineadas e se o emprego de recursos foi eficiente.

II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

De fato, é de extrema importância que se conheça e discuta, no âmbito do Senado Federal, a questão dos efeitos das políticas públicas e sua efetividade.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 522, de 2016.


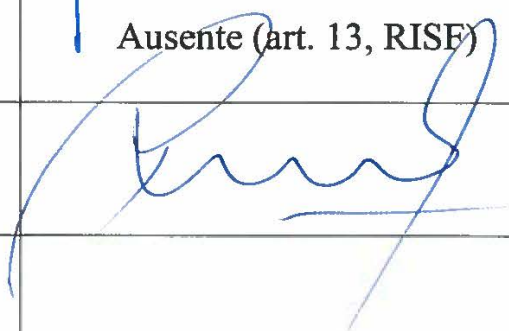

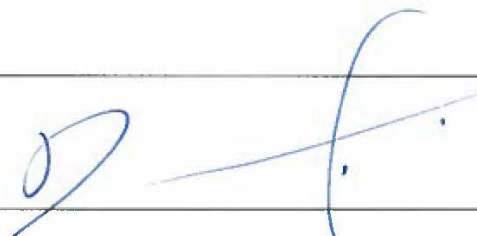
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 863, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 525, de 2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, a serem solicitadas ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil acerca da possível cobrança de pedágio na área do Porto de Manaus, em decorrência de sua expansão, conforme projeto de iniciativa da Secretaria de Portos.*

Relator: **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal encaminhou a esta Mesa o Requerimento de Informações nº 525, de 2016, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no qual pede informações acerca da possível cobrança de pedágio na área do Porto de Manaus, em decorrência de sua expansão, arguindo sobre:

1. Foram realizados estudos acerca dos possíveis impactos de abastecimento que seriam acarretados pela cobrança de pedágio na circunscrição do Porto de Manaus?
2. Com a implantação do projeto, quais serão as contraprestações de serviços realizados pela administradora do porto, a Companhia Docas do Maranhão (Codomar)?



3. Haverá isenção de cobrança de pedágio para algum tipo de embarcação? Quais seriam as embarcações?

4. As embarcações que abastecem os insumos utilizados na indústria, mais precisamente no que se refere à Zona Franca de Manaus, estarão isentas da cobrança de pedágio?

O requerimento apresenta justificação em que narra terem sido publicadas pelos meios de comunicação informações sobre a intenção do Governo Federal em ampliar a área do Porto de Manaus, o que acarretaria em uma possível cobrança de pedágio das embarcações que venham a passar pela região. Diante das notícias, a ilustre Senadora considera importante conhecer a proposta e seus possíveis impactos, a fim de aprofundar a discussão.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Nesse sentido, o Requerimento analisado insere-se na competência do Congresso Nacional de acompanhar a atuação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que trata dos requerimentos de informações.

Em conclusão, entendemos que o RQS nº 525, de 2016, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.



III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do RQS nº 525, de 2016.

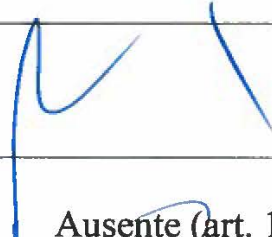
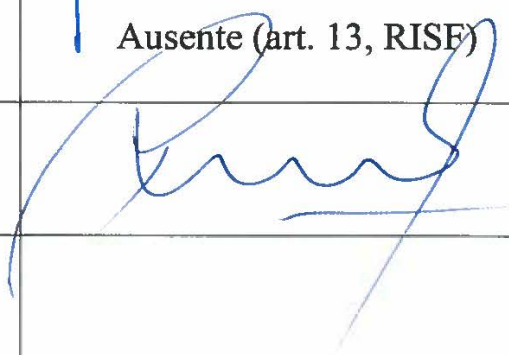

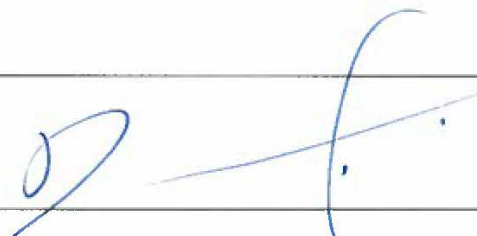
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 864, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 527, de 2016, do Senador Paulo Rocha, ao Senhor Ministro da Fazenda, que solicita informações acerca de fundos que teriam sofrido ação fiscalizadora e intervenção da Previc a partir de janeiro de 2013.

RELATOR: Senador **ZEZÉ PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Paulo Rocha, por meio do Requerimento nº 527, de 2016, requer seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), pedido para que providencie, junto à Superintendência de Previdência Complementar (Previc), as seguintes informações:

1. No período de janeiro de 2013 a hoje, quais os fundos que sofreram ação fiscal da Previc, e quais os motivos que originaram tal ação?

2) Quais foram os fundos que sofreram intervenção da Previc no período de janeiro de 2013 até a presente data e quais os motivos que originaram a intervenção?

3) Há previsão legal, ou é praxe, para que a Previc participe de reuniões ordinárias das Diretorias Executivas e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo dos Fundos de Pensão?



4) É usual a Previc indicar nomes para integrar os diversos cargos em fundos de pensão e existe previsão legal para que assim proceda? No momento, há indicação de nome, por parte da Previc, para integrar a Diretoria de Seguridade do Serpros ou algum outro cargo naquela entidade?

5) Os órgãos descentralizados da Previc possuem autonomia funcional para decidir questões referentes a denúncias apresentadas contra Fundos?

6) Quais os motivos que levaram a Previc a decidir pelo andamento do procedimento de ação fiscal na entidade Serpros – Fundo Multipatrocinado e qual a razão de o mesmo ter sido iniciado imediatamente após o termino do período de intervenção no Serpros, que durou aproximadamente 12(doze) meses, de 05/05/2015 a 28/04/2016?

O eminente autor justifica o requerimento em função da necessidade de um acompanhamento permanente sobre os fundos de previdência complementar, inclusive por parte do Senado Federal. Em particular, os presentes questionamentos permitirão uma melhor avaliação sobre as ações da Previc e também sobre a intervenção ocorrida no Serpros, de modo que o Senado possa subsidiar/referendar ações que protejam o patrimônio dos servidores/empregadores vinculados aos diversos fundos de previdência complementar.

O requerimento foi-nos encaminhado pela Mesa Diretora para elaboração do Parecer.

II - ANÁLISE

O requerimento, em princípio, é admissível de acordo com o previsto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal:

“Art. 50. 50.

.....



§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

A hipótese estabelecida na Constituição é regulamentada no RISF em seus arts. 215 e 216 e, adicionalmente, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplinou a tramitação de requerimento de informação nesta Casa.

O art. 215 do Regimento Interno determina que dependem de decisão da Mesa os requerimentos de informações a Ministros de Estado.

O art. 216 do RISF prevê que são admissíveis os requerimentos para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora e veda aqueles que contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

O requerimento não abrange informações específicas referentes a operações ativas e passivas das instituições financeiras instaladas no País, que possuem caráter sigiloso. Por isso, deve observar apenas as normas gerais supramencionadas, prescindindo de análise e despacho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Diante disso e dado o cumprimento dos requisitos regimentais citados, trata-se tão somente de submeter à decisão da Mesa relatório sumário acerca da admissibilidade geral da solicitação, em obediência ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III - VOTO

Em vista da argumentação precedente, votamos pela admissibilidade do Requerimento nº 527, de 2016, e pelo seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.



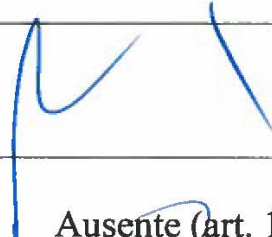
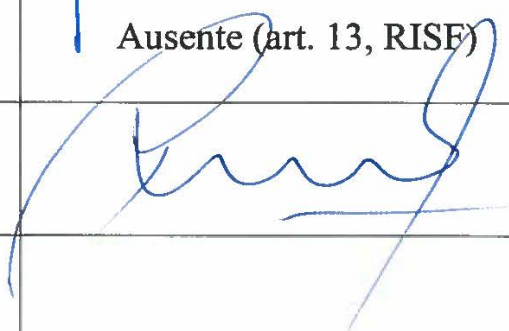


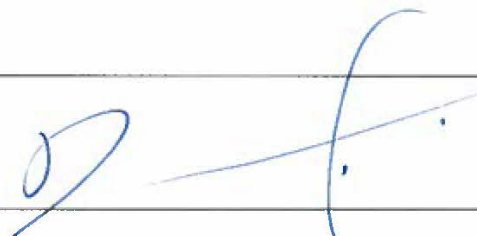
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER N° 865, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento n° 533, de 2016, do Senador José Aníbal, que *requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a estimativa de perda de arrecadação, por Estado e pelo Distrito Federal, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) caso seja aprovado o Projeto de Resolução do Senado (PRS) n° 55, de 2015.*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento n° 533, de 2016, de autoria do Senador José Aníbal, são solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre a estimativa de perda de arrecadação, pelos estados e Distrito Federal, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), caso seja aprovado o Projeto de Resolução do Senado (PRS) n° 55, de 2015.

O requerimento é endereçado ao Ministro de Estado da Fazenda, por ser ele o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), órgão que reúne secretários de estado da fazenda de todos os estados e do Distrito Federal.



Segundo a justificação, o PRS nº 55, de 2015, trata da fixação de alíquota máxima do ICMS para a resolução de conflito federativo relativo ao querosene de aviação (QAV) e está em apreciação nesta Casa. A sua aprovação terá impactos econômicos importantes sobre as receitas dos estados e do Distrito Federal. Assim, o requerimento tem o intuito de instruir a votação do PRS em questão, com informações precisas e confiáveis sobre essas perdas de arrecadação.

II – ANÁLISE

O Requerimento é dirigido ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. Esse dispositivo faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, que deverão ser atendidos no prazo de trinta dias. No plano constitucional, inexistente qualquer restrição, limitação ou condicionamento.

Não obstante, o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o requerimento de informações no âmbito desta Casa, exige sejam observados os seguintes critérios para a sua admissibilidade:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

O requerimento em tela atende a tais requisitos e, ademais, não envolve informação sigilosa, conforme definida no art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Trata-se de informações acerca da estimativa de perda de arrecadação, decorrentes da eventual aprovação do PRS nº 55, de 2015, que são da alçada do CONFAZ, presidido pelo Ministro de Estado da Fazenda.



3

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela admissibilidade do Requerimento nº 533, de 2016, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.


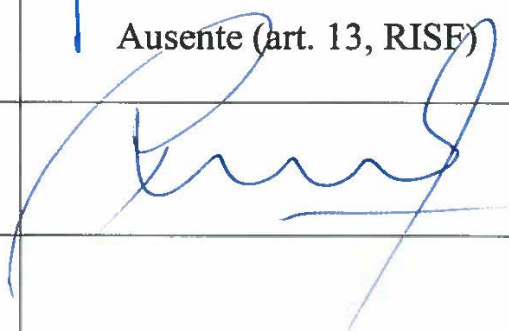


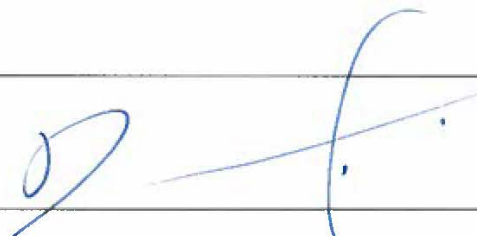
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relatora



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 866, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 549, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF), que *requer, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações sobre o andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis/GO e Aliança/TO.*

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração da Mesa o Requerimento nº 549, de 2016, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações sobre o andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre os municípios de Anápolis, no Estado de Goiás, e Aliança, no Estado do Tocantins.

Na justificação, assevera-se ser necessário conhecer a situação do andamento dessa concessão, uma vez que a empresa vem apresentando dificuldades para a execução das obras previstas em contrato, o que configura risco iminente de seu cancelamento.



II – ANÁLISE

O referido requerimento vem à apreciação e decisão desse Colegiado em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

O art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabelecem condições para a apresentação dessas solicitações.

As referidas normas estabelecem que os requerimentos de informação são admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

As informações constantes do requerimento em análise estão de acordo com as determinações regimentais, e são necessárias para o pleno exercício do poder fiscalizatório constitucional do Congresso Nacional quanto aos atos do Poder Executivo.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, já que a mencionada concessão está administrativamente sob a tutela da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que por sua vez é vinculada a tal Ministério.

III – VOTO

À luz do exposto, voto favoravelmente à **aprovação** do Requerimento nº 549, de 2016.


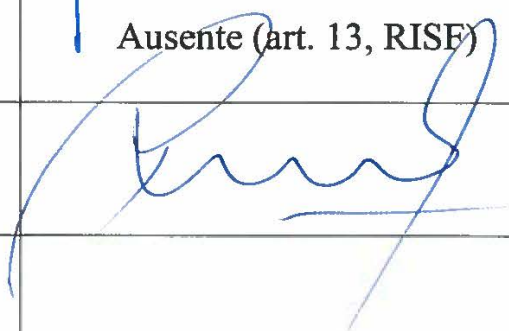

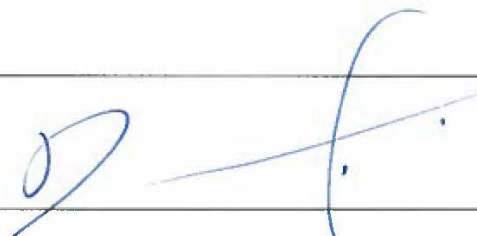
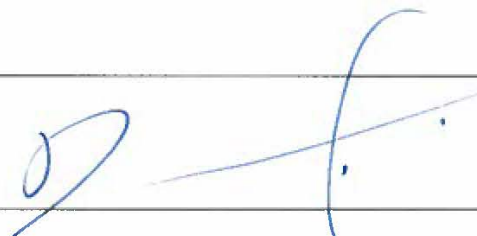
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 867, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 550, de 2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que, *nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, informações relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos.*

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal encaminhou à Mesa o Requerimento de Informações nº 550, de 2016, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no qual pede informações relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos, arguindo sobre:

1. As outorgas – fixa e variável – previstas nos contratos de concessão estão sendo pagas nos valores e prazos acordados?
2. Se não, quais concessionários estão inadimplentes com o Poder Público?



3. Quais as razões alegadas pelos concessionários para o não pagamento regular da outorga?

4. Quais ações estão sendo tomadas tanto pelo Ministério, quanto pela ANAC, para garantir que não haja prejuízos ao Poder Público?

O requerimento apresenta justificção em que narra o histórico de aeroportos já concedidos à iniciativa privada, além de relacionar aqueles já anunciados para as próximas rodadas de concessão. Os valores de outorga variam de cerca de R\$ 10 milhões anuais, no caso do Aeroporto de Natal, a mais de R\$ 1 bilhão por ano, no Aeroporto de Guarulhos.

Acrescenta ainda, que notícias recentes dão conta de pedidos de adiamento e mesmo de inadimplência do pagamento das outorgas por parte dos concessionários dos aeroportos concedidos. Tendo em vista o grande prejuízo que isso traria aos cofres públicos, particularmente em um contexto de grave crise fiscal, considera importante obter as informações oficiais sobre o assunto, para que se discuta a situação.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Nesse sentido, o Requerimento analisado insere-se na competência do Congresso Nacional de acompanhar a atuação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que trata dos requerimentos de informações.

Em conclusão, entendemos que o RQS nº 550, de 2016, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.



III – VOTO

2016 Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do RQS nº 550, de

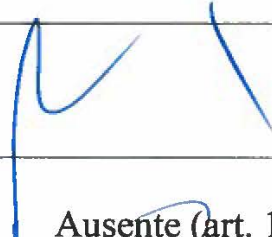
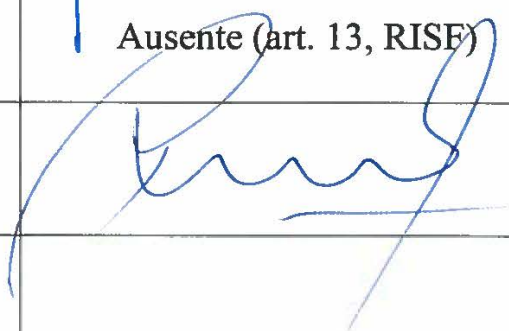

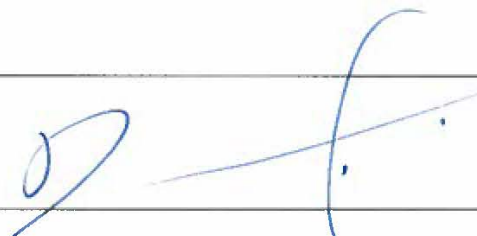
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 868, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 595, de 2016, do Senador Telmário Mota, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a não prorrogação do contrato de concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR), controlada pelo Governo do Estado.*

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

O Senador Telmário Mota, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a não prorrogação do contrato de concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR), controlada pelo Governo do Estado, e responsável pelo fornecimento de eletricidade nos municípios do interior.

O Senador está preocupado com a decisão do governo de não prorrogar o contrato de concessão da CERR, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Quer saber a razão dessa decisão e também as providências que estão sendo tomadas para que não haja comprometimento do fornecimento de energia para os municípios no interior.



Quando anunciou a extinção da concessão, o Ministério de Minas e Energia designou a Eletrobras Distribuição Roraima para prestar o serviço de distribuição no interior do Estado até que haja um novo concessionário. O Senador deseja saber se essa empresa tem condições logísticas, técnicas e financeiras para assumir tamanha responsabilidade e evitar o comprometimento do fornecimento de energia para a população. Sabe-se que os trabalhadores da CERR estão sem receber salários, em estado de greve, e não há quem se responsabilize pela situação. Assim sendo, o Senador quer saber como está sendo feita a transição entre a CERR e essa empresa da Eletrobras e o que acontecerá com os trabalhadores da antiga concessionária no que diz respeito a emprego, salários e condições de trabalho.

O Requerimento indaga se a área de concessão da CERR será assumida definitivamente pelo Governo Federal ou se será privatizada. São solicitadas informações sobre o que ocorrerá com as dívidas deixadas pela CERR e quem ficará responsável por elas. O autor do requerimento quer saber se uma eventual nova concessionária nascerá livre de dívidas ou se assumirá as dívidas de sua antecessora.

Por fim, o Senador pede esclarecimentos sobre o que vem sendo feito para descobrir os responsáveis pelo descaminho de R\$ 542 milhões repassados pela Caixa Econômica Federal ao Estado, para sanar as dívidas da empresa e prepará-la para a federalização, e que simplesmente desapareceram.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF), no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Esse papel fiscalizador é ainda reforçado pelo disposto no art. 70 da CF. Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a atuação do Ministério de Minas e Energia.



Diante disso, concluímos que o Requerimento está em conformidade com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Além de atender às exigências do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina a tramitação do requerimento de informação no âmbito do Senado Federal.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pela **aprovação do Requerimento de nº 595, de 2016.**


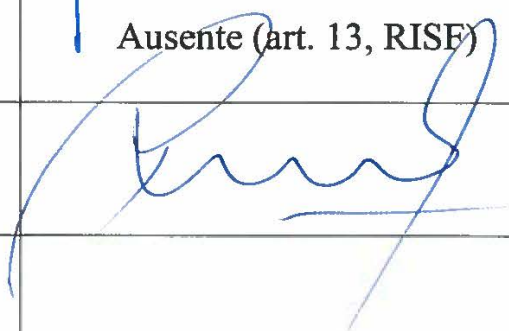

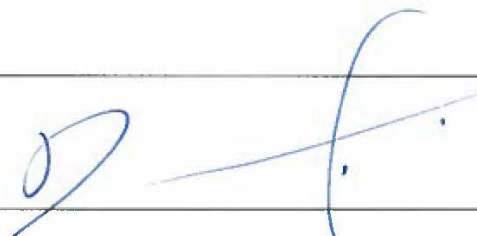
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 869.S016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 611, de 2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Turismo acerca dos impactos decorrentes da exclusão de algumas cidades que compunham o mapa do turismo.*

Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

A Senadora Vanessa Grazziotin, com base no art. 50 da Carta Magna combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministro do Turismo *informações acerca dos impactos decorrentes da exclusão de algumas cidades que compunham o mapa de turismo.*

Na Justificação, Sua Excelência assinala que tais informações advêm de que, recentemente, foram excluídas muitas cidades de reconhecido potencial turístico do Mapa do Turismo Brasileiro 2016, fazendo-se “necessário entender de maneira pormenorizada os critérios de inclusão e exclusão de entes no que diz respeito ao referido mapa, bem como os impactos decorrentes de tais ações”.



II – ANÁLISE

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma. Atende, ainda, à competência fiscalizadora da Administração Pública pelo Parlamento.

III – VOTO

Ante o exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Requerimento nº 611, de 2016.

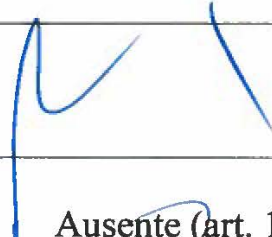
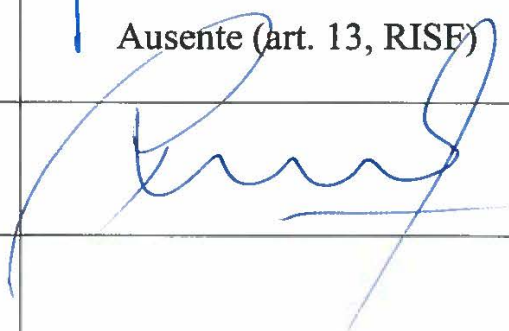


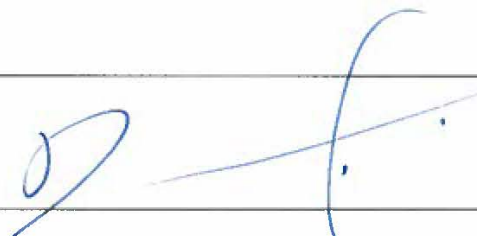
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 870, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 650, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF), que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações acerca do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), referentes aos últimos seis anos (2011–2016), nos termos que especifica.*

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 650, de 2016, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações sobre os valores arrecadados ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), assim como a sua execução orçamentária e outras destinações, no período de 2011 a 2016.

O requerimento tem por objetivo instruir a análise da política pública selecionada pela CCT para o ano de 2016, conforme plano de trabalho aprovado pela Comissão.



II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à obtenção das informações necessárias para avaliação da política pública selecionada pela CCT para o ano de 2016, conforme competências definidas nos arts. 90, inciso IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216 do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 650, de 2016.

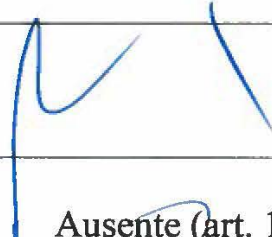
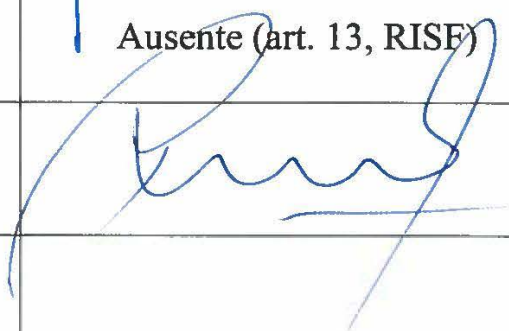

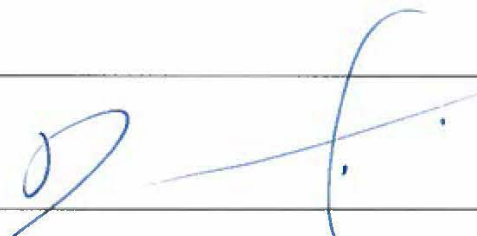
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 871, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 698, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer sejam solicitados, ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, todos os estudos, análises, avaliações, textos e outros documentos e publicações relativos às políticas de incentivo à inovação tecnológica, notadamente aqueles relacionados aos fundos de incentivo: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Relator: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 698, de 2016, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que requer sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

[...] todos os estudos, análises, avaliações, textos e outros documentos e publicações relativos às políticas de incentivo à inovação tecnológica, notadamente aqueles relacionados aos fundos de incentivo: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

O requerimento tem por objetivo instruir a análise da política pública selecionada pela CCT para o ano de 2016, conforme plano de trabalho aprovado pela Comissão.



II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, dirigidos a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, para esclarecimento de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à obtenção das informações necessárias para avaliação da política pública selecionada pela CCT para o ano de 2016, conforme competências definidas nos arts. 90, inciso IX, e 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com o art. 216, inciso I, do RISF e com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulam a apresentação e a tramitação dos requerimentos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 698, de 2016.

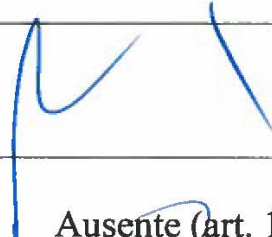
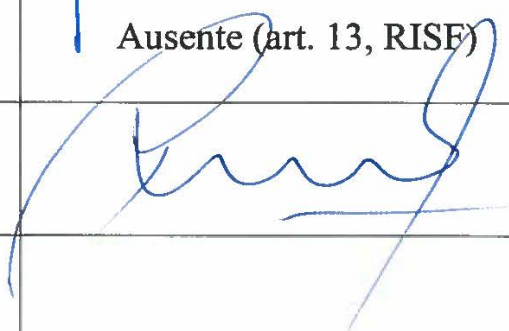


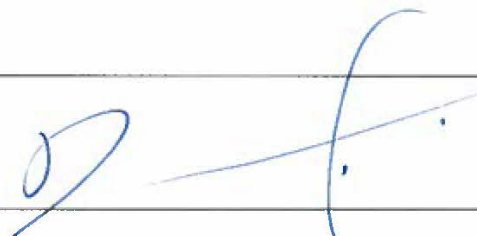
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 872, DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 699, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, informações relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados, referentes aos últimos seis anos (2011-2016).*

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal o Requerimento nº 699, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de autoria do Senador Lasier Martins.

Pretende-se com o requerimento que o referido ministério preste as seguintes informações relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aos fundos setoriais vinculados, referentes aos últimos seis anos (2011-2016):

- a) valores arrecadados, por natureza da receita, indicando o fundo setorial a que se destinam, e discriminando:
 - a.1) percentual da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica;
 - a.2) percentual dos recursos decorrentes de contratos de cessão de direitos de uso da infraestrutura rodoviária



para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações;

- a.3) percentual das receitas definidas nos incisos do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000, destinadas ao fomento de atividade de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor espacial;
- a.4) percentual sobre a parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);
- a.5) outras receitas relativas a percentual sobre receita ou lucro de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos;
- a.6) parcela sobre o valor de *royalties* sobre a produção de petróleo ou gás natural;
- a.7) percentual dos recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica;
- a.8) recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, nos termos do art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
- a.9) outras receitas relativas a compensações financeiras sobre o uso de recursos naturais;
- a.10) percentual do faturamento bruto de empresas que desenvolvam ou produzam bens e serviços de informática e automação;
- a.11) receitas da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- a.12) outras receitas relativas a contribuições de intervenção no domínio econômico;
- a.13) outras receitas relativas a contratos firmados pela União, suas autarquias e fundações;



- a.14) rendimento de aplicações em programas e projetos, bem como nos fundos de investimentos referidos no § 1º do art. 12 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007;
- a.15) recursos provenientes de incentivos fiscais;
- a.16) empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- a.17) contribuições e doações de entidades públicas e privadas;
- a.18) retorno dos empréstimos concedidos à Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- a.19) recursos recebidos para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
- a.20) outras receitas;
- b) execução orçamentária das Unidades Orçamentárias referentes ao FNDCT, demonstrando valores autorizados, liquidados, pagos, Restos a Pagar (RP) inscritos e RP pagos, classificados por programa, ação, categoria econômica e plano orçamentário, discriminados por fundo setorial e ações transversais;
- c) saldo de recursos financeiros não utilizados até o final de cada exercício;
- d) aplicações, discriminando:
 - d.1) recursos destinados por lei em programação específica e geridos por Comitês Gestores;
 - d.2) aplicações não reembolsáveis, especificando:
 - d.2.1) projetos e instituições contempladas;
 - d.2.2) subvenções econômicas, indicando empresas contempladas;



- d.2.3) equalizações de encargos financeiros;
- d.3) aplicações reembolsáveis, especificando projetos e empresas contempladas;
- d.4) aportes de capital;
- d.5) aplicações em ações transversais;
- d.6) despesas operacionais;
- e) outras destinações, discriminando:
 - e.1) recursos destinados à cobertura de despesas primárias obrigatórias ou pagamento do serviço da dívida, indicando a data das transferências e os respectivos instrumentos legais autorizativos;
 - e.2) recursos desvinculados com base na Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011;
 - e.3) outras desvinculações;
 - e.4) demais destinações;
- f) normas, decisões e manifestações expedidas pelo Conselho Diretor do FNDCT relacionadas a:
 - f.1) definições de políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos;
 - f.2) manifestações do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) relativas ao assessoramento prestado ao Conselho Diretor;
 - f.3) programações orçamentárias e financeiras dos recursos do Fundo aprovadas;
 - f.4) análises de prestações de contas, balanços e demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo;
 - f.5) avaliações relativas à execução orçamentária e financeira do Fundo;
 - f.6) com relação aos recursos destinados por lei em



programação específica e geridos por Comitês Gestores:

- f.6.1) acompanhamento e avaliação da aplicação dos recursos;
- f.6.2) medidas recomendadas aos Comitês Gestores;
- f.7) avaliações dos resultados das operações financiadas com recursos do Fundo;
- f.8) documentos de diretrizes gerais e planos anuais de investimentos do Fundo;
- f.9) estudos e pesquisas realizados com o objetivo de subsidiar a definição de estratégias e políticas de alocação dos recursos do Fundo;
- g) documentos, informações e relatórios elaborados pela Finep relacionadas a:
 - g.1) prestações de contas da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos do FNDCT;
 - g.2) acompanhamento e controle da aplicação dos recursos pelos beneficiários finais;
 - g.3) registros de suspensão ou cancelamento de repasses de recursos e de recuperação de recursos aplicados, acrescidos das penalidades contratuais;
 - g.4) relatórios anuais de avaliação dos resultados dos recursos aplicados pelo FNDCT;
 - g.5) informações de impacto e efetividade das políticas empreendidas.
- h) desempenho do FNDCT e dos fundos setoriais, tendo em perspectiva:
 - h.1) políticas e diretrizes para as ações financiadas com recursos dos fundos;
 - h.2) as metas e indicadores para a avaliação dos resultados e impactos dos programas beneficiados;



- h.3) correlação entre os valores arrecadados pelos fundos setoriais e aqueles efetivamente aplicados em ações desses fundos.

Nos termos do art. 216, III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

A proposição sob exame tem fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, regulam a admissibilidade e a tramitação dos requerimentos de informações nesta Casa.

Conforme essas normas, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimentos de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora.

Entendemos que o requerimento em exame satisfaz os requisitos de admissibilidade para a sua tramitação, definidos nesses instrumentos legais, inexistindo óbices de natureza processual para a sua admissão.

Quanto ao seu fundamento, vale enfatizar que a Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, do Senado Federal, que acrescentou o art. 96-B ao RISF, determinou que as comissões permanentes desta Casa procedam à avaliação sistemática das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em atendimento a essa determinação, selecionou, para o exercício de 2016, a avaliação dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Assim sendo, as informações solicitadas, inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição, serão utilizadas como subsídio para a elaboração de relatório de avaliação que deverá ser submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2016, com vistas à



possíveis proposições legislativas voltadas para o aprimoramento da política pública em tela.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 699, de 2016, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.


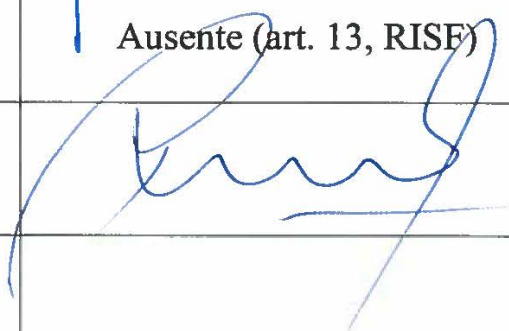


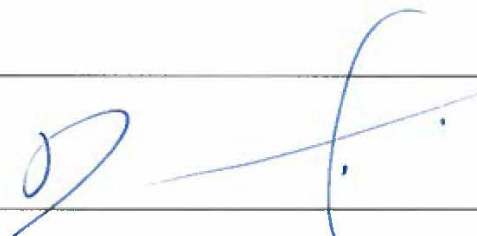
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 873, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 706, de 2016, que *requer sejam solicitados ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, dentro do prazo constitucional, informações a respeito do sistema CRISPR, sigla em inglês para "Conjunto de Repetições Palindrômicas Regularmente Espaçadas"*.

RELATOR: Senador **ZEZÉ PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Alvaro Dias, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 706, de 2016, visando obter do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, dentro do prazo constitucional, informações a respeito do sistema CRISPR, sigla em inglês para "Conjunto de Repetições Palindrômicas Regularmente Espaçadas".

As explicações solicitadas são:

1. Qual o conceito adotado ou elaborado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, para clustered regularly interspaced short palindromic repeats (CRISPR, na sigla, em inglês, para "Conjunto de Repetições Palindrômicas Regularmente Espaçadas")?
2. Considerando a definição adotada ou elaborada pela CTNBio, a competência para avaliar a biossegurança das pesquisas com o sistema CRISPR, utilizando a enzima Cas9 ou outra, está no âmbito do escopo de competências atribuídas à Comissão pela Lei nº 11.105/2005?



Nos termos do art. 216, inciso III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do RISF.

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Desse modo, consoante as normas regimentais, o Requerimento nº 706, de 2016, atende aos critérios relacionados à solicitação de informações necessárias à competência fiscalizadora do Senado Federal.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 706, de 2016.



3


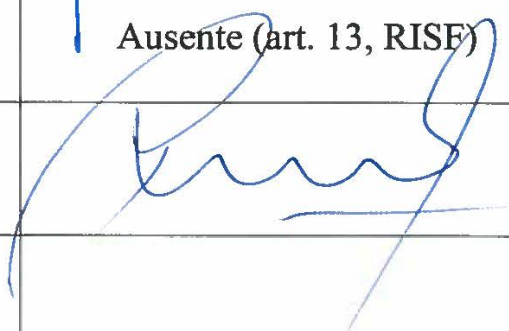


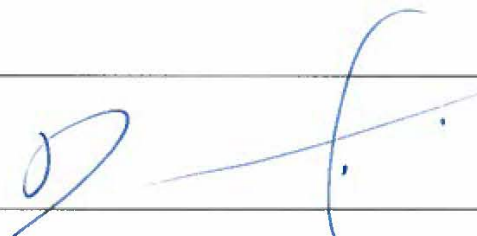
Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 874. DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 712, de 2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, que *requer, nos termos regimentais, encaminhamento de pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre pronunciamento do Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça, antecipando ações da Polícia Federal na Operação Lava-Jato.*

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Trata-se de exame do Requerimento nº 712, de 2016, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que tem o fundamento, o objetivo e a autoridade destinatária mencionados na ementa.

No preâmbulo do Requerimento, a ilustre Autora refere a suposto pronunciamento do Sr. Ministro de Estado da Justiça em que teria sido antecipada ao público a realização pela Polícia Federal da 35ª fase da Operação Lava-Jato. Eis o teor da suposta fala: *“Teve [operação] a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim”*.

Esse o contexto, a requerente solicita as seguintes informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, *verbis*:

1) Quais providências foram tomadas por parte da Presidência da República em relação ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Justiça acerca dos fatos acima descritos, eis que constituem-se em ilegalidades graves, com possível cometimento de crime comum de violação de sigilo funcional (Código Penal, *in verbis*: Art. 325 - *Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva*



permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave) e crime de improbidade administrativa (Lei 8.429/92, Art. 11, in verbis: “art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;”), entre outras tipificações previstas em lei?

2) Vossa Excelência tem conhecimento antecipado de ações da Polícia Federal na condução de operações, inclusive naquelas determinadas por ordem judicial, ainda que em segredo de justiça?

3) Qual a orientação da Presidência da República ao Ministro da Justiça em relação às ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão da subordinação daquele órgão a sua pasta?

4) O Ministro da Justiça pode revelar ao público em geral ou tornar pública de qualquer forma ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão do cargo que ocupa?

É o relatório.

II – ANÁLISE

Cabe à Mesa desta Casa examinar se a proposição está em consonância com as condições de admissibilidade definidas nas normas relativas aos requerimentos de informações.

A proposição **não** está adequadamente formulada com fundamento nos dispositivos constitucionais (art. 50, § 2º, da CF) e regimentais que regulam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo (art. 215, I, “a”, e art. 216, ambos do RISF), **nem** com as normas de admissibilidade exigidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

A Casa Civil da Presidência da República, ao contrário do que muitos podem pensar, não é órgão de supervisão dos demais ministérios, pois, de acordo com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, é sua



competência apenas assistir ao Presidente na coordenação e na integração das ações de Governo.

Aqui, o que se está a tratar é de um atalho para a *interrogação sobre propósitos* de autoridade não submetida à disciplina do art. 50 da Constituição Federal, qual seja, o próprio Presidente da República.

Mais do que isso. O presente Requerimento está a tratar de um suposto vazamento de informações pertinentes ao Departamento de Polícia Federal, que é órgão da estrutura básica do Ministério da Justiça. Nesses casos, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabeleceu que o requerimento de informação será dirigido ao Ministro de Estado, ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração indireta *sob sua supervisão*.

Temos, ainda, que a primeira questão colocada pelo requerimento traduz mal disfarçado *pedido de providência*, o que afronta o art. 216, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

De todo modo, para as demais questões, é também inafastável o seu *caráter especulativo*, na medida em que a justificação do requerimento não trouxe um mínimo de suporte probatório dando conta de eventual conhecimento ou participação do Ministro-Chefe da Casa Civil nas operações da Polícia Federal, e, como já dito, trata-se de órgão estranho à estrutura daquele ministério.

III – VOTO

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela **rejeição** do Requerimento nº 712, de 2016.

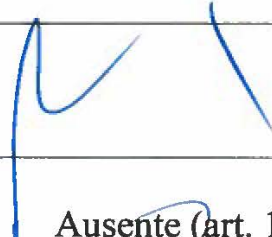
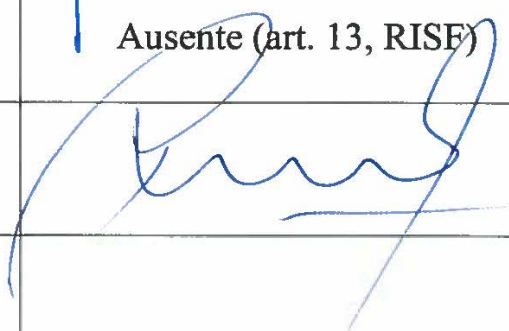

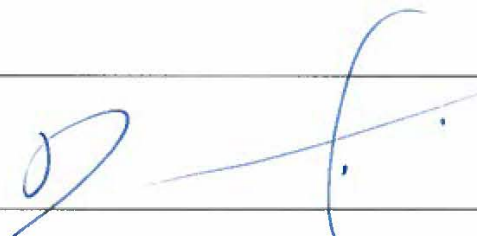
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 875. DE 2016

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 713, de 2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça para que providencie informações referentes ao suposto pronunciamento em evento político-eleitoral, de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, Duarte Nogueira, no qual Sua Excelência teria, segundo informações da imprensa (1ª reportagem sobre o caso de Gustavo Porto e Carla Araújo, O Estado de S. Paulo 25 Setembro 2016 | 16h27), antecipado ações da Polícia Federal na 35ª fase da chamada Operação Lava-Jato.*

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Trata-se de exame do Requerimento nº 713, de 2016, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que tem o fundamento, o objetivo e a autoridade destinatária mencionados na ementa.

No preâmbulo do Requerimento, a ilustre Autora refere a suposto pronunciamento do Sr. Ministro de Estado da Justiça em que teria sido antecipada ao público a realização pela Polícia Federal da 35ª fase da Operação Lava-Jato. Eis o teor da suposta fala: “Teve [operação] a semana passada e esta semana vai ter mais, podem ficar tranquilos. Quando vocês virem esta semana, vão se lembrar de mim”.



Esse o contexto, a requerente solicita as seguintes informações ao Ministro de Estado da Justiça, *verbis*:

1) Vossa Excelência é o autor da frase que lhe é atribuída pela imprensa, pronunciada em evento eleitoral?

2) Vossa Excelência tem conhecimento antecipado de ações da Polícia Federal na condução de operações, inclusive naquelas determinadas por ordem judicial, ainda que em segredo de justiça? Qual a autonomia da Polícia Federal na condução de tais operações?

3) São sigilosas as ações da Polícia Federal no âmbito das operações, sejam elas conduzidas pela própria Polícia Federal, ou em conjunto com o Ministério Público Federal, ou ainda por determinação judicial?

4) O Ministro da Justiça pode revelar ao público em geral ou tornar pública de qualquer forma ações da Polícia Federal de que tenha conhecimento em razão do cargo que ocupa?

5) Vossa Excelência tem conhecimento de ações ou conluíus internos ao governo federal que tenham por objetivo criar obstáculos à operação Lava Jato?

6) Vossa Excelência esteve presente ou teve conhecimento de reuniões com o ex-Advogado Geral da União, Fábio Medina Osório, para tratar de assuntos referentes à operação Lava Jato?

É o relatório.

II – ANÁLISE

Os fatos tiveram ampla cobertura jornalística. Segundo a imprensa, o Ministro da Justiça teria sinalizado, em evento eleitoral realizado em Ribeirão Preto na noite do domingo 25 de setembro de 2016, durante conversa com integrantes do Movimento Brasil Limpo (MBL), a ocorrência de uma nova etapa da Operação Lava-Jato para aquela semana.

E assim ocorreu. Se no dia 22 de setembro houve a fase *Arquivo X*, com a prisão do ex-Ministro Guido Mantega, já em 26 de setembro veio



a público a fase *Omertà*, com a prisão do também ex-Ministro Antonio Palocci.

O Departamento de Polícia Federal, por sua vez, divulgou nota à imprensa, de seguinte teor:

Brasília/DF – Em relação à 35ª fase da Operação Lava Jato, a Polícia Federal esclarece que adotou o mesmo padrão de compartimentação e cuidado com a informação que caracterizaram as quase 500 operações deflagradas este ano.

Somente as pessoas diretamente responsáveis pela investigação possuem conhecimento de seu conteúdo.

Da mesma forma, as datas de desencadeamento das operações especiais de polícia judiciária são acompanhadas apenas pelos responsáveis pela coordenação operacional.

Como já foi amplamente demonstrado em ocasiões anteriores, o Ministério da Justiça não é avisado com antecedência sobre operações especiais. No entanto, é sugerido ao seu titular que não se ausente de Brasília nos casos que possam demandar sua atuação, não sendo informado a ele os detalhes da operação.

A Polícia Federal, instituição do Estado brasileiro, reafirma sua atuação de acordo com o Estado Democrático de Direito.

Desse modo, tenho que os fatos ainda não estão completamente esclarecidos, notadamente diante do disposto no art. 325 do Código Penal, ao tratar da violação de sigilo funcional.

Ademais, a disciplina instituída para a preservação de informações sensíveis entre a Polícia Federal e o Ministério da Justiça pode ser controlada e fiscalizada pelo Congresso Nacional, na forma prevista pelo art. 49, X, da Constituição Federal.

O pedido está também em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois não incide em nenhuma das proibições contidas no seu inciso II, quais sejam: pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Conclui-se, portanto, que o requerimento em exame está em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, como também com as normas de



4

admissibilidade estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, com a ressalva que se fará a seguir.

As perguntas de nºs 5 e 6, sobre conluíus e reuniões para criar obstáculos à Operação Lava-Jato, são meramente especulativas e não guardam relação estreita e direta com o assunto que se pretende esclarecer. Estão em desacordo, destarte, com o arts. 1º, § 2º e 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, já referido.

III – VOTO

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela **aprovação parcial** do Requerimento nº 713, de 2016, **excluindo-se da solicitação os questionamentos de nºs 5 e 6.**

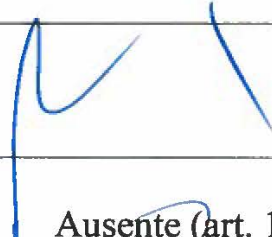
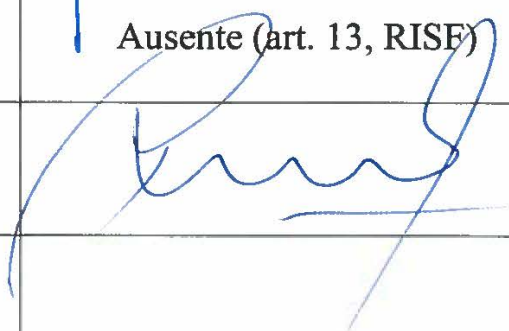


Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	



PARECER Nº 878, DE 2016

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 492, de 2016, do Senador Ciro Nogueira, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que requer seja solicitada ao Banco do Brasil avaliação sobre a possibilidade de instalação de caixa eletrônico de autoatendimento no Município de Morro do Chapéu do Piauí (PI).

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Senador Ciro Nogueira, por meio do Requerimento nº 492, de 2016, requer ao Senhor Ministro da Fazenda que seja solicitada ao Banco do Brasil avaliação sobre a possibilidade de instalação de caixa eletrônico de autoatendimento no Município de Morro do Chapéu do Piauí (PI), considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, e nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Carta Magna, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O nobre autor justifica o requerimento afirmando que chegou ao seu conhecimento demanda das autoridades locais de Morro do Chapéu do Piauí, solicitando a reinstalação de terminal bancário de autoatendimento do Banco do Brasil no prédio do Mercado Público daquele Município, localidade de grande fluxo urbano.



Afirma ainda que as autoridades locais ressaltam a importância desse pedido para o impulsionamento da economia local, que permitirá, ainda, maior comodidade de atendimento a aposentados, comerciantes, servidores públicos e toda a população local, reduzindo a demanda junto à agência do Banco do Brasil na cidade de Esperantina (PI).

Por fim, justifica que, diante da importância do assunto para a comunidade local, está encaminhando o presente requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, a quem está vinculado o Banco do Brasil, para acompanhar e avaliar as providências do banco federal a esse respeito, dentro da função fiscalizadora deste Parlamento sobre a administração pública indireta.

A Secretaria-Geral da Mesa encaminhou o requerimento a esta Primeira Vice-Presidência para elaboração de parecer da Mesa Diretora.

II - ANÁLISE

O requerimento, em princípio, é admissível de acordo com o previsto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal:

“Art. 50.

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

A hipótese estabelecida na Constituição é regulamentada no Regimento Interno do Senado Federal em seus arts. 215 e 216 e, adicionalmente, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplinou a tramitação de requerimento de informação nesta Casa.



O art. 215 do Regimento Interno determina que dependem de decisão da Mesa os requerimentos de informações a Ministros de Estado.

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que são admissíveis os requerimentos para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora e veda aqueles que contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

O art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao disciplinar o estabelecido no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, prevê que o requerimento, abrangendo informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata a referida Lei, deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa. O art. 9º do mesmo Ato estabelece que o requerimento que trata de informação sigilosa deverá ser despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que apresente parecer sobre constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Em conclusão, entendemos que o RQS nº 492, de 2016, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

III - VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 492, de 2016.

Sala de Reuniões,

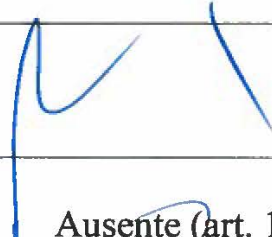
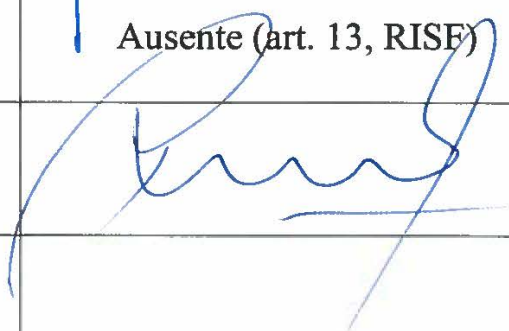


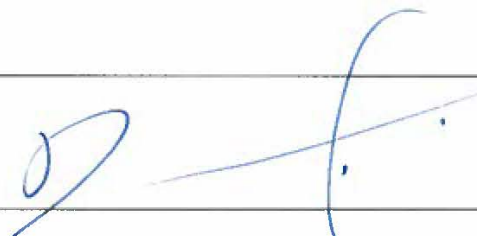


, Presidente

, Relator



6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**1º de novembro de 2016, às 15h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	Ausente (art. 13, RISF)
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	Ausente (art. 13, RISF)
4º Suplente de Secretário	





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 879, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.381, de 2015, na origem), do Deputado Luiz Carlos Busato, que *Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.*

RELATORA: Senadora FÁTIMA BEZERRA

I - RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.381, de 2015, na origem), de autoria do Deputado Luiz Carlos Busato, que institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.

Em sua justificção, o autor da matéria alega que a iniciativa é justa e oportuna, visto que homenageia o arquiteto e urbanista Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares, na sua data natalícia, e também pela fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que tem como missão “Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética



e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e Urbanismo”.

Na Câmara dos Deputados, foi realizada audiência pública previamente à apresentação do Projeto de Lei nº. 2.381, de 2015, tendo este sido apreciado e aprovado pela Comissão de Cultura (CCULT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 213, de 2015, foi distribuído para apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II - ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Relativamente ao mérito e a relevância da data, ressalte-se o parecer exarado pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados que diz: “Não nos restam dúvidas que a oficialização de data comemorativa em homenagem aos profissionais da arquitetura e urbanismo é matéria meritória, oportuna e alinhada com a garantia constitucional do desenvolvimento nacional. Como bem argumentado no bojo da audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, pelo nobre arquiteto e Deputado Federal Roney Nemer, a data de 15 de dezembro destina-se a colocar a Arquitetura pública a serviço da sociedade, para que todos tenham uma casa de qualidade”. Conclui ainda o voto da relatora: Entendemos, assim, que a instituição de data anual para comemorar o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista tem, portanto, duplo valor: o de homenagear um grupo profissional que equilibra a sensibilidade da arte com a ciência e técnica, bem como o de resgatar o poder de planejamento das cidades brasileiras e do próprio Estado.



Cabe considerar que, atualmente, encontram-se registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) a quantia expressiva de mais de 130.000 (cento e trinta mil) profissionais arquitetos e urbanistas, empenhados na construção de edificações e espaços seguros, sustentáveis e ergonômicos, com foco em seus usuários.

Ante o exposto, é sem dúvida pertinente, justa e meritória a proposição que visa instituir a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e Urbanista.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da proposição.

Em relação à constitucionalidade, a proposição trata de matéria afeta à cultura, portanto, a competência legislativa é concorrentemente da União, nos termos do inciso IX, do artigo 24 da Constituição Federal (CF).

Por conseguinte, a iniciativa deste Congresso Nacional é legítima, uma vez que não se trata de tema cuja iniciativa seja reservada a outro Poder, consoante o disposto no artigo 61 da CF, devendo, na sequência, ser a proposta encaminhada ao Presidente da República para a sanção (CF, art. 48).

Quanto à juridicidade, é averiguado o preenchimento dos requisitos formais de juridicidade dispostos na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, para a instituição de datas comemorativas que vigorem no território nacional, não havendo reparos adicionais a serem feitos. Neste sentido, foi observado o rito legal do diploma mencionado, visto que foi realizada audiência pública sobre a matéria, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, no dia 9 de julho de 2015, no auditório Nereu Ramos, tendo participado da mesma diversas entidades do setor.

Também é verificada a disciplina da proposição com o ordenamento jurídico e com os princípios gerais de Direito.



Quanto à técnica legislativa, encontra-se o projeto alinhado com a Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos.

No que tange aos demais aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 213, de 2015.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Relatora





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 01/11/2016 às 11h45 - 43ª, Extraordinária
 Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	1. VAGO	
ANGELA PORTELA		2. REGINA SOUSA	PRESENTE
VAGO		3. ZEZE PERRELLA	
CRISTOVAM BUARQUE		4. ROBERTO MUNIZ	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	5. TELMÁRIO MOTA	
PAULO PAIM		6. LINDBERGH FARIAS	
WILDER MORAIS		7. CIRO NOGUEIRA	PRESENTE
GLADSON CAMELI	PRESENTE	8. ANA AMÉLIA	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
SIMONE TEBET		1. RAIMUNDO LIRA	
VAGO		2. ROBERTO REQUIÃO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	3. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. HÉLIO JOSÉ	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	5. MARTA SUPPLY	PRESENTE
DÁRIO BERGER		6. VAGO	
JADER BARBALHO		7. VAGO	
VAGO		8. VAGO	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PINTO ITAMARATY	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ALVARO DIAS		3. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
DALIRIO BEBER	PRESENTE	5. VAGO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
ROMÁRIO	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
ROBERTO ROCHA		3. FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. VAGO	
EDUARDO AMORIM		2. VAGO	
PEDRO CHAVES	PRESENTE	3. VAGO	

O Projeto de Lei da Câmara nº 213, de 2015, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL

PARECER N° 880, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o *Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC n° 15, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" n° 33, de 2014 (OFC n° 229, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da **Televisão Rio Formoso Ltda.**, concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de Gurupi, Estado do Tocantins.*

Relator: Senador **JOSÉ MEDEIROS**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC n° 15, de 2014, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Televisão Rio Formoso Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Gurupi, Estado do Tocantins.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" n° 33, de 2014 (OFC n° 229, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem n° 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014, e da Exposição de Motivos n° 186/2011 MC, de 4 de maio de 2011, do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.



Em 22 de junho de 2016, a Comissão Diretora do Senado deferiu o Requerimento de Informações nº 239, de 2016, encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sobrestando a tramitação da presente matéria até o recebimento das respostas solicitadas.

As respostas ao mencionado requerimento, contidas na Nota Informativa nº 643/2016/SEI-MC, foram recebidas por meio do Ofício nº 29.426/2016/MCTIC, datado de 5 de agosto de 2016.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

Insere-se, portanto, nas competências desta Comissão o acompanhamento da matéria em tela, qual seja a comunicação, ao Congresso Nacional, de alteração da estrutura societária das emissoras de radiodifusão, nos termos do § 5º do art. 222 da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda à Constituição (EC) nº 36, de 28 de maio de 2002.

Internamente, a informação acerca das transferências diretas ou indiretas em emissoras de rádio e televisão encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Importante notar que o objetivo da referida comunicação é informar o Parlamento se as modificações na composição societária das referidas companhias respeitaram os limites de participação de capital estrangeiro, limitado a trinta por cento, impostos pelo mandamento constitucional.

Nesse contexto, a Nota Informativa nº 643/2016/SEI-MC, encaminhada a esta Casa pelo Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em resposta ao Requerimento de Informações nº 239, de 2016, comprova, por meio de cópia das carteiras de identidade dos integrantes da sociedade, que todos são brasileiros natos.



Entendemos, portanto, estar cumprida a obrigação prevista no art.222 da Constituição Federal, com a confirmação de que pelo menos setenta por cento das cotas – no caso, cem por cento delas – da Televisão Rio Formoso Ltda., são detidas por pessoas físicas e jurídicas nacionais.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 33, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Gurupi, Estado do Tocantins.

Sala da Comissão, 01/11/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador José Medeiros, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 01/11/2016 às 08h45 - 32ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
VAGO	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS PRESENTE	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. PASTOR VALADARES PRESENTE
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL PRESENTE	5. GLADSON CAMELI PRESENTE
Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
VALDIR RAUPP	1. DÁRIO BERGER
JOÃO ALBERTO SOUZA PRESENTE	2. EDISON LOBÃO PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	3. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
JOSÉ GONZAGA SOBRINHO	2. ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. PINTO ITAMARATY
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCELO CRIVELLA	1. PEDRO CHAVES
EDUARDO AMORIM	2. VAGO





SENADO FEDERAL

PARECER N° 881, DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 44, de 2014, da Câmara dos Deputados, que encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, da concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens, **TV Subaé Ltda.**, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Relator: Senador **DÁRIO BERGER**

Relator Ad Hoc: Senador **EDISON LOBÃO**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 26, de 2014, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *TV Subaé Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 44, de 2014 (OFC nº 240, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 257, de 1º de setembro de 2014, acompanhada do Despacho de 29 de agosto de 2014 e de Exposição de Motivos nº 89/2014-MC, de 15 de julho de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações.



Em 1º de dezembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.123, de 2015, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.392, de 2015, ao Ministro de Estado das Comunicações.

As respostas ao mencionado requerimento estão contidas na Nota Informativa nº 650/2016/SEI-MC e foram encaminhadas por meio do Ofício nº 13.245/2016/SEI-MC, do Ministério das Comunicações.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

A documentação encaminhada pelo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do Ofício nº 13.245/2016/SEI-MC, atende ao disposto no Ato Normativo nº 2, de 2011, desta CCT, e comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga, sobretudo quanto à concentração de outorgas e à nacionalidade dos proprietários da TV Subaé Ltda.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002.



III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 44, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Subaé Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Sala da Comissão, 01/11/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Edison Lobão, Relator Ad Hoc





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 01/11/2016 às 08h45 - 32ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
VAGO	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS PRESENTE	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. PASTOR VALADARES PRESENTE
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL PRESENTE	5. GLADSON CAMELI PRESENTE
Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
VALDIR RAUPP	1. DÁRIO BERGER
JOÃO ALBERTO SOUZA PRESENTE	2. EDISON LOBÃO PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	3. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
JOSÉ GONZAGA SOBRINHO	2. ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. PINTO ITAMARATY
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCELO CRIVELLA	1. PEDRO CHAVES
EDUARDO AMORIM	2. VAGO

Os Pareceres nºs 880 e 881, de 2016, da CCT, sobre os Ofícios nºs S/33 e S/44, de 2014, concluem pelo arquivamento das matérias.

Os Ofícios vão ao Arquivo.



Requerimentos

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 789, DE 2016

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266, 267, 268 e 269, de 2015, por regularem a mesma matéria.

AUTORIA: Senador Romário

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Sen. Romário (PSB-RJ)

REQUERIMENTO N.º , de 2016

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos seguintes projetos de lei: Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “altera a Lei nº 8.706/93, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, para regulamentar o regime de isenção através do qual podem as empresas manter projetos de educação e aperfeiçoamento profissional”, com Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “altera o Decreto-Lei nº 8.621/1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, para regulamentar o regime de isenção através do qual podem as empresas manter projetos de educação e aperfeiçoamento profissional”, com Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “altera o Decreto-Lei nº 4.048/1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), para regulamentar o regime de isenção através do qual podem as empresas manter projetos de educação e aperfeiçoamento profissional.”; e Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2015, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que “altera o Decreto-Lei nº 4.936/1942, que amplia o âmbito de ação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, e dá outras providências, para regulamentar o regime de isenção através do qual podem



SF/16356.05927-43



2

as empresas manter projetos de educação e aperfeiçoamento profissional”
por regularem a mesma matéria.

Salas das Sessões, em de de 2016.

Senador ROMÁRIO





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Inclua-se em
Ordem do Dia para
Jornalmente.
Em 1º/11/2016

REQUERIMENTO Nº 790, DE 2016



SF/16105.16335-23

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 58 e 303 de 2014; com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 279, 406, 431, 546 e 628 de 2015; e 47 de 2016; por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador JOSÉ PIMENTEL

Página: 1/1 07/03/2016 16:26:21

be048fab4d79ff8c63e137dd7981f89db0cf92ab





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2016

Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta das seguintes matérias: PLS 79/2011; PLS 294/2011; PLS 279/2012; PLS 389/2012; PLS 188/2013; PLS 208/2013; PLS 212/2013; PLS 448/2013; PLS 7/2014; PLS 308/2014; PLS 91/2015 e PLC 112/2014.

AUTORIA: Senador José Pimentel

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

REQUERIMENTO Nº , DE 2016



Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 79 e 294 de 2011; com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 279 e 389 de 2012; 188, 208, 212 e 448 de 2013; 7 e 308 de 2014; 91 de 2015; e com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 112, de 2014; por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador JOSÉ PIMENTEL





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2016

Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 10 de novembro de 2016, às 11 horas, para homenagear os "Professores nota 10", em especial, o professor Weverson da Silva Nogueira da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas, Senadora Angela Portela, Senador Armando Monteiro, Senador Ataídes Oliveira, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Ricardo Ferraço, Senador Romero Jucá



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

REQUERIMENTO Nº ,DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/11/2016 (dez de novembro de dois mil e dezesseis) às 11:00 (onze horas), a fim de homenagear os “professores nota 10”, em especial o professor Weverson da Silva Nogueira da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Senadora Rose de Freitas
(PMDB – ES)

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	

Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Sala 01. CEP: 70165-900 Brasília -DF
Tel. (61) 3303-1156 - E-mail: rose.freitas@senadora.leg.br – Site: www.senadorarosedefreitas.com



SF/16992.72795-20





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO MUNIZ

Aprovado em 11/11/2016

REQUERIMENTO Nº 493, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar das reuniões das Comissões e do Comitê Diretivo Internacional (ISC) do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado no período de 22 a 24 de novembro de 2016, em Marselha - França.

Por oportuno, comunico na forma do disposto no art. 39, I, do Regimento acima citado, que estarei ausente do País no período de 20 a 25 de novembro de 2016.

Sala das Sessões, em de novembro de 2016.

Senador **ROBERTO MUNIZ**



SF/16189.77385-10

Página: 1/1 27/10/2016 09:33:32

2a52b82c35cbeba3a513ab9371d019c50f8ce04f





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além do constante no despacho inicial.

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DO GOVERNO

REQUERIMIENTO N° _____, DE 2016.

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, que "Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros", seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, além das Comissões constantes no despacho inicial.

Sala das Sessões, de outubro de 2016.

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
Líder do Governo no Senado

SF16912.97412-89





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 796, DE 2016

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a injeção em ata de Voto de Congratulação e Aplausos à Sr^a Andréa Guedes de Medeiros, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá e Promotora Eleitoral da 2^a Zona Eleitoral de Macapá; ao Sr. Ricardo Augusto Negrine, Procurador da República e Titular da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Amapá; e ao Sr. Victor Arruda, Delegado da Polícia Federal no Estado do Amapá, pela bem-sucedida atuação no combate à captação ilícita de votos no segundo turno das eleições para prefeito na cidade de Macapá-AP, no último dia 30 de outubro.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº /2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Sra. Andréa Guedes de Medeiros – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá e Promotora Eleitoral da 2ª Zona eleitoral de Macapá –, ao Sr. Ricardo Augusto Negrini, Procurador da República e Titular da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Amapá – e ao Sr. Victor Arruda – Delegado da Polícia Federal no Estado do Amapá – pela bem-sucedida atuação no combate à captação ilícita de votos no segundo turno das eleições para prefeito na cidade de Macapá-AP no último dia 30 de outubro.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem o propósito de homenagear a brilhante atuação da Sra. Andréa Guedes de Medeiros – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá e Promotora Eleitoral da 2ª Zona eleitoral de Macapá –, do Sr. Ricardo Augusto Negrini, Procurador da República e Titular da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Amapá – e do Sr. Victor Arruda – Delegado da Polícia Federal no Estado do Amapá – no trabalho realizado ao longo das eleições municipais de 2016 na cidade de Macapá, em especial na data das eleições em segundo turno no dia 30 de outubro de 2016, no combate à captação ilícita de votos. A dedicação desses profissionais foi fundamental para o sucesso e lisura do processo eleitoral na cidade de Macapá-AP, contribuindo de maneira essencial para a consolidação da democracia local.



SF/16593.38671-50





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

Sala das Sessões,

2016.



Sen. RANDOLFE RODRIGUES
REDE/AP

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 07 - CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6568 – randolfe.rodrigues@senador.gov.br

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 796 de 2016.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

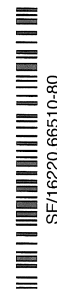
REQUERIMENTO Nº 797, DE 2016

Requeiro, com fundamento no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no Plenário do Senado Federal, no dia 07 de dezembro de 2016, em homenagem ao *Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher* e à Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, e para divulgação dos primeiros trabalhos do Observatório da Mulher contra a Violência.

JUSTIFICATIVA

Em março deste ano, o Senado Federal aprovou, por meio da Resolução do Senado nº 7, de 2016, a criação do Observatório da Mulher contra a Violência. Sugeri a criação do referido órgão, vinculado ao Instituto de Pesquisa DataSenado, com o objetivo de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher; analisar e produzir relatórios a partir de dados oficiais e públicos; promover estudos, pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes.

Agora, neste emblemático período de luta pelo enfrentamento à violência – que se inicia no Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, 25 de novembro, e se estende até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, passando pelo 6 de dezembro, que é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres –, o nosso Observatório divulga os primeiros resultados de seu trabalho.



SF/16220.66510-80

Página: 1/2 01/11/2016 15:24:31

92cf54f98b0e68dd688b04c281a1efa90e0cbce5





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

Nesta Sessão Solene, o Observatório apresentará pesquisa de opinião realizada com agentes das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, buscando revelar as reais condições de trabalho vivenciadas por esses profissionais. Também divulgará painel com indicadores da violência contra a mulher no Brasil, radiografada Estado por Estado.

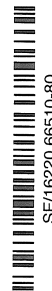
A Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres* representa uma grande mobilização mundial em defesa do direito das mulheres a viver sem violência.

Ressaltar a importância desta Campanha mundial em Sessão Especial do Senado representará o reconhecimento desta Casa a todos os seus ativistas, e a valorização da luta em defesa das mulheres no Brasil e no mundo.

Sala das sessões, em 01 de novembro de 2016.

Senadora **SIMONE TEBET**
(PMDB-MS)

Simone Tebet
Marcelo Freixo
Luciano
Ally
Iman



SF/16220.66510-80

Página: 2/2 01/11/2016 15:24:31

92cf54f98b0e68dd688b04c281a1efa90e0cbce5





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relação ao PLC nº 297/2009, que "Altera a Lei nº 11.788/2008" (dispõe sobre o estágio de estudantes).

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DO GOVERNO

REQUERIMIENTO N° _____, DE 2016.

Nos termos regimentais, requero a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre PLC 297/2009 “que Altera a Lei nº 11788/08 – que dispõe sobre o estágio de estudantes – para determinar que na regulamentação dos estágios, os sistemas de ensino prevejam formas de aproveitamento, como de efetivo estágio, dos serviços sociais e comunitários desenvolvidos pelos alunos, por iniciativa própria ou da instituição a que estejam vinculados, em especial aqueles voltados para a educação popular; permite que os serviços voluntários possam ser equiparados a estágio pelas instituições de ensino superior, desde que prestados em área de afinidade com o curso frequentado pelo estudante”.

Sala das Sessões, de outubro de 2016.

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
Líder do Governo no Senado

Página 2 de 2

Parte integrante do Avulso do RQS nº 798 de 2016.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 800, DE 2016

Requer, nos termos do art. 258 do RISF, sejam apensados os Projetos de Lei do Senado nºs 59 e 264, de 2014; 162, de 2013 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011; 63, de 2012; 179, de 2012; 175, de 2013 e 652, de 2015); 182, de 2012; 522, de 2007, 620, de 2011 e o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2013.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N.º /2016

Requer o apensamento e tramitação conjunta dos PLS nºs 59/2014, 264/2014, 162/2013, 182/2012, 522/2007, 620/2011 e PLC nº 118/2013, por versarem sobre matéria correlata.



Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvida a Mesa, sejam apensados os Projetos de Lei do Senado nºs 59/2014, 264/2014, 162/2013, 182/2012, 522/2007, 620/2011 e o Projeto de Lei da Câmara nº 118/2013, para tramitação conjunta, visto que versam sobre a regulamentação de matéria correlata, isto é, alteração do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Sala das Sessões, 25 de maio de 2016.

Senador **Davi Alcolumbre**
DEMOCRATAS/AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 801, DE 2016

Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada por Douglas Monteiro, pelo falecimento de seu avô, o Dr. Milton de Magalhães Cordeiro, Vice-Presidente de Jornalismo da Rede Amazônica, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano. Requer, ainda, seja encaminhado o referido voto ao endereço.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº ,DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada por Douglas Monteiro, pelo falecimento de seu avô, o Dr. Milton de Magalhães Cordeiro, Vice-Presidente de Jornalismo da Rede Amazônica, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto ao endereço sito à Av. André Araújo, n. 1555 – Bairro Aleixo – Manaus/AM – CEP 69.060-001.

JUSTIFICAÇÃO

No último domingo, dia 30 de outubro do corrente ano, faleceu uma das mais queridas figuras do jornalismo amazonense. Milton de Magalhães Cordeiro tinha 84 anos e foi, ao lado do amigo Phelippe Daou e de Joaquim Margarido, um dos fundadores da Rede Amazônica de Comunicação.

Milton Cordeiro nasceu na cidade de Itacoatiara, no Amazonas, veio a cursar o ensino médio no Colégio Amazonense Pedro II e a graduar-se em direito em 1963 pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Milton, além de exercer os ofícios de repórter e redator, atuou, também, como delegado de polícia.



SF/16373.91436-33



Em novembro de 2012 fora criado, em sua homenagem, o Prêmio Milton Cordeiro de Jornalismo. O Prêmio visa ao desenvolvimento de trabalhos jornalísticos que proponham o engrandecimento e a promoção da Amazônia.

Desta forma, por tudo o que representou em vida, bem como por todo o legado que deixará, qual pioneiro na comunicação amazonense, que, consternadamente, ofereço este Voto de Pesar, a ser estendido a todos os familiares, representados neste ato por Douglas Monteiro, bem como a todo cidadão amazonense que o admirava. É certo que nossa gratidão a esse admirável ser humano, que foi Milton Cordeiro, perdurará.



Sala das Sessões, em 1º de novembro de 2016.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas



Término de prazo

Encerrou-se no dia 31 de outubro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2016; e aos Projetos de Resolução nºs 24 e 56, de 2015; 43 e 56, de 2016. Não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Resolução nº 56, de 2016, vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal. As demais matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de Conversão nº 28/2016**REQUERIMENTO Nº 795, DE 2016***Impugnação de matéria estranha*

Nos termos da Questão de Ordem decidida em 27/10/2015, requeiro que seja submetida ao Plenário a presente **impugnação** ao art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2016, por ser considerado matéria estranha ao texto da Medida Provisória nº 737, de 2016 e, por consequência, sejam suprimidos da ementa os textos que se referem ao artigo impugnado, se for o caso.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2016.

Senador



Aloysio Nunes



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2016

Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 1º As atividades previstas no **caput**, excepcionalmente, poderão ser desempenhadas em caráter voluntário por militares dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos, desde que a condição de inatividade não tenha se dado em razão de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.

§ 2º O disposto nos arts. 6º e 7º aplica-se aos militares inativos de que trata o § 1º.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Impugnação do artigo 2º do PLV 28, de 2016

Matéria **PLV 28/2016**

Início Votação **01/11/2016 17:02:38** Término Votação **01/11/2016 17:11:46**

Sessão **162ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **01/11/2016 07:35:40**

Partido	Orientação		
PSDB	SIM		
PT	NÃO		
PSB	SIM		
PSD	SIM		
DEM	SIM		
PCdoB	NÃO		
Minoria	NÃO		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	SIM
PT	RR	Ângela Portela	NÃO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PSDB	PB	Deca	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
DEM	RN	José Agripino	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM

Emissão 01/11/2016 17:11:50



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Impugnação do artigo 2º do PLV 28, de 2016

Matéria **PLV 28/2016**

Início Votação **01/11/2016 17:02:38** Término Votação **01/11/2016 17:11:46**

Sessão **162º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **01/11/2016 07:35:40**

PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PDT	RO	Pastor Valadares	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PSC	SE	Virginio de Carvalho	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PP	GO	Wilder Moraes	SIM
PTB	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:45 NÃO:12 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:58

Primeiro-Secretario

Emissão 01/11/2016 17:11:50



Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 554/2011**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 876, DE 2016**

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, nos termos da Emenda nº 10 – CCJ (Substitutivo).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, que *altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante*, nos termos da Emenda nº 10 – CCJ (Substitutivo), consolidando as Emendas nºs 1, 2, 5, 11 e 13 – CCJ, aprovadas pelo Plenário, restabelecendo o texto final aprovado na CCJ.

Senado Federal, em 1º de novembro de 2016.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

SÉRGIO PETECÃO, RELATOR

ANGELA PORTELA

JOÃO ALBERTO SOUZA



ANEXO AO PARECER Nº 876, DE 2016.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, nos termos da Emenda nº 10 – CCJ (Substitutivo).

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a prisão em flagrante e a fiança.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 304.

.....

§ 5º O preso tem o direito de ser assistido por defensor, público ou particular, durante seu interrogatório policial, podendo-lhe ser nomeado defensor dativo pela autoridade policial que presidir o ato.

§ 6º Todo preso será submetido a exame de corpo de delito cautelar, realizado por perito-médico oficial, onde houver, ou por médico nomeado pela autoridade policial, preferencialmente da rede pública de saúde.

§ 7º Após a lavratura do auto de prisão em flagrante pela autoridade policial, proceder-se-á na forma do art. 306 deste Código, ficando o preso à disposição do juiz competente, em estabelecimento prisional previsto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).” (NR)

“Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente pela autoridade policial responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, quando não houver advogado habilitado nos autos, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, a autoridade policial encaminhará o auto de prisão em flagrante ao juiz competente e ao Ministério Público e, caso o autuado não informe o



nome de seu advogado, cópia integral do referido auto à respectiva Defensoria Pública.

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade policial, com o motivo da prisão, a respectiva capitulação jurídica e os nomes do condutor e das testemunhas.

§ 3º Caso haja alegação de violação aos direitos fundamentais da pessoa presa, a autoridade policial, imediatamente após a lavratura do auto de prisão em flagrante, determinará, em despacho fundamentado, a adoção das medidas cabíveis para preservar a integridade do preso, bem como a apuração das violações apontadas, instaurando de imediato inquérito policial para apuração dos fatos, requisitando a realização de perícias e exames complementares e determinando a busca de outros meios de prova cabíveis.

§ 4º No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a lavratura do auto de prisão em flagrante, o preso será conduzido à presença do juiz para ser ouvido, com vistas às medidas previstas no art. 310 e para que se verifique se estão sendo respeitados seus direitos fundamentais, devendo a autoridade judiciária tomar as medidas cabíveis para preservá-los e para apurar eventuais violações.

§ 5º O descumprimento do prazo previsto para a apresentação do preso perante o juiz competente, por si só, não enseja o relaxamento da prisão.

§ 6º Na audiência de custódia de que trata o § 4º, o juiz ouvirá o Ministério Público – que poderá requerer, caso entenda necessária, a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão –, em seguida ouvirá o preso e, após manifestação da defesa técnica, decidirá fundamentadamente, nos termos do art. 310.

§ 7º A oitiva a que se refere o § 6º será registrada em autos apartados, não poderá ser utilizada como meio de prova contra o depoente e versará, exclusivamente, sobre a legalidade e a necessidade da prisão, a ocorrência de tortura ou de maus-tratos e os direitos assegurados ao preso e ao acusado.

§ 8º A oitiva do preso em juízo sempre se dará na presença de seu advogado – ou, se o preso não tiver ou não indicar advogado, na de defensor público – e na do membro do Ministério Público, que poderão inquirir o preso sobre os temas previstos no § 7º, bem como se manifestar previamente à decisão judicial de que trata o art. 310.

§ 9º Na impossibilidade, devidamente certificada e comprovada, de a autoridade judiciária realizar a inquirição do preso quando de sua apresentação, a autoridade custodiante ou a autoridade policial, por meio de seus agentes, tomará recibo do serventuário judiciário responsável, determinará sua juntada aos autos, retornará com o preso e comunicará o fato de imediato ao Ministério Público, à Defensoria Pública, se for o caso, e ao Conselho Nacional de Justiça.



§ 10. Tendo em vista a necessidade de garantir os direitos fundamentais da pessoa presa, a audiência de custódia deverá ser obrigatoriamente realizada no primeiro dia útil subsequente à data constante do recibo previsto no § 9º, devendo a autoridade custodiante ou a autoridade policial, sob pena de responsabilidade, reapresentá-lo na data indicada.

§ 11. No caso de crime de competência da Polícia Federal, quando o Município do local da lavratura do flagrante delito não coincidir com sede da Justiça Federal, a autoridade custodiante ou a autoridade policial federal determinará a seus agentes que conduzam o preso ao juízo de direito do local da lavratura da peça flagrantial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ocasião em que deverá ser apresentado o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas, que serão encaminhados ao Ministério Público e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, à Defensoria Pública.” (NR)

“Art. 350. Nos casos em que couber fiança, a autoridade que a arbitrar, verificando a hipossuficiência econômica do preso, poderá dispensar o recolhimento do valor arbitrado, sujeitando o afiançado às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 e à medida cautelar prevista no inciso I do art. 319, todos deste Código.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor:

- I – na data de sua publicação, nos Municípios que forem sede de comarca; e
- II – após decorridos 12 (doze) meses de sua publicação oficial, nos demais Municípios.



Projeto de Lei da Câmara nº 24/2016

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3311-3498/4604 — e-mail: scomce@senado.gov.br

REQUERIMENTO Nº 799, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016, que “eleva o Rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial”.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2016

SENADOR OTTO ALENCAR

Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 877, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.767/2015, na Casa de origem), do Deputado Capitão Augusto, que *eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial*.

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.767, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Capitão Augusto, que *eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial*.

De seus quatro artigos, o art. 1º tem o mesmo teor da ementa, tal como acima transcrita.

O art. 2º determina, por sua vez, que o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, passem a ser considerados manifestações da cultura nacional.

O art. 3º dispõe que são considerados patrimônio cultural imaterial do Brasil o rodeio, a vaquejada e as expressões decorrentes, que constam dos incisos de I a VIII, quais sejam: montarias; provas de laço; apartação; *bulldog*; provas de rédeas; provas dos Três Tambores, *Team Penning* e *Work Penning*; paleteadas; e outras provas típicas, tais como Queima do Alho e concurso do berrante, assim como apresentações folclóricas e de músicas de raiz.

O art. 4º, por fim, estabelece a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.



A proposição foi encaminhada, em caráter exclusivo, para a CE, onde não foram apresentadas emendas. Após ser apreciada por esta Comissão, será objeto de deliberação do Plenário.

II – ANÁLISE

Os espetáculos do rodeio e da vaquejada, que abrangem uma série de manifestações esportivas, recreativas e culturais, consistem em manifestações já há muito cultivadas pela população de diversas regiões do País. Suas origens remontam a antigas práticas de nosso meio rural, relacionadas à pecuária e ao uso do cavalo como principal meio de transporte.

Crescendo de vulto nas últimas décadas, as apresentações do rodeio e da vaquejada têm atraído um público cada vez mais numeroso, gerando, direta e indiretamente, milhões de postos de empregos, sobretudo em cidades do interior e na zona rural.

A relevância do rodeio foi reconhecida pela Lei nº 10.220, de 11 de abril de 2001, que instituiu normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional. De acordo com o parágrafo único de seu art. 1º, os participantes das competições de vaquejada são também alcançados pelas disposições da lei.

A Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002, por sua vez, veio dispor sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio. Com ela, foi prevista uma série de medidas que protegem os animais participantes das provas, a exemplo da assistência médico-veterinária, transporte adequado e utilização de apetrechos que não causem injúrias ou ferimentos.

No que se refere à vaquejada, além das leis estaduais que têm tratado sobre o mesmo tema, verifica-se uma ampla e difundida preocupação em garantir o máximo de segurança aos animais, por meio de práticas tais quais a utilização exclusiva de bois adultos, o uso de cauda artificial, a abolição de esporas e tacas e a disposição de três palmos de areia lavada no local das provas, para amortecer a queda dos animais.

A determinação, constante dos arts. 1º a 3º da proposição, de que o rodeio, a vaquejada e as respectivas expressões artístico-culturais sejam consideradas manifestações da cultura nacional integrantes do



patrimônio cultural imaterial coaduna-se ao que dispõe o art. 216 da Constituição da República. Esse artigo define como constituintes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, neles incluídos, entre outros, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. O rodeio e a vaquejada apresentam, portanto, os requisitos necessários para serem considerados patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial.

Por entender a relevância cultural das manifestações de que trata o PLC nº 24, de 2016, no qual nada constatamos que divirja dos critérios de constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, consideramos que a proposição deva ser aprovada.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2016.

Sala da Comissão, 1º de novembro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senador OTTO ALENCAR, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 01/11/2016 às 11h45 - 43ª, Extraordinária
 Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	1. VAGO	
ANGELA PORTELA		2. REGINA SOUSA	PRESENTE
VAGO		3. ZEZE PERRELLA	
CRISTOVAM BUARQUE		4. ROBERTO MUNIZ	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	5. TELMÁRIO MOTA	
PAULO PAIM		6. LINDBERGH FARIAS	
WILDER MORAIS		7. CIRO NOGUEIRA	PRESENTE
GLADSON CAMELI	PRESENTE	8. ANA AMÉLIA	
Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
SIMONE TEBET		1. RAIMUNDO LIRA	
VAGO		2. ROBERTO REQUIÃO	
JOÃO ALBERTO SOUZA	PRESENTE	3. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. HÉLIO JOSÉ	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	5. MARTA SUPPLY	PRESENTE
DÁRIO BERGER		6. VAGO	
JADER BARBALHO		7. VAGO	
VAGO		8. VAGO	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PINTO ITAMARATY	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ALVARO DIAS		3. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
DALIRIO BEBER	PRESENTE	5. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	1. ANTONIO CARLOS VALADARES	
ROMÁRIO	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
ROBERTO ROCHA		3. FERNANDO BEZERRA COELHO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. VAGO	
EDUARDO AMORIM		2. VAGO	
PEDRO CHAVES	PRESENTE	3. VAGO	

Não Membros Presentes

IVO CASSOL

DECA

GARIBALDI ALVES FILHO



PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 24, DE 2016

(Nº 1.767/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônio cultural imaterial.

Art. 2º O Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, passam a ser considerados manifestações da cultura nacional.

Art. 3º Consideram-se patrimônio cultural imaterial do Brasil o Rodeio, a Vaquejada e expressões decorrentes, como:

I – montarias;

II – provas de laço;

III – apartação;

IV – bulldog;

V – provas de rédeas;

VI – provas dos Três Tambores, Team Penning e Work Penning;

VII – paleteadas; e

VIII – outras provas típicas, tais como Queima do Alho e concurso do berrante, bem como apresentações folclóricas e de músicas de raiz.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



RESOLUÇÃO

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2016

Cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no âmbito do Senado Federal, a Instituição Fiscal Independente, com a finalidade de:

I – divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;

II – analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;

III – mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial;

IV – projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

§1º As competências estabelecidas nos incisos do **caput** não excluem nem limitam aquelas atribuídas a órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle.

§2º A Instituição Fiscal Independente será dirigida por Conselho Diretor, composto de 3 (três) membros:

I – 1 (um) diretor-executivo indicado pelo Presidente do Senado Federal;

II – 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal;

III – 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal.



§3º Os indicados ao Conselho Diretor, que deverão ser brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição Fiscal Independente, serão submetidos a:

- I – arguição pública; e
- II – aprovação pelo Senado Federal.

§4º O mandato dos membros do Conselho Diretor da Instituição Fiscal Independente será de 4 (quatro) anos, não admitida a recondução, observado o disposto no §6º.

§5º Em caso de vacância, a escolha de novo diretor da Instituição Fiscal Independente para completar o tempo remanescente do mandato seguirá os critérios previstos nos §§2º e 3º.

§6º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandatos não coincidentes, nomeados a cada 2 (dois) anos, alternadamente, observado, na primeira investidura, o mandato de 6 (seis) anos para o diretor-executivo, de 4 (quatro) anos para o diretor referido no inciso II do §2º e de 2 (dois) anos para o diretor referido no inciso III do § 2º.

§7º Os membros do Conselho Diretor só poderão ser exonerados em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, bem como por voto de censura aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§8º É vedado aos membros do Conselho Diretor da Instituição Fiscal Independente o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa ou filiação político-partidária.

§9º A Instituição Fiscal Independente contará com Conselho de Assessoramento Técnico, que se reunirá preferencialmente a cada mês, composto por até 5 (cinco) brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição, a serem nomeados pelo diretor-executivo do Conselho Diretor por tempo indeterminado.

§10. A Instituição Fiscal Independente poderá encaminhar, por intermédio da Mesa do Senado Federal, pedidos escritos de informações a Ministros de Estado e a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias ou a prestação de informações falsas.

§11. Os relatórios elaborados pela Instituição Fiscal Independente para cumprimento das competências definidas nos incisos do **caput** serão tornados públicos após aprovação pela maioria do Conselho Diretor.

§12. Os relatórios referidos no §11 informarão a eventual ocorrência de voto divergente.

Art. 2º A estrutura necessária ao funcionamento da Instituição Fiscal Independente será provida pelo Senado Federal mediante o remanejamento de servidores e serviços já existentes, devendo 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos profissionais que lhe forem designados possuir titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da Instituição, nos termos da regulamentação.



Parágrafo único. Ato da Comissão Diretora do Senado Federal disporá sobre a estrutura e o funcionamento da Instituição Fiscal Independente, bem como sobre as suas fontes orçamentárias, sendo vedado o contingenciamento de seus recursos.

Art. 3º As instituições oficiais competentes deverão prestar todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho das atribuições da Instituição Fiscal Independente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de novembro de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

dps/prs15-061pmg



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-3 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Deca.	PSDB / PB
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Pinto Itamaraty.	PSDB / MA
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Pastor Valadares.	PDT / RO
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 12

PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Virginio de Carvalho.	PSC / SE
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Hélio José* (PMDB-DF)	Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Deca* (Bloco-PSDB-PB)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22)</p> <p>Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74,106,107)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,81)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,80) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,80)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,81)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,96) Ricardo Ferraço (89,97)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)</p>	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
80. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
106. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.
107. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Em 05.10.2016, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalho

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimir Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta ⁽²⁾
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁶⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽¹⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁰⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

*** O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

**** O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

***** O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

***** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(4,5)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
 5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO ^(14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) ^(17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

*** Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

**** Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice-presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (33,62)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
 34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
 35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
 9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- ** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(23,32)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
VAGO ^(17,18,22,24,29)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽³⁹⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽³⁸⁾	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁰⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

***** Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) ^(5,16,38)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(37,38)
VAGO ^(6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

*** Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

***** Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

***** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ^(15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) ⁽²⁸⁾	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO ^(22,25)	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

** Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

*** Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

**** Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

***** Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).

2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 08/09/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSR SOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBVAGO ^(2,3,4)**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PTVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PRSenador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTBVAGO ^(4,6)**PPS**

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,5,6,7)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
6. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga.
7. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
Representante da sociedade civil organizada	
	VAGO
Pesquisador com produção científica relevante	
	VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente	
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

